



Universidade da Amazônia

História do Futuro, vol. II

de Padre Antonio Vieira

NEAD – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Av. Alcindo Cacela, 287 – Umarizal

CEP: 66060-902

Belém – Pará

Fones: (91) 4009-3196 /4009-3197

www.nead.unama.br

E-mail: nead@unama.br



História do Futuro, vol. II

de Padre Antônio Vieira

CAPÍTULO I

JESUS, MARIA, JOSÉ

Entrando a tratar do Quinto Império do Mundo (grande assunto deste nosso pequeno trabalho) para que procedamos com a distinção e clareza tão necessária em toda a história e muito mais neste gênero, a primeira coisa que se oferece para averiguar e saber é que impérios tenham sido ou hajam de ser os outros quatro, em respeito ou suposição dos quais este novo de que falamos se chama Quinto. Porque sem recorrer à memória dos tempos passados, e pondo somente os olhos no mundo presente, conhecemos hoje nele muito maior número de impérios. Na Ásia, o vastíssimo Império da China, o dos Tártaros, o do Persa, o do Mogor; na África, o da Etiópia; na Europa, o de Alemanha, em que sem a grandeza se continua o nome, e o de Espanha, em que sem o nome, posto que arruinada e combatida, se sustenta a grandeza; e em todas estas três partes do Mundo o violento Império dos Turcos, tão estendido, tão unido, tão poderoso e formidável. Havendo pois ainda nesta nossa idade tantos impérios, e sendo tantos mais os de nações bárbaras e políticas que em diversos tempos do Mundo se têm levantado e caído, com razão se deve duvidar e desejar saber a causa pôr que este nosso Império que prometemos recebe o numero de Quinto, e quais sejam em ordem os outros quatro que lhe deram este lugar ou este nome. Ao que respondemos breve e facilmente que este modo de contar não é nosso nem de algum outro historiador ou autor humano, senão fundado e tirado das Escrituras divinas, cuja história profética, sem fazer caso de muitos e grandes impérios que floresceram e haviam de florescer em vários tempos e lugares do Mundo, só trata do primeiro que se começou e levantou nele, e dos que em continuada sucessão se lhe foram seguindo até o tempo presente, os quais em espaço quase de quatro mil anos têm sido com este quatro. Esta sucessão e seu princípio foram desta maneira.

CAPÍTULO II

Correndo os anos de 1860 da criação do Mundo, 3800 antes do presente de 1664 em que isto escrevemos, depois que a confusão das línguas na torre de Babel dividiu seus fabricantes em diversas partes da terra, castigo tão merecido a sua soberba como necessário à propagação do gênero humano e à o mesma grandeza que aspiravam, Belo, filho do gigante Nembrot (posto que não faltam graves autores que fazem destes dois nomes o mesmo homem), reduzindo a sujeição e obediência política a liberdade natural com que todos até aquele tempo nasciam, foi o primeiro que ensinou ao Mundo e introduziu nele a tirania, a que depois com nome menos odioso chamaram Império. Tantos anos tardou a ambição em romper o respeito àquela lei com que nos fez iguais a todas a natureza.

Foi este império de Belo o dos Assírios ou Babilônios; durou, segundo Justíço, perto de mil e trezentos anos; teve, entrando neste número Semearmos, 37 imperadores, de que foi o último Sardanapalo.

Ao império dos Assírios sucedeu o dos Persas pelos anos da criação 3444. Começou em Ciro, acabou em Dario; contou por todos catorze imperadores. Não durou, conforme Eusébio, mais que duzentos e trinta anos.

O terceiro Império, que foi o dos Gregos, ainda durou menos, se o considerarmos como monarquia. Alexandre o começou e acabou em Alexandre, para que vejam e conheçam as coroas quanto é grande a sua mortalidade, pois pode ser mais breve a vida de um império que a de um homem. Começou este Império dos Gregos depois pelos anos do Mundo 3672, conservou-se unido somente oito, e, antes deles acabados, se dividiu em três reinos: o da Ásia, o da Macedônia, o do Egito; e este (que foi o que mais permaneceu) continuou com desigual fortuna trezentos anos, até que, governado e não defendido pela celebrada Cleópatra, o ajuntou Marco Antônio à grandeza romana.

Havia já neste tempo setecentos anos que Rômulo levantara junto ao rio Tibre aquelas primeiras choupanas que depois se chamaram Roma, cujo Império começou com este nome em Júlio César, trinta anos antes do nascimento de Cristo. Durou, pois, o Império Romano com toda a inteireza de sua monarquia 400 anos, com sucessão de 35 imperadores até o grande Constantino, o qual, fundando nova corte em Constantinopla, dividiu o Império, para melhor governo, em Império Oriental e Ocidental, e desde este tempo começaram as águias romanas a aparecer coroadas com duas cabeças. Sustentou-se o Império Oriental por espaço de quatro mil anos, em que contou oitenta e quatro imperadores, de que foi o último outro Constantino de muito diferente fortuna, porque, sendo sitiado e vencido por Maomete II, dentro em Constantinopla, perdeu a vida e a cidade e sepultou consigo todo o Império. O do Ocidente, depois daquela divisão, experimentou nela grandes variedades, porque, sendo governado alguns anos por imperador com igual jurisdição e majestade, se passou o governo a exaras, que eram ministros e como lugartenentes dos imperadores orientais, até que, em tempo o Papa Lúcio XII, eleito Carlos Magno em imperador do Ocidente, ficando Roma como cabeça da Igreja, ao Pontífice passou o assento do Império — a Alemanha.

Sucedeu esta mudança pelos anos de Cristo de 810, nos quais o Império, diminuindo sempre em grandeza e majestade, tem contado noventa imperadores até Fernando III, que hoje reina, e com grande valor e zelo da Cristandade está resistindo-se (queira o Céu que seja com melhor ventura!) a outro Maomete.

Estes são em breve suma os quatro Impérios que desde o primeiro que houve no Mundo se foram continuando e sucedendo até o presente, cuja notícia, quando não fora tão necessária para o ponto em que estamos, sempre era muito conveniente dar-se logo neste princípio, para melhor entendimento de tudo o que se há-de dizer adiante.

Em respeito pois e suposição destes quatro impérios, chamamos Império Quinto ao novo e futuro que mostrará o discurso desta nossa História; o qual se há-de seguir ao Império Romano na mesma forma de sucessão em que o Romano se seguiu ao Grego, o Grego ao Persa e o Persa ao Assírio. E assim como o Império dos Persas se chama o segundo Império, porque sucedeu ao dos Assírios, que foi o primeiro do Mundo, e o dos Gregos se chama o terceiro, porque sucedeu ao dos Assírios e dos Persas, e o dos Romanos se chama o quarto, porque sucedeu ao dos Assírios, ao dos Persas e ao dos Gregos, assim este nosso Império, porque há-de suceder ao dos Assírios, Persas, Gregos e Romanos (como logo veremos) se deve

chamar com a mesma razão e propriedade o Quinto Império do Mundo; e porque todos os outros Impérios, passados e presentes, por grandes e poderosos que fossem, ficaram fora da ordem desta sucessão, que começou no primeiro e há-de acabar no Quinto (que será também o último), por isso as Escrituras Sagradas não fazem menção nem memória alguma deles, como também nós a não fazemos. Nem eles, por muitos que hajam sido, ficando fora da mesma ordem, podem acrescentar número ou lagar ao novo Império com que mude ou exceda o que lhe damos de Quinto.

Tudo o que até aqui fica dito são suposições certas e sem dúvida, tiradas de diferentes lugares do Texto Sagrado, que vão citadas ,à margem, e o não pusemos no corpo da história por não embarçar o desenho dela. Autores que dizem o mesmo, posto que em matéria tão averiguada e sem controvérsia não são necessários autores, alegaremos nos capítulos seguintes; o que resta e importa mostrar é que haja de haver sem dúvida este novo e prometido Império a que chamamos Quinto. E assim o faremos agora, com toda a demonstração e certeza, porque esta é a base e fundamento de toda a nossa História e assunto particular deste I Livro.

LIVRO I

CAPÍTULO I

Mostra-se a Quinta Monarquia com a 1.a profecia de Daniel

Já dissemos que os futuros livros ou contingentes (qual é o Império que prometemos) só são manifestos a Deus e a quem os quer revelar. E assim, para fundarmos bem a esperança deste grande futuro, devemos recorrer principalmente aos que a Fé nos ensina que foram verdadeiros profetas, entre os quais, como também deixamos dito, tem o primeiro lugar Daniel, não ,pelo espírito de profecia que foi tão superiormente ilustrado, mas porque o fez Deus particular profeta dos reinos e das monarquias. Será pois a primeira pedra deste edifício uma grande profecia de Daniel.

No ano antes de Redenção do Mundo 450, Nabucodonosor, um dos últimos reis imperadores de Babilônia, que era, como fica dito, o Império dos Assírios, desvelado uma noite com os pensamentos da sua monarquia, em prêmio ou conseqüência deste cuidado mereceu que Deus lhe revelasse, sendo gentio, o sucesso de muitas cousas futuras, assim como outros príncipes que têm fé e desmerecem por sua negligência e descuido até o conhecimento natural dos presentes. Viu pois Nabuco em sonhos uma visão admirável e portentosa, com cuja apreensão e assombro acordou de tal maneira perturbado e contuso, que somente se lembrava que acabava de sonhar- cousas prodigiosas, grandes e prenhes de mistérios, mas totalmente se esquecia quais foram. Assim, estimulado igualmente do desejo e do temor que a mesma lembrança lhe causava, mandou logo chamar os maiores sábios dos seus reinos, os magos, os ariolos; os caldeus, que eram os que pela observação das estrelas e outras professavam a ciência das cousas futuras, e depois de trazidos à sua presença, lhes declarou por si mesmo tudo o que lhe tinha sucedido, e mandou-lhes seriamente que não só lhe haviam de dizer logo a significação do sonho, senão também o que tinha sonhado. Responderam os sábios que, se o rei lhes manifestasse o que sonhara, eles se obrigavam a declarar a

significação de tudo, porque isso era a sua profissão e o mais a que se estendia a ciência humana; mas que adivinhar qual houvesse sido o sonho era segredo impossível de alcançar aos homens e reservado somente à sabedoria dos deuses. Falaram assim, porque todos eram gentios.

Não se aquietou Nabuco com esta resposta dos sábios, antes os argüiu com ela de falsos, enganadores e indignos de crédito; porque, se não podiam saber o sonho, que era cousa passada, como haviam de conhecer a significação dos futuros, e somente lhes haviam de dar crédito no segundo e mais dificultoso, se no primeiro e mais fácil eles mesmos confessavam sua ignorância? Que se resolvessem a dizer logo uma e outra cousa, senão que ele e sus famílias morreriam todas. E como os tristes sábios respondessem outra vez que não sabiam nem podiam satisfazer ao rei no que deles queria, irado grandemente Nabuco, mandou que os levassem de sua presença e que neles e em todos os professores das mesmas artes se executasse logo a sentença de morte. Tão violentos são os apetites do poder supremo, e tão arriscado não satisfazer aos reis até no impossível!

Achava-se neste tempo em Babilônia Daniel, onde fora levado com El-Rei Joaquim no primeiro cativeiro ou transmigração dos Hebreus. Oro a Deus, ele e seus três companheiros, que também entravam no número dos condenados, porque tinham estudado, por mandado do mesmo rei, as ciências de Caldeia; folhe revelado pelo Céu o sonho e a interpretação dele, e quando já a multidão dos sábios, rodeados de rústicos e tumulto popular, começavam a caminhar para o lugar do suplício, faz parar a execução Daniel. Oferece-se a declarar o sonho; pede que o levem a Nabucodonosor, e posto em sua presença e na dos maiores príncipes de Babilônia que o acompanhavam, depois de confessar a insuficiência sua e de todo o saber humano, e mostrar como só o Deus verdadeiro, a quem ele servia e que fora o autor daquele sonho, o podia revelar e a significação dele, primeiramente com assombro e pasmo do rei lhe contou muito miudamente por sua ordem a história do que tinha sonhado, e depois com igual admiração e espanto de todos lhe foi explicando parte por parte os mistérios e segredos futuros que tão prodigiosa visão em si encerrava.

Este é o prólogo da primeira profecia de Daniel, e todo este aparato de circunstâncias com o Texto Sagrado descreve o sucesso dela, as quais porventura puderam parecer menos necessárias ao nosso argumento, mas nós as quisemos resumir brevemente aqui, para crédito natural da mesma profecia; pois não só nos obrigam a que a creiamos por fé os que somos cristãos, mas se podem convencer com elas por discurso até os mesmos Gentios.

A história do sonho, pelas palavras com que Daniel a referiu, é a seguinte: *Tu, Rex, cogitare coepisti in strato tuo quid esset futurum post hoc; et qui revelat misteria, ostendit tibi que ventura sunt. Tu, Rex, videbas et ecce quasi statua una grandis: statua illa magna et statura sublimis stabat contra te et intuitus ejus erat terribilis, etc. , usque ad implevit universam terram. Hoc est somnium.* “Começaste a cuidar, ó Rei, deitado no teu leito, diz Daniel, o que havia de suceder depois do tempo presente, e o Deus que só pode revelar os mistérios e segredos ocultos, te mostrou naquela visão tudo o que está para vir nos tempos futuros, e o que eu agora te direi, não por arte ou ciência minha, se não por revelação sua. Parecia-te que vias defronte de ti uma estátua grande, de estatura alta e sublime e de aspecto terrível e temeroso. A cabeça desta estátua era de ouro, o peito e os braços de prata, o ventre até os joelhos de bronze, dos joelhos de ferro, os pés de ferro e de barro. Estando assim suspenso no que vias, viste mais que se arrancava uma pedra de um monte, cortada dele sem mãos, e q, dando nos pés da estátua, a derrubava. Então

se desfizeram juntamente o barro, o ferro, o bronze, a prata, o ouro, e se converteram em pó e cinza, que foi levada dos ventos, e nem aqueles metais apareceram mais, nem o lugar onde tivessem estado; porém a pedra que tinha derrubado a estátua cresceu, e fazendo-se um grande monte, ocupou e encheu toda a terra”.

Até aqui a relação do sonho, a qual Nabuco de novo ia ouvindo e reconhecendo, lembrando-se outra vez de tudo pela mesma ordem com aquela espécie de memória a que os filósofos chamam reminiscência.

Seguiu-se à história do sonho a interpretação dele, de que nós diremos agora somente o que pertencer ao ponto em que estamos, reservando o de mais (que é muito) para seus lugares. Disse pois Daniel que aquela grande estátua significava a sucessão do Império do Mundo, e os diferentes metais de que era composta as mudanças que o mesmo Império havia de ter em diferentes tempos e para diferentes nações. A cabeça de ouro significava o Império dos Assírios, em que Nabucodonosor naquele tempo reinava; e porque este Império, como deixamos notado, foi o primeiro e o princípio de todos os Impérios, por isso estava representado na cabeça, que é o princípio do corpo, e no ouro, que é o primeiro entre todos os metais.

A prata, que é o segundo metal, significava o Império dos Persas, que foi o segundo depois dos Assírios, e que se seguiu a eles, assim como o peito e braços se seguem à cabeça.

O bronze, que é o terceiro metal, significava o Império dos Gregos, que foi o terceiro depois dos Persas e se seguiu depois deles, assim como o ventre se segue depois do peito.

O ferro finalmente, que é o quarto metal, significava o Império dos Romanos, que foi e é o quarto Império, que sucedeu aos três primeiros; e assim como as pernas e pés são a última parte do corpo humano, assim este é e há-de ser o último Império dos que naquela estátua se representavam.

Tudo o que até aqui fica dito é de fé, ou se segue imediatamente dela, porque, ainda que Daniel na sua explicação do sonho não nomeou as três nações de Persas, Gregos e Romanos, disse porém expressamente que os três metais significavam três reinos, que sucessivamente se haviam de continuar uns aos outros, sinalando-os nomeadamente por primeiro, segundo e terceiro reino: *Et post te consurget regnum aliud minus te argenteum, et regnum tertium aliud oereum [...] et regnum erit velut ferrum*; e consta pela experiência e pelo testemunho, de todas as histórias, não só humanas, senão também das sagradas e divinas, que os três reinos e impérios que sucessivamente se seguiram ao dos Assírios foram o dos Persas, o dos Gregos e o dos Romanos: ou, por o dizer com mais propriedade e certeza, consta que o mesmo Império que primeiro foi dos Assírios, vencidos estes por Ciro, passou aos Persas, e o mesmo Império dos Persas, vencidos estes por Alexandre, passou aos Gregos, e o mesmo Império dos Gregos, vencidos estes por vários capitães de Roma, passou e se incorporou no Império Romano. E este é o verdadeiro, certo e indubitável sentido de interpretação de Daniel, recebido, aprovado e seguido por todos os Padres e expositores deste lugar, em que não há discrepância nem dúvida alguma.

A razão ou mistério por que o Império Romano se representou no ferro, diz particularmente Daniel que foi porque, assim como o ferro lima, bate, corta e doma os metais, sem haver algum que lhe possa resistir, assim o Império Romano e o poder invencível de suas armas havia de abater, desfazer, sujeitar e dominar todos os outros impérios. *Et regnum quartum erit velut ferrum; quomodo ferrum comminuit*

et domat omnia, sic comminuet et conteret omnia hoec. E quadra maravilhosamente no Império Romano a figura das duas pernas e pés da estátua em que foi representado; não só porque, assim como os pés da estátua sustentavam e tinham sobre si o peso e grandeza de toda ela, assim o Império Romano teve sobre si e em si o peso e grandeza de todos os outros impérios que nele se uniram e juntaram, mas porque o mesmo peso e grandeza, como acima vimos, foi causa de que o Império Romano se dividisse em dois impérios ou duas partes iguais do mesmo, com a qual divisão, pondo um pé no Oriente outro no Ocidente, um em Roma outro em Constantinopla, ficaram verdadeiramente sendo estas duas partes do Império Romano como duas colunas naturais de ferro, sobre as quais toda a máquina daquele portentoso colosso se sustentava. Mas não parava aqui a propriedade da semelhança. Assim como, na divisão de uma e outra perna da estátua se representava a divisão do Império Romano nos dois impérios, assim os dez dedos, uns maiores outros menores, em que se dividiam, significavam dez reinos, em que a grandeza do mesmo Império Romano, na sua última declinação, se havia de dividir. Para cuja inteligência se deve notar que tudo o que hoje possuem os príncipes cristãos na Europa, e tudo o que na Europa, na África e na Ásia possui o Turco, são umas divisões ou ,retalhos do Império Romano, e as partes ou membros de que aquele vastíssimo corpo na sua maior grandeza e potência se compunha, as quais lhe foram tirando as mesmas nações que ele tinha sujeitado, restituindo-se outra vez a sua primeira liberdade e soberania, como hoje estão, sem reconhecerem sujeição nem obediência alguma ao Império Romano. *Ad extremum (diz Perério) ex uno duplex factum est Imperium Romanum: alterum Latinorum seu Occidentis, allerum vero constantinopolitanum, Græcorum seu Orientis. Adjice, quod omnia regna quæ nunc sunt apud Christianos, et sub Imperio Turcorum, partes sunt Imperii Romani tanquam rami ex una illa Imperii arbore decisi.* E é tão verdadeira e tão antiga esta interpretação dos dez dedos da estátua, que já antes dos tempos de S. Hierónimo em que o Império Romano estava íntegro e potentíssimo, sem ter perdido cousa alguma sua grandeza, era opinião comum (como diz o mesmo santo) de todos os escritores eclesiásticos que o Império se havia de dividir em dez reinos.

Assim se dizia e escrevia então, e assim o estamos vendo hoje, comprovando-se a verdade desta interpretação com a experiência e confirmando-se ser este o verdadeiro sentido da profecia com o cumprimento dela; porque, se bem contarmos os reinos em que hoje está dividido ou despedaçado o que antigamente foi e se chamava Império Romano, acharemos pontualmente que são dez reinos: Portugal, Castela França, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Moscóvia, Polônia e Estado ou Império Turco, e o mesmo Império Romano, que compreende Alemanha e Itália. E se uns reinos destes são maiores, outros menores, uns mais fortes outros menos, essa mesma é a propriedade dos dedos, como nota neste lugar o mesmo autor alegado, e depois dele outros muitos: *por decem digitos partim ferreos et partim terreos significatur Romanum Imperium novissime iri in multa regna multosque reges, quorum alii maiores et potentiores, alii minores et imbecilliores futuri sint.*

Ao diante dividiremos estes mesmos dedos da estátua em outras partes que temos por mais proporcionadas; por agora baste esta divisão que nós pusemos em primeiro lugar por ser mas fácil, e porque, com a notícia vulgar que se tem do Mundo, pode ser entendida e percebida de todos. E posto que Daniel nesta profecia não declara com tanta miudeza que a divisão do Império Romano há-de ser ,pontualmente em dez partes ou dez reinos, em outra profecia, como depois veremos, especifica este número, e nesta diz clara e expressamente que os dedos

dos pés da estátua significam a divisão do Império: *Porro quia vidisti pedum et digitorum partem testæ figuli et partem ferream: regnum divisum erit.*

Passa finalmente o mesmo Profeta a declarar o mistério ou significação do barro de que os dedos eram compostos em uma parte juntamente com outra de ferro, e diz assim: ... *quod vidisti ferrum mistum testæ ex luto. Et digitos pedum ex parte ferreos, et parte fictiles: ex parte regnum erit solidum, et ex parte contritum. Quod autem vidisti ferrum mistum testæ ex luto, commiscebuntur quidem humano semine, sed non adhærebunt sibi, sicuti ferrum misceri non potest testæ.* Nas quais palavras diz Daniel que o barro dos pés dá estátua significava a debilidade e fraqueza a que o Império Romano, depois de tanta potência, havia de descair, principalmente na sua última idade e declinação, que é o estado em que o vemos. Adverte, porém, o Profeta que não eram os dedos totalmente de barro, senão compostos parte de barro e parte de ferro, porque nesse mesmo estado de sua declinação, debilidade e fraqueza conservaria o Império algumas partes sólidas em que permanecesse a dureza e fortaleza do antigo ferro de que todo antes era formado, que é, ao pé da letra, o que se tem visto e experimentado no Império Romano, desde o tempo de sua maior declinação a esta parte, em tantas ocasiões de guerras e batalhas contra Turcos, contra hereges e contra alguns príncipes cristãos, nas quais em defesa da própria e da Igreja têm pelejado os exércitos imperiais com grande valor, disciplina e constância, e alcançado de seus inimigos gloriosas vitórias. E a mesma oposição tão bizarra com que as armas do Império nas fronteiras de Alemanha e Hungria, e o mesmo Imperador em pessoa estão hoje resistindo às invasões do Turco e poder otomano, que outra coisa são ainda, senão partes e partes muito sólidas daquele mesmo ferro?

Mas vindo às partes de barro: estas são (diz Daniel) aquelas províncias e nações que, sendo partes do antigo Império Romano, se desuniram e tiraram de sua sujeição, e formaram novos reinos, os quais, ainda que em si mesmos sejam muito poderosos e fortes, e verdadeiramente se possam chamar partes de ferro, em respeito porém do Império de que se apartaram e que tanto desuniram e enfraqueceram com sua separação, não são nem se podem chamar senão partes de barro. E tal é hoje o Reino de França, o de Inglaterra e da Suécia, e o mesmo de Castela ou Espanha, em respeito do Império Romano. E porque não cuidasse alguém que a união que se perdeu pela separação das coroas se recuperou e supriu pela conjuração do sangue, casando os imperadores nas casas reais dos outros príncipes e os reis na dos imperadores, e sendo estes muitas vezes eleitos das mesmas famílias que do Império se apartaram, acode Daniel a esta objeção, dizendo: *Commiscebuntur quidem humano semine* “misturar-se-ão e ligar-se-ão no sangue”, *sed non adhærebunt sibi* “mas nem por isso se unirão nem ligarão entre si”, *sicuti ferrum misceri non potest testæ*, “bem como o ferro se não pode unir nem ligar com o barro.” A tanta miudeza como isto desceu o Profeta, acrescentando em todas estas circunstâncias novas e admiráveis confirmações à verdade da sua Profecia.

Quantas vezes se intentou na Europa que entre os imperadores e reis da Cristandade se estabelecesse uma liga firme, interpondo-se para isso a autoridade dos Sumos Pontífices, e quantas vezes se liaram os mesmos príncipes entre si por meio de recíprocos casamentos, sem jamais se conseguir a união desejada! Que imperador ou que rei houve na Cristandade há muitos anos que, se gota por gota lhe distinguirem o sangue, não tenha cada um dos outros príncipes quase iguais partes nele? E que guerras vimos ou sabemos entre estas coroas, em que o sangue que de uma e outra parte se defende, e ainda o que se derrama, não seja o mesmo? Tão

misturado anda o sangue nestas últimas relíquias do Império Romano, mas tão resumido sempre, e por isso o mesmo império tão enfraquecido!

Nasceu juntamente com Roma esta fatal desunião contra o respeito do sangue em Rômulo e Remo; viu-se no casamento de Pompeu com Júlia, filha de Júlio César, e no de Marco Antônio com Octávia, filha de Octávio, quão facilmente se desatam, antes, se amarram contra si, as mesmas mãos que pelo matrimônio se uniram. Mas não são estes exemplos tão antigos os de que fala a profecia de Daniel, porque não são os dos pés da estátua ou os dos dedos dos pés. Significam os dedos dos pés da estátua as últimas extremidades do Império Romano e a sua duração, e, se eu me não engano, no mesmo dia em que isto estou escrevendo se está cumprindo esta profecia. Que casa real há no Mundo mais ligada com a do Império, que ramo há que seja mais próprio daquele tronco, e que sangue mais repetidamente unido por multiplicados casamentos que o de Áustria e Castela? E que pessoa real há também em que mais apertadamente estejam atados estes vínculos e mais dobrados todos estes respeitos que na de El-Rei Filipe IV, primo do Imperador, cunhado do Imperador, genro do Imperador? Considere agora o Mundo o estado em que o mesmo Imperador se achou no ano passado e em que se acha no presente, com os poderosos exércitos do Turco metidos dentro na Áustria, e quase, batendo às portas de Praga, corte do Império, os campos talados, as cidades destruídas, os homens barbaramente mortos a sangue-frio, as mulheres e meninos cativos e transmigrados para a Turquia, os templos e pessoas dedicadas ao templo em abomináveis sacrilégios profanados, e, depois de profanados, abrasados e feitos em cinzas; e neste mesmo tempo em que o ferro de Espanha se havia de unir todo ao ferro do Império, vemo-lo todo infelizmente convertido contra Portugal, mas por isso mesmo infelizmente! Se este ferro se unira ao Império contra o Turco, fora ferro, mas, porque se desune dele em tal ocasião e se converte contra Portugal, é barro.

Barro e barro quebradiço, foi o ano passado e, por mais que se mostre ou ameace ferro, barro há-de ser também no presente. Quanto melhor e mais católica ação fora, e quanto de maior exemplo para todos os príncipes católicos e de menor escândalo para os hereges e para os mesmos Turcos se o sangue espanhol, e tão valoroso, que de uma é outra parte se desperdiça, com lástima e lágrimas da Igreja, no campo de Portugal e Castela, se empregara com glória imortal de ambas as coroas em defesa da Fé, da Cristandade, da Religião, e da mesma cabeça dela, a quem tão de perto ameaça este golpe! Mas quando todo o poder de Espanha se havia de achar unido contra o Turco em socorro de Alemanha e Itália, despovoam-se os presídios de Itália, levantam-se os de Alemanha e chamam-se todos a Castela contra Portugal, para que triunfem nas bandeiras otomanas as luas de Mafoma, e se conquistem e sejam vencidas nas portuguesas - as chagas de Cristo!

Este é o barro dos pés da estátua, esta é a fraqueza das extremidades do Império Romano, esta é a queixa que Daniel explica e pondera na mesma fraqueza, mostrando que a principal causa de toda ela é a desunião daquelas partes que por serem mais conjuntas em sangue e parentesco, tinham obrigação de ser mais unidas “— *commiscebuntur quidem humano semine* “— isto é, casará o Imperador Fernando com Maria, irmã de el-Rei Filipe IV; casará Filipe IV com Leonor, filha de Fernando; mas nas últimas extremidades do Império Romano e nos seus maiores apertos e trabalhos não se acharam parentes nem aderentes “— *sed non adhærebunt sibi*.

Temos visto até aqui, desde a cabeça até os pés da estátua, o primeiro, segundo, terceiro e quarto império; segue-se agora ver o quinto na mesma história do sonho de Nabuco e na mesma interpretação de Daniel, o qual, depois das

palavras ultimamente referidas, continuou e concluiu desta maneira: *In diebus autem regnorum illorum etc.... quæ ventura sunt postea*. Quer dizer: aquela pedra, ó Rei, que viste arrancar e descer do monte, que derrubou a estátua e desfez em pó e cinza todo o preço e dureza de seus metais, significa um novo e quinto Império que o Deus do Céu há-de levantar no Mundo nos últimos dias dos outros quatro. Este Império os há-de desfazer e aniquilar a todos, e ele só há-de permanecer para sempre, sem haver de vir jamais por acontecimento algum a domínio ou poder estranho, nem haver de ser conquistado, dissipado ou destruído, como sucedeu ou há-de suceder aos demais. Estas são as cousas futuras que Deus te quis mostrar, ó Rei, e este é o sonho que tiveste e esta a verdade de sua interpretação — *et verum est somnium et fidelis interpretatio ejus*.

Depois de contar Daniel toda esta prodigiosa história, acrescenta imediatamente o que Nabucodonosor lhe fez e o que lhe disse. O que lhe disse foi: *Vere Deus vester Deus deorum est, et Dominus regnum, et revelans mysteria, quoniam tu potuisti aperire hoc sacramentum*. “Verdadeiramente o Deus que adoras, ó Daniel, é o Deus dos deuses e a Senhor dos reis, e o que só conhece e revela as mistérios escondidos aos homens, pois tu, alumiado por ele, pudeste declarar este grande segredo e sacramento. O que fez Nabuco no mesmo tempo, e ainda antes de dizer estas palavras, refere o mesmo texto em as seguintes: *Tunc rex Nabuchodonosor cecidit in faciem suam, et Danielem adoravit, et hostias et incensum præcepit ut sacrificarent ei*. “Tanto que o rei acabou de ouvir a Daniel, prostrou-se diante dele e adorou-o com o rosto em terra, e mando que lhe oferecessem incenso e sacrifício.” Se isto fez Nabucodonosor a Daniel, quando lhe disse que seu império se havia de acabar e passar outros quatro, que faria se lhe dissesse ser ele o senhor do quinto? Naquele tempo pagava-se a interpretação de uma profecia infeliz com adorações e sacrifícios hoje pagam-se as interpretações felicíssimas com opróbrios e calúnias.

Mas este ponto ficará para seu tempo e para seu lugar. O que deste somente quero recolher e deixa assentado é que, depois dos três impérios dos Assírios, Persas e Gregos, que já passaram, e depois do quarto, que ainda hoje dura, que é o romano, há-de haver um novo e melhor império que há-de ser o quinto e último. Esta suposição é de fé, porque assim o lemos nas Escrituras, é de experiência, porque assim o mostrou o sucesso dos tempos, e é de razão, porque assim se infere por bom discurso.

CAPÍTULO II

Segunda profecia de Daniel

Não é cousa nova em Deus quando revela cousas grandes, significar por repetidas visões o mesmo mistério e por diferentes figuras a mesma revelação. Assim mostrou antigamente a José suas felicidades, primeiro no sonho das paveias dos onze irmãos que adoravam a sua, e depois no do Sol e nas estrelas que lhe faziam a mesma adoração. Assim mostrou a El-Rei Faraó os sete anos da fartura e os outros sete da fome, primeiro no sonho das sete vacas robustas e sete fracas, e depois no das sete espigas gradas e sete falidas. E assim nos tempos em que agora imos, depois de revelar Deus a Daniel o secreto do Quinto Império, no sonho de Nabucodonosor e na visão daquela estátua, em outro sonho e em outras figuras lhe

fez segunda vez a mesma representação, nada menos misteriosa e cheia de circunstâncias, que a primeira, antes mais portentosa em tudo e mais notável.

Passados 47 anos depois daquela visão (que foi o ano 54 do último cativo de Babilônia), reinando já nela Baltasar, que sucedeu a Nabuco no Império dos Assírios ou Caldeus, viu o Profeta Danie¹ em uma visão de noite, (ou fosse dormindo e em sonhos, como tem a opinião mais comum dos Doutores, ou fosse, como outros suspeitam, acordado, velando) viu, digo, que os quatro ventos principais se davam batalha no meio do mar e levantavam uma horrível e furiosa tempestade; mas o mar assim perturbado e temeroso não era mais que o teatro em que haviam de sair a representar quatro figuras horrendas, a que o profeta chama bestas grantes: *...et ecce quatuor venti coeli pugnabant in mari magno, et quator bestiæ grandes ascendebant de mari diversæ inter se.*

“Saiu a primeira besta semelhante a uma leoa com asas de águia; pôs o Profeta nela os olhos, e não levou assim muito tempo, até que lhe foram tiradas ou arrancadas as asas. E logo levantou as mãos da terra e se pôs em pé e ficou em figura de homem.”, Vejam lá os leões se lhes tira Deus as asas para [que] sejam homens! *Prima [bestia] quasi leæna et alas habebat aquilæ; aspiciebam donec evulsæ sunt ale ejus, et sublata est de terra, et super pedes quasi homo stetit, et cor hominis datum est ei.*

“Saiu a segunda besta semelhante a um urso, firmou-se sobre os pés e parou; tinha três ordens de dentes, entre os quais trazia três bocados, e diziam-lhe que comesse e se fartasse de carne” *Et ecce bestia alia similis urso in parte stetit; et tres ordines erant in ore ejus, et in dentibus ejus, et sic dicebant ei: Surge, comede carnes plurimas.*

“Depois desta saiu a terceira besta semelhante a leopardo, e tinha quatro asas como ave e quatro cabeças; e foi-lhe dado grande poder.” *Post hæc aspiciebam, et ecc alia quasi pardus, et alas habebat quasi avis, quatuor super se et quator capita erant in bestia et potestas data est ei.*

Durava ainda a noite, diz o Profeta e por fim de todas entrou “a quarta besta, horrível, espantosa e muito forte. Tinha os dentes de ferro grandes com que comia e despedaçava tudo o que lhe caía da boca ou não queria comer pisava com os pés. Era mui diferente de todas as outras bestas, e tinha na testa dez pontas”. *Post hæc aspiciebam in visione noctis, et ecce bestia Quarta terribilis atque mirabilis, et fortis nimis, dentes ferreos habebat magnos, comedens atque comminuens, et reliqua pedibus suis conculcans: dissimilis autem erat ceteris bestiis, quas videram ante eam, et cornua decem.*

Enquanto tudo isto notava, Daniel via que de entre as dez pontas da quarta besta saía uma ponta menor que as outras, a qual obrou grandes estragos e outras cousas prodigiosas, cuja narração e mistérios pertencem ao Livro V desta nossa História, para onde o reservamos, como também outras circunstâncias desta mesma visão que expendemos em seus lugares.

E continuando o que pertence a este, “levantou Daniel os olhos ao céu e viu que se armava um tribunal de juízo, cheio com grande aparato de horror, grandeza e majestade. Trouxeram-se cadeiras e assentou-se em um alto trono um velho de venerável ancianidade, a quem o Profeta chama Antigo dos dias, cujo cabelo era todo branco, e brancas as roupas de que estava vestido, aquele como arminhos, estas como neve; a matéria do trono era fogo, umas rodas sobre que o trono estava levantado também fogo, e de fogo também um rio arrebetado que da boca lhe saía. Os ministros que lhe assistiam de uma e outra parte eram milhares de milhares; assentaram-se os conselheiros ou juizes assessores; vieram os livros e abriram-se”.

Este é o aparato daquele tribunal e juízo, descrito ou construído ao pé da letra, como fazemos, para maior crédito da verdade em tudo o mais que imos referindo, e por isso repetimos as palavras do texto: *Aspiciebam donec throni positi sunt, et Antiquus dierum sedit: vestimentum ejus candidum quasi nix, et capili capitis ejus quasi lana munda. Thronus ejus flammæ ignis: rotæ ejus ignis accensus. Fluvius igneus, rapidusque egrediebatur a facie ejus. Millia millium ministrabant ei, et decies millies centena millia assistebant ei: judicium sedit, et libri aperti sunt.*

A primeira sentença ou execução que saiu deste juízo foi que à primeira, segunda e terceira besta se tirasse todo o poder, limitando-se a cada uma o tempo determinado de sua duração, o qual acabado, acabaram. Acabou também a quarta besta, porque “viu o Profeta que fora morta violentamente, e que todo aquele grande corpo perecera, e que fora entregue ao fogo para ser queimado”, não ficando de tanta grandeza e bravosidade mais cinzas.

Et vidi quoniam interfecta esset bestia, et perisset cortus ejus, et traditum esse ad comburendum igni; aliarum quoque bestiarum ablata esset potestas, et tempora vitæ constituta essent eis usque ad tempus et tempus.

Torna a dizer o Profeta que “ainda durava a noite e viu vir rodeado de nuvens do céu um como filho do homem, o qual chegou ao trono do Antigo de Dias e o ofereceram em sua presença. E ele lhe deu o poder, a honra e reino de todo o Mundo, para que todos os povos e todos os tribos, e todas as línguas o obedeçam e sirvam. Este seu poder será eterno, eterno também o reino, porque nunca jamais lhe será tirado” *Aspiciebam ergo in visione noctis, et ecce cum nubibus coeli quasi filius hominis veniebat, et usque ad Antiquum dierum pervenit; et in conspectu ejus obtulerunt eum. Et dedit ei potestatem et honorem et regnum; et omnes populi, tribus et linguæ itsi servient: potestas ejus, potestas æterna quæ non auferetur; et regnum ejus, quod non cortumpetur.*

Esta é pontualmente a relação de todo o sonho ou história enigmática, representada nele. “Com a qual (diz Daniel) ficou o meu espírito assombrado e cheio de horror. E volvendo eu no pensamento que significariam aquelas cousas, cheguei-me a um dos ministros que ali assistiam, pedindo-lhe me quisesse declarar o verdadeiro sentido delas. E ele o fez assim e me ensinou a interpretação e mistérios de tudo o que tinha visto”.

Até aqui o mesmo Profeta, o qual, porém, referindo a dita interpretação, passa em silêncio algumas circunstâncias dela, sem dúvida para não exceder a brevidade que no princípio deste capítulo tinha prometido. *Daniel somnium vidit, et somnium scribens brevi sermone comprehendit; summatimque perstringens ait.* E a razão de passar por aquelas circunstâncias tão brevemente ou foi porque as supôs bastantemente declaradas na visão do segundo capítulo ou sonho de Nabucodonosor que acabamos de explicar, ou certamente porque as julgou de menos importância ao seu interesse principal, que é a demonstração do Quinto Império, exprimindo com grande particularidade e miudeza tudo o que pertence a ele, como agora veremos.

Primeiramente diz Daniel (ou disse a Daniel o seu intérprete) que “aquelas quatro bestas grandes significavam” quatro reinos ou quatro impérios, que sucessivamente se haviam de levantar no Mundo depois dos quais se havia de seguir outro quinto reino ou império, que o mesmo intérprete chama Reino dos Santos do Altíssimo, o qual não há de ter mudança nem variedade, nem outro reino algum ou império que lhe suceda, porque há-de durar para sempre. *Hæ quatuor bestiæ magnæ quator sunt regna, quæ consurgent de terra. Suscipient autem*

regnum sancti Dei altissimi, et obtinebunt regnum usque in sæculum et sæculum sæculorum.

Esta é a interpretação em comum que deu o intérprete do Céu a toda a visão, sobre a qual nos explicaremos mais particularmente, declarando todas as figuras dela pela mesma ordem com que foram saindo, advertindo o que o Profeta e seu intérprete exprimiram, e suprimindo com a exposição dos Doutores o que eles calaram, coligido porém tudo imediatamente do mesmo que dizem. Não declara Daniel que ventos fossem aqueles, nem que tempestades se levantaram no mar antes de sair nele as quatro bestas, mas todos os expositores concordam em que o mar significava o Mundo, e os ventos e tempestades que o alteram as alterações, movimentos, guerras e perturbações que se costumam experimentar no mesmo Mundo, quando nele se levantam novos impérios.

Mas, antes que passemos adiante, satisfaremos um argumento que nos fica no texto de Daniel, porque não deixemos o inimigo nas costas. Diz o texto que levantará Deus esta nova monarquia *in diebus regnorum illorum*, nos dias daqueles impérios. Logo, esta monarquia não é futura se não passada, porque dos quatro impérios já passaram totalmente os três, que são o dos Assírios, o dos Persas e o dos Gregos, e o quarto, que é o Romano, também está na última declinação. Respondo que o Profeta na sua interpretação se acomodou com grande propriedade à figura do enigma que declarava. Porque Deus, no sonho de Nabucodonosor, representou todos os quatro impérios, não como quatro corpos ou quatro indivíduos, senão como um só corpo ou um só indivíduo. Por isso viu o Rei não quatro estátuas senão uma só estátua; e assim como da quatro corpos dos quatro impérios se formou um corpo, assim das quatro durações dos quatro impérios se há-de compor uma só duração, donde segue que com toda a verdade se pode afirmar que sucederá nos dias daqueles Reinos o que sucede nos dias de qualquer deles. Exemplo: a vida de um homem compõe-se de muitas idades, e o que acontece em qualquer destas idades se diz com toda; propriedade e verdade que acontece nos dias daquele homem. Da mesma maneira a duração da estátua dos impérios era composta de diferentes idades. A sua primeira idade, que é o tempo dos Assírios foi idade de ouro, a segunda, que é o tempo dos Persas, foi idade de prata, a terceira, que é o tempo dos Gregos, foi idade de bronze, a quarta, que é o primeiro Império dos Romanos, foi idade de ferro, a quinta, que é este último tempo dos mesmos Romanos, é idade de ferro e barro. E basta que nesta última idade, como decrépita, daquela estátua ou daqueles reinos se haja de levantar o Quinto Império, para que com toda a verdade e com toda a propriedade se verifique havê-lo Deus de levantar nos dias daqueles reinos; *in diebus regnorum illorum*. Assim que o Império que promete Daniel não é império já passado, senão que ainda está por vir.

CAPÍTULO III

Prova-se o mesmo contra outra profecia de Zacarias

Assim como Deus dobrou as visões, assim dobrou também as testemunhas, e a mesma sucessão de impérios que revelou a Daniel em umas figuras a mostra agora ao Profeta Zacarias em outras. A primeira profecia de Daniel foi a mesma de Nabucodonosor, a segunda em tempo de Baltasar, que sucedeu a Nabuco; e a terceira de Zacarias em tempo de Hidaspes, que sucedeu a Baltasar. De modo que, assim como iam sucedendo os reis, iam sucedendo as profecias, e Deus

multiplicando as revelações, mas sempre mostrando pela mesma forma primeiro os quatro impérios e depois o quinto.

Diz pois o Profeta Zacarias, no capítulo VI da sua profecia, levantando os olhos (ou levantado-lhos Deus da atenção das cousas presentes para a visão das futuras), viu que do meio de dois montes de bronze saíam quatro carroças puxadas por quatro cavalos, cada tiro ou parilha de diferentes cores. Pela primeira tiravam cavalos melados, pela segunda murzelos, pela terceira pombos, pela quarta remendados; assim parece que se deve construir o texto na forma da nossa cavalaria, mas na frase do mesmo texto chama aos da primeira carroça ruivos, aos da segunda negros, aos da terceira brancos, aos da quarta vários, e estes entre os outros diz que eram os mais fortes.

Vendo estas carroças Zacarias e não entendendo o que significavam, diz que o perguntou a um anjo que falava dentro nele. Mas, ou porque este anjo falasse mais culto que o de Daniel, ou porque Zacarias se entendia por dentro com ele acham os Doutores que explicou um enigma com outro, e mais trabalho tem dado aos expositores deste lugar a declaração do Anjo que a visão do Profeta. Respondeu pois o Anjo que aquelas quatro carroças (dos montes não disse nada) eram quatro ventos doces que assistiam ao dominador da Terra para executarem suas ordens; e que os cavalos negros tinham saído contra as terras do Norte, e após eles os brancos; os vários saíram contra as do Sul, e destes os mais fortes trataram de discorrer por toda a Terra, e que com licença do Dominador a tinham passeado toda.

Até aqui a interpretação do Anjo, na qual e na visão do Profeta seguiremos a comum sentença dos Doutores, que é desta maneira: estas carroças significam os mesmos quatro impérios que Deus mostrou a Daniel, e foram estes impérios representados ao Profeta em figura de carroças, e declarados pelo Anjo em metáfora de ventos, para mostrar a violência e velocidade com que seus fundadores conquistariam e sujeitariam por armas os reinos terras e gentes de que se haviam de formar os ditos impérios; porque, ao uso daqueles tempos, a principal força dos exércitos consistia nas carroças armada que eram as que faziam maior estrago na guerra como se vê nos casos tão celebrados.

Estas carroças diz o Anjo que estavam prontas como ventos para execução dos mandados do Dominador da terra, porque Deus, como supremo Senhor dos Exércitos, se servia sempre das armas de todas as nações, principalmente destas quatro, como tão poderosas para a execução de seus divinos decretos, os quais por altos e imutáveis são comparáveis aos dois montes de bronze donde saíam as carroças. A primeira carroça representava o Império dos Assírios, e tiravam por ela cavalos ruivos, que é cor de fogo, para significar os danos, assolações e incêndios com que os Assírios conquistaram destruíram e abrasaram o povo hebreu, principalmente no cativo de setenta anos a que eles com razão chamavam fornalhas da Babilônia. A segunda carroça representava o Império dos Persas, e tiravam por ela cavalos negros, cor de tristeza e luto, porque também os Persas afligiram e foram lutosos aos Hebreus, principalmente naquela grande aflição, quando El-Rei Assuero, marido de Ester, persuadido pelos enganos de Amão, tinha condenado a morrer em um dia com crueldade inaudita toda a nação hebréia. A terceira carroça representava o Império dos Gregos e tiravam por ela cavalos brancos, cor pacífica e alegre, porque, exceto Antíoco (cuja tirania também serviu de matéria gloriosa aos triunfos dos Macabeus) os outros príncipes gregos sempre foram benéficos aos Hebreus, e mais que todos Alexandre Magno, fundador daquele império, cuja majestade, como escreve José, não duvidou de adorar no templo ao

pontífice Jada. Finalmente, a quarta carroça representava o Império Romano, e tiravam por ela cavalos vários, porque os Romanos, assim no ódio como na benevolência, foram vários para com os Hebreus, uns amigos e propícios, como Júlio César, Augusto, Tibério, Cláudio; outros inimigos, perseguidores e cruéis, como Pompeu, Calígula, Nero, Vespasiano, Adriano, Tito.

Restam por explicar os diferentes caminhos que disse o Anjo fizeram estas carroças, e primeiro que tudo se deve muito notar que da primeira carroça não disse cousa alguma, que é admirável confirmação de serem significados nas quatro carroças os quatro impérios. Porque, como a primeira carroça significava o Império dos Assírios, que já havia muito tempo florescia, não tinha necessidade de intérprete nem declaração. E assim declarou somente o Anjo os três impérios seguintes, cuja fundação e sucessos estavam ainda por vir. A segunda carroça, dos cavalos negros, que são os Persas, diz o Anjo que caminhou para as terras do Norte; e assim foi, porque os Persas devastaram e ocuparam a Babilônia que fica para a parte do Norte da Judeia, e ali acabou o Império dos Assírios. A terceira carroça, a dos cavalos brancos, diz que foi atrás da primeira, e assim sucedeu, porque os Gregos venceram e destruíram a Dario, último imperador dos Persas, junto à mesma Babilônia onde Alexandre, como escreve Crítio e Plutarco, tomou o nome de Rei da Ásia. E a quarta carroça, dos cavalos vários, diz que foi para o Sul, e assim consta das histórias, porque os Romanos passaram por várias vezes à conquista do Egito, que fica ao sul de Judéia, e depois da vitória chamada actíaca, em que Augusto desbaratou a Cleópatra e Marco Antônio, reduziu o mesmo Egito a província, como escreve Suetônio, e ali acabou o Império dos Gregos. De toda esta combinação das histórias com a profecia, e da consonância e harmonia dos tempos, lugares, nações, princípios, fins e todos os sucessos desses Impérios tão ajustados com as propriedades das figuras que as representavam, se faz certo e evidente argumento de que esta interpretação é a sólida e verdadeira, e que isto foi o que Deus e o Anjo quiseram significar ao Profeta.

Ultimamente diz que os cavalos mais fortes ou os robustíssimos da quarta carroça quiseram correr e passear toda a Terra, e que a correram e passearam; e assim se verificou nos Romanos, que com sua potência e vitórias se fizeram senhores do Mundo e o meteram debaixo dos pés. Estes robustíssimos dos Romanos foram os seus maiores capitães e imperadores, como Cipião, Pompeu, César, Augusto, Vespasiano, Trajano, Constantino, Teodósio, etc. E posto que os Romanos absolutamente não conquistaram o Mundo como é em si, porque nunca chegaram à América, que mais é uma metade que parte do Mundo, contudo diz o Anjo que correram e passearam todo o Mundo no mesmo sentido em que Augusto, no seu edicto do tempo do nascimento de Cristo, mandou que todo o Mundo se alistasse, *ut describeretur universus orbis*. Mas Sanchez, para explicar a palavra per *omnem terram* em toda a sua largueza, quer que não só nas terras do Mundo Antigo, senão nas da América, Mundo Novo, e nas da Índia Oriental, nunca conquistada nem ainda conhecidas pelos Romanos. E diz que aqueles robustíssimos de que fala o Anjo são os Espanhóis, verdadeiramente valentíssimos, audacíssimos e fortíssimos, pois conquistaram estas regiões novas e incógnitas, não pelejando contra os homens, como os antigos Romanos, senão contra os ventos, contra os mares, contra o Céu, contra o Sol, contra todos elementos e contra a mesma natureza, a que venceram e contrastaram. E para este autor perfilhar ou acomodar aos Romanos, conforme a profecia, estas vitórias próprias dos Espanhóis, e que de nenhum modo; parece lhe competiam, leva o direito desta herança à origem que os Reis de Espanha trazem dos Godos, os quais Godos, como já tinha

notado Ribeira, foram estipendiários dos Romanos e pelejaram debaixo de suas bandeiras, ajudando a defesa e conquista do Império, como fizeram ao Imperador Maximino contra os Partos e a Constantino contra Licínio. Mas esta aplicação, como violenta e trazida de tão longe, com razão não é admitida de Cornélio à lápide, que impugna facilmente. Contudo, porque esta glória que Sanchez dá aos Espanhóis toca pela maior e melhor parte aos Portugueses, pelas vitórias do Oriente a que o mesmo Cornélio chama *ad miraculum usque illustres*, por não deixar perder a nossa, nação um título tão honrado como serem chamados por ,boca de um anjo os mais fortes de todos os Romanos, digo que os Portugueses e todos os Espanhóis se podem e devem entender debaixo do nome de Romanos, no sentido desta profecia, porque Espanha e Portugal foram colônias dos Romanos, e parte não só do Império, senão do povo romano, e verdadeiros cidadãos romanos; ao que não obstava serem de diferente nação, como se vê em S. Paulo, que, sendo hebreu, apelou para o César, alegando que era cidadão romano e que só no tribunal de César podia ser julgado.

Além de que muitos portugueses eram filhos e netos dos Romanos, como muitos romanos de Portugueses, pela união e comércio destas duas nações, assim em Portugal, onde viviam os presídios romanos, como nas guerras dos mesmos Romanos, onde os Portugueses iam servir e merecer debaixo de suas bandeiras. E posto que qualquer destas razões e muito mais todas juntas são bastantes para que sem impropriedade se possa entender os Portugueses debaixo do nome de Romanos, o fundamento principal sólido e certo desta interpretação é ser esta a mente e sentido em que falaram os mesmos Profetas, os quais entendem Império Romano todo o corpo íntegro do dito Império, e todas as partes de que ele se compôs e inteirou quando esteve em sua maior grandeza, ainda que essas mesmas partes depois se desunissem do mesmo Império e lhes negassem obediência.

Vê-se claramente esta verdade na primeira profecia de Daniel, onde se diz que os pés e dedos da estátua eram compostos de ferro e barro, e que o barro e o ferro não estavam unidos, na qual divisão de dedos e desunião de metais se significava que o Império Romano se havia de dividir em muitos reinos e senhorios menores, e que esses se haviam de desunir da sujeição e obediência do mesmo Império. Assim o interpretou o mesmo Daniel: *Porro quia vidisti pedum et digitorum partem testæ figuli, et partem ferream, regnum divisum erit; as quais palavras comentando, Cornélio diz assim: Potissimum vero divisum fuit hoc regnum ideoque enervatum cum variæ gentes ab ejus obedientia se subdixerunt, sibique proprios reges crearunt, uti fecerunt Hispani, Poloni, Angli, Franci etc.* De maneira que a divisão dos dedos e a desunião dos metais dos pés da estátua significava os reinos dos Espanhóis, Polacos, Ingleses, Franceses e os demais, que, sendo antes sujeitos aos imperadores romanos, lhes negaram a sujeição e se desuniram, deles. Mas contudo (que é o nosso intento) ainda assim divididos e desunidos se computam e reputam por parte da mesma estátua e do mesmo Império Romano, ainda que não sejam romanos, porque realmente são partes daquele corpo e daquele todo, ainda desunidos dele. Destas nações pois e destes reinos de que se compunha o Império Romano, aqueles homens, que eram os mais fortes e valentes de todos, não se contentaram só com as terras dos outros impérios, mas que intentaram discurrir e passear toda a redondeza da Terra. Estes foram os Espanhóis, e entre os Espanhóis muito particularmente os Portugueses; porque a conquista dos mares e terras do Oriente, pela distancia remotíssima das terras, pela dificuldade de navegações, pela diferença dos climas, pelo valor e potência das nações que se conquistaram, foi empresa de muito maior valor, resolução e esforço que a dos Castelhanos. Assim

que, considerando todo o corpo do Império Romano e todas suas empresas, os fortes dos Romanos foram os Cipiões, os Pompeus, os Césares, os Augustos; os fortíssimos foram os Espanhóis, e entre esses Espanhóis os fortíssimos dos fortíssimos foram os Portugueses. Não somos nós que o dizemos, senão o anjo que falava em Zacarias: *Qui autem erant robustissimi, exierunt, et quærebant ire et discurrere per omnem terram; et dixit: Ite, perambulate terram: et perambulaverunt terram.* Finalmente, para que a profecia se entenda dos Espanhóis e Portugueses, era justo...

LIVRO II

Em que se mostra que Império há-de ser este

Suposto como deixamos assentado que há-de haver no Mundo um quinto e novo Império, segue-se que digamos que Império há-de ser: e assim o faremos em todo este II Livro.

CAPÍTULO II

Que o Quinto Império é o Império de Cristo e dos Cristãos

É conclusão certa e de fé que este Quinto Império de que falamos, anunciado e prometido pelos Profetas, é o Império de Cristo e dos Cristãos. Prova-se dos mesmos textos e profecias já alegadas, sobre as quais fundaremos tudo o que dissermos nesta história, para maior clareza e firmeza dela, pois não é cerzida de pedaços ou retalhos das Escrituras, senão cortada toda da mesma peça.

Primeiramente aquela pedra que derrubou a estátua e desfez as quatro monarquias figuradas nos quatro metais, e depois cresceu e a sua grandeza ocupou e encheu toda a Terra, é Cristo, o qual em outros muitos lugares da Sagrada Escritura se chama Pedra. Ele foi a pedra que no deserto matou a sede aos filhos de Israel e os acompanhou até a terra da Promissão. Ele foi a pedra com que David derrubou ao gigante, em significação de que por meio e virtude de Cristo havemos de vencer o Mundo e o Demônio. Ele foi a pedra que viu Zacarias, e sobre ela sete olhos, *super lapidem unum sentem oculi*, que são os sete dons do Espírito Santo, o qual infundiu todo e descansou sobre Cristo. Ele foi a pedra sobre que adormeceu Jacob, quando se lhe abriu o Céu e viu a escada; ele a pedra sobre que sustentou os braços levantados de Moisés, quando venceu os exércitos de Amalec; ele finalmente a pedra angular, a que uniu os dois povos gentílicos e judaico, e a pedra fundamental e provada sobre que se fundaram na Lei antiga a Igreja de Sion e na nova a do mesmo Cristo. Esta pedra pois foi a que, arrancada do monte, derrubou a estátua e desfez os quatro impérios dos Assírios, Persas, Gregos e Romanos, para fundar e levantar o seu sobre todos eles. Assim o dizem conformemente neste lugar não só todos os Padres e expositores católicos, senão também os hereges e até mesmo Rabinos, os quais acertam em dizer que nesta pedra está profetizado o Reino do Messias, e erram somente em não crerem que o Messias é Cristo.

Diz Daniel que esta pedra caiu de um alto monte, arrancada dele sem mãos. E este monte ou é o Céu e o seio do Eterno Padre, donde desceu Cristo quanto a divindade, como interpreta S. Ambrósio; ou é a nação hebraica, levantada naquele tempo como monte entre todas as outras nações do Mundo, da qual o Verbo se dignou tomar e unir a si a humanidade, como explica S. Agostinho; ou finalmente é a

Virgem Maria, Senhora Nossa, sublimada como monte altíssimo sobre todas as criaturas, como a mais perfeita e excelente de todas.

Esta é a sentença comum e mais recebida dos Padres e expositores deste lugar, com a qual concorda admiravelmente a advertência de Daniel, que a pedra foi arrancada ou cortada do monte sem mãos: *Lapis abscissus* de monte *sine manibus*; porque na geração temporal de Cristo, sendo verdadeiro homem, não tiveram parte mãos de homem, toda foi obra sobrenatural e divina, suprimindo o Espírito Santo e a virtude do Altíssimo o que nela faltou de concurso humano. Assim o notou o mesmo S. Agostinho, S. Hierónimo, S. Ireneu, S. Júlio, S. Epilanio, Teodoreto, Ruperto e muitos outros Padres.

Na segunda visão de Daniel ainda consta mais claramente e por termos mais expressos que este Império é o de Cristo...*et ecce (diz o Profeta) cum nubibus caeli quasi filius hominis veniebat, et usque ad Antiquum dierum pervenit: ...et dabit ei potestatem et honorem et regnum, etc.*; De sorte que a pessoa a quem foi dado por Deus o Quinto Império de que Daniel fala neste lugar (como vimos) era o Filho do Homem. E que cousa há mais certa e freqüente no Evangelho que chamar-se Cristo Filho do Homem? *Quem dicunt homines esse filium hominis? Væ autem homini illi per quem filius hominis tradetur! Tunc videbunt filius hominis venientem in nubibus caeli.* Não repito os autores desta explicação, porque são todos, e porque o texto é tão claro que não há mister intérpretes. Só reparou Maldonado que não se chama Cristo neste lugar Filho do Homem absolutamente, sendo quasi filius hominis, para denotar o Profeta que entre este homem e os outros homens havia diferença: os outros são puros homens, Cristo é homem e Deus juntamente; assim que aquele quasi significa a falta de substância humana, posto que tão superiormente suprida com a divina. E porque Deus não havia de ter subsistência humana como os outros homens, posto que tivesse a mesma natureza como eles, não lhe chama por isso o Profeta homem, senão quase homem-quasi filius hominis. Quem havia de duvidar que em um quasi cabia uma distancia infinita?

A terceira visão de Zacarias confirma ainda com maior propriedade ser Cristo o Senhor deste Império. Já dissemos que a coroa ou coroas que foram postas sobre a cabeça de Jesus, filho de Josedec significavam o mesmo Império Quinto profetizado por Daniel: e que seja Cristo o soberaníssimo Monarca que Zacarias viu coroar naquela figura, não só o confessa a Igreja Universal na aplicação deste lugar, e a opinião comum de todos os Padres e Doutores, senão ainda muitos hebreus, que sem ódio escreveram antes de Cristo. *Communis est Patrum sententia et multorum ex Hebræis quibus accedit Chaldeus sermonem hic esse de Messsiah*, diz o doutíssimo Sanchez. De maneira que na primeira visão foi Cristo, significado com o nome comum e metafórico de pedra, na segunda com o nome particular de Filho do Homem, na terceira com o nome propriíssimo de Jesus, Jesus filii Josedeci: e em todas estas três visões em que Deus revelou aos seus Profetas a grandeza e majestade futura do Quinto Império, e os quatro a que ele devia de suceder, Ihes mostrou, e revelou também que o Senhor e o Monarca deste Império havia de ser Cristo.

Com muitos outros textos da Escritura pudéramos confirmar esta mesma conclusão, mas porque tudo o que havemos de dizer nesta história será uma continuada prova e confirmação dela, bastem os textos alegados, que são, como dizia, os fundamentais de toda ela.

Mas porque no princípio deste capítulo dissemos que o Quinto Império era o Império de Cristo e dos, Cristãos, tornemos à segunda visão de Daniel, onde Deus

para consolação dos fiéis quis que nos ficasse expressa e revelada esta tão gloriosa verdade.

Depois de referir Daniel como Deus Padre, a quem ele chama o Antigo dos dias dera ao Filho do Homem aquele novo reino ou império, perguntou o mesmo Profeta a um dos anjos que assistiam ao trono a significação das cousas que via, e ele lhe disse por três vezes que o reino e império que vira dar ao Filho do Homem era o reino e império que os santos do Altíssimo haviam de ter neste Mundo. No verso 18 daquele capítulo (que é o VII) diz assim: *Suscitent autem regnum Sancti Dei altissimi: et oblinebunt regnum usque in sæculum et sacculum sæculorum. E no verso : Donec vénit Antiquus dierum, et dierum, et iudicium dedit sanctis Excelsi, et tempus advenit, et regnum obtinuerunt sancti. E no 27: Regnum autem, et potestas, et magnitudo regni quæ est subter omne cælum, detur populo sanctorum Altissimi; cujus regnum, regnum sempiternum est, et omnes reges servient ei et obedient.* Muitas cousas e muito grandes disse nestas palavras o Anjo, as quais ficam reservadas para se explicarem em seus lugares por agora só nos serve (o que diz e repete tantas vezes o Anjo) que aquele mesmo Reino que o eterno Padre deu ou há-de dar a seu filho Cristo é o Reino e o Império dos Santos, isto é, dos Cristãos. Assim o diz expressamente sobre estas palavras de Daniel o seu grande comentador Perério, chamando a este Quinto Império *Regnum Christi e Christianoram*, Reino de Cristo e dos Cristãos. *Deinceps (diz ele) pagnandum nobis est cum Judæis qui Christianis infensi infestique et iniquo animo ferentes, quæ de illo quinto Regno tam præclara et gloriosa prædix Daniel, ea ad Regnum Christi et Christianorm accommodari, etc.*

E que pelo nome de Santos, de que usa Daniel, se entendam e devam entender os Cristãos não é só explicação de intérpretes da Escritura, senão frase muito corrente e ordinária em toda ela. S. Paulo, escrevendo aos cristãos da cidade de Filipe, em Macedônia, no título ou sobrescrito da carta diz assim: *Omnibus Sanctis in Christo qui sunt Philippis* “a todos os Santos em Cristo que estão em Philippis”. E escreveu aos cristãos de Roma: *Omnibus qui sunt Romæ dilectis Dei, vocatis Sanctis*. E na mesma epístola, exortando aos mesmos Romanos a que socorressem com suas esmolas aos cristãos necessitados: *Necessitatibus Sanctorum communicantes*. E saudando aos Filipenses no fim da epístola citada, em nome de alguns cristãos que estavam em serviço do Imperador que então era Nero: *Salutant vos omnes Sancti maxime autem qui de Cæsaris domo sunt*: “saúdam-vos, diz, todos os Santos, e principalmente os que estão em casa de César”. Finalmente este era o ordinário modo de falar da primitiva Igreja, e assim vemos no capítulo IX dos Atos dos Apóstolos que usou da mesma frase Ananias, representando Cristo os grandes males que Saulo tinha feito contra os Cristãos: *Quanta mala Sanctis tuis fecerit*. E a este uso se chamaram as igrejas dos Cristãos igrejas dos Santos, conforme o texto da Epístola ad Corinthios: *In ecclesiis Sanctorm doceo*.

A razão deste nome é tomada da santidade da Lei de Cristo que professam os Cristãos, os quais, assim como de Cristo se chamavam cristãos, assim da Lei santa de Cristo se chamaram santos. E este é o sentido em que Daniel e o Anjo falaram naquela visão chamando a Cristo Filho do Homem, com a mesma frase com que depois se nomeou a Cristo, e chamando ao Reino dos Cristãos Reino dos Santos, com a mesma frase com que depois se nomearam os Cristãos, bem assim como já antes de Daniel o tinha profetizado com o mesmo espírito Isaías: *Et vocabunt eos populus sanctus, redempti a Domino*. E aquele povo remido por Deus será chamado publicamente Povo santo, que é em próprios termos o que depois se viu na Igreja e o que diz aqui o Anjo: *Regnum autem et potestas detur populo*

sanctorum. E ambos estes nomes e as etimologias deles compreendeu S. Paulo no princípio da Epístola aos Romanos, em que lhe chama *Vocati Jesu Christi et vocatis Sanctis*, chamados de Jesus Cristo e chamados santos.

CAPÍTULO II

Pergunta-se se este Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser neste Mundo ou no outro.

Deu motivo a esta questão, entre os Padres gregos, o Teodoreto, e entre os latinos, Tertuliano, os quais concordavam com a verdade da nossa História em dizerem com os demais que o Quinto Império é o de Cristo e dos Cristãos, mas que tem para si que há-de ser este Império no Céu e não na Terra. Fundam a sua opinião nas mesmas visões de Daniel, desta maneira:

Antes que a pedra cortada do monte (que é Deus e o seu Império) crescesse a toda aquela sua grandeza (diz Teodoreto), já todos os outros reinos e impérios do Mundo estavam derrubados e caídos, já o vento os tinha levado pelos ares, desfeito em pó e em cinza, e já tinham desaparecido totalmente do Mundo, sem haver mais que a memória deles, nem se poder achar ou conhecer o lugar onde tivessem estado, como consta do texto: *Tunc contrita sunt pariter ferrum, testa, æs, argentum et aurum, et redacta quasi in favillam æstiva, areæ quæ rapta sunt vento; nullusque locus inventus est eis; lapis autem qui percusserat statuam factus est mons magnus*. Sendo logo certo como é que os reinos, cidades, repúblicas e impérios do Mundo se não hão-de desfazer em cinza, nem se hão-de acabar, senão quando se desfizer e acabar o mesmo Mundo na última ruína dele, segue-se que o Império de Cristo e dos Cristãos, de que fala Daniel, e aquela sua grandeza prodigiosa e que há-de crescer, não há-de ser neste Mundo, senão no outro.

Tertuliano, fundado na mesma visão, e muito mais na segunda, argumenta assim Este Reino ou Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser Reino perpétuo, incorruptível¹ e eterno, como dizem expressamente as palavras de ambos os textos: *Regnum quod in eternum non dissipabitur; Regnum quod non corrumpetur; Regnum usque in sæculum et sæculum sæculorum; Regnu sempiternum*. Os reinos deste Mundo todos de sua própria natureza são corruptíveis, e todos, por mais que durem e permaneçam, hão-de ter um com o mesmo Mundo, o qual é de fé que se há-de acabar. Logo, se o Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser perpétuo, incorruptível e eterno, clara e manifestamente se segue que não há-de ser império da Terra, senão do Céu.

Contudo a sentença comum dos Santos, e recebida e seguida como certa de todos os expositores, é que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos profetizado por Daniel (qualquer que haja de ser) é Império da Terra e na Terra. E posto que os autores desta sentença mais supõem que aprovam, nós aprovaremos e demonstraremos com os textos das mesmas visões.

Daquela pedra que representava a Cristo e seu Império, diz Daniel, na primeira visão, que cresceu e se fez um monte tão grande que ocupou e encheu toda a terra. *Lapis autem qui percusserat statuam factus est mons magnus et implevit universam terram*. Infiro agora assim:

Esta pedra e este Império de Cristo, que derribou os outros impérios, cresceu? Logo, não é império do Céu nem depois de acabado o Mundo; porque o Reino e Império de Cristo, depois de acabado o Mundo, de nenhum modo há-de crescer nem pode crescer. Não há-de crescer nem pode crescer no número dos

homens, porque, depois de acabado o Mundo e depois do Dia de Juízo, não há-de haver mais homens que vão ao Céu; não há-de crescer nem pode crescer na glória dos bem-aventurados, porque, desde aquele ponto, cada um há-de receber por inteiro toda a glória devida a seus merecimentos; e como se acabou o tempo de mais merecer, assim se acabou o tempo de mais alcançar. Logo, se o Reino de Cristo e dos Cristãos há-de crescer depois daquele tempo, e crescer a uma grandeza tão imensa, segue-se que esse crescimento há-de ser neste Mundo e não no outro. Mas para que são conseqüências, se as mesmas palavras do texto o dizem claramente? *Factus est mons magnus et implevit universam terram*. Se a pedra, crescendo, se fez um grande monte, o qual grande monte encheu e ocupou toda a Terra, e este é o Império profetizado de Cristo, bem claro se mostra que é Império da Terra e não do Céu e que na Terra e não no Céu há-de ter toda esta sua grandeza.

Não negamos, porém, nem podemos negar que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de durar também com o mesmo Cristo e os mesmos Cristãos depois de bem-aventurados por toda a eternidade no Céu; mas nem por isso há-de deixar de ter na Terra a grandeza que nestes textos lhe é profetizada e prometida, antes a razão de haver de ter tanta grandeza no Céu, é porque a terá primeiro na Terra, no Céu consumada e perfeítissima, como se deve ao estado do Céu. Desta maneira se concilia e concorda facilmente a opinião de Tertuliano e Tedoreto com a verdade da nossa; este é o mais ordinário sentir de todos os expositores de Daniel, os quais dizem que este Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser incoado na Terra e consumado no Céu, mas com tanta discrepância de tempos, como veremos em seu lugar, que agora só trataremos qual seja em comum o deste Império.

Os termos da segunda visão de Daniel ainda são (se podem ser) mais evidentes. *Regnum autem et potestas et magnitudo regni, quæ est subter omne cælum, detur populo sanctorum Altissimi*. “O Reino ou Império que se há-de dar ao povo dos Santos do Altíssimo, que são os Cristãos, é o poder e grandeza de todos os reinos que há debaixo do Céu.”

Podia-se dizer cousa mais clara? Parece que estava antevendo Daniel que havia de haver quem interpretasse esta sua visão em diferente sentido do que ele a escrevia, dizendo que este Reino havia de ser no Céu e não na Terra, pois posto se entenda e saiba que não é assim, adverte e nota sinaladamente o Profeta que não é Reino do Céu, senão de debaixo do Céu: *magnitudo regni, que est subter omne cælum, detur populo sanctorum Altissimi*.

Nas palavras que se seguem a estas declara mais em particular Daniel (ou o Anjo por ele) quem não-de ser os súbditos deste Império, e diz em nova confirmação do que dizemos, que serão todos os reis do Mundo, os quais o não-de servir e lhe não-de obedecer: *et omnes reges servient ei et obedient*.

Se os reis não-de servir e obedecer a este Império, bem se colhe que há-de ser Império da Terra e não do Céu, porque no Céu não se serve, nem se obedece, nem se merece, e só se goza o prêmio do que se obedeceu, do que se serviu e do que se mereceu na Terra. Da Terra é logo este Império, e na Terra é que há-de ser servido e obedecido e reconhecida de todos os reis dela, como bem advertiu Cornélio, comentando as palavras *subter omne cælum*, pouco atrás citadas: *Non quæ est super, sed quæ est subter omne cælum, id est in omni terra, sive in omni plaga cælo subjecta*.

Responder aos seus argumentos é igualmente fácil. Ao de Teodoreto dizemos que o texto de Daniel só fala das quatro monarquias representadas nos quatro

metais da estátua, as quais nem cada uma por si nem todas juntas compreenderão nunca toda a grandeza da Terra; e quando se diz que ficaram desfeitas em pó e desapareceram, e foram voadas do vento, e não se achou mais o lugar onde estivessem, não quer dizer que as terras, cidade e gentes das ditas monarquias se haviam de acabar e extinguir totalmente (como há-de acontecer a todo o Mundo no Dia de Juízo) senão que havia de se acabar seu mando, seu poder, seu império, sua soberania, como verdadeiramente se acabou a dos Assírios pela sucessão dos Persas, e a dos Persas pela sucessão dos Gregos, e a dos Gregos pela sucessão dos Romanos e se acabará também a dos Romanos pela sucessão do Quinto Império. E isto quer dizer em frase da Escritura — *non inventus est locus ejus-que* “se não achou mais o seu lugar”, porque sucederam outros nele, como se vê no exemplo de Judas, de quem fala a Escritura pelos mesmos termos, e consta que sucedeu em seu lugar S. Matias.

Ao argumento de Tertuliano que se fundava na eternidade do Quinto Império, já temos dito que a continuação dele no Céu há-de ser verdadeiramente eterna em toda a propriedade e largueza da significação desta palavra. Mas se entendermos o texto de Daniel da duração somente que o Império de Cristo e dos Cristãos há de ser neste Mundo, pela palavra eternidade não se entende rigorosamente duração sem fim, senão continuação e permanência de muito tempo, que depois veremos quanto há-de ser. Entretanto basta saber-se que a palavra eterno tem este mesmo sentido e limitação em muitos lugares da Escritura, como notou S. Agostinho na Questão 31.a sobre o Gênesis, e mostraremos mais largamente quando escrevermos a duração do Quinto Império.

Mas para que tiremos todo o escrúpulo aos outros razão será não passe sem satisfação uma grande dúvida que, por ser fundada nas mesmas palavras do texto de Daniel, não só pode embaraçar a verdade da nossa sentença, mas confirmar na contrária os autores e seguidores dela. *Aspiciebam (diz Daniel na segunda visão) donec throni positi sunt, et Antiquus dierum sedit vestimentum ejus candidum quasi nix, et capilli captis ejus quasi lana munda; thronus ejus flammæ ignis rotæ ejus ignis accensus, Fluvius igneus, rapidusque egrediebatur a facie ejus. Millia millium ministrabant ei, et decies millies centena millia assistebant ei; judicium sedit et libri aperti sunt, etc.* E estas palavras por todas as circunstâncias do trono, do fogo, da assistência dos anjos, dos livros que se abriram e do mesmo nome de juízo, não só parece que significam, senão que estão demonstrando o vigor e majestade do juízo final, e assim o entendem mais ordinariamente os expositores desta visão. Logo, se o Reino e Império de Cristo e dos Cristãos há-de ser depois do juízo final, claramente se convence que ano é nem há-de ser Império desde Mundo, senão do outro.

Respondo que é certo falar neste lugar o Profeta de juízo, e juízo de Deus, e juízo rigoroso e de grande majestade, mas digo com a mesma certeza que este juízo não é o juízo final, em que Cristo há-de vir julgar os vivos e os mortos no fim do Mundo, senão um juízo particular, em que o Padre Eterno há-de tirar o Reino e Império universal do Mundo ao tirano ou tiranos que então o possuírem, e para meter de posse e o entregar a Cristo, seu filho, como legitimo senhor e herdeiro dele, e aos professores de sua fé e obediência, que são os Cristãos.

CAPÍTULO III

Se este Império de Cristo no Mundo é espiritual ou temporal

Assentado, como acabamos de resolver, que este Império de Cristo e dos Cristãos, de que falam as profecias alegadas, é principalmente o da Terra e não o do Céu, ainda nesta suposição nos resta averiguar um ponto de grande importância e de cuja decisão depende o maior fundamento de todo este nosso discurso. Porque este Império de Cristo, que dizemos há de ser na Terra, ou pode ser espiritual ou temporal espiritual como o que hoje tem o Sumo Pontífice, cujo poder e jurisdição se ordena a governar os fiéis membros e súbditos da Igreja, a conseguir a bem-aventurança, que é o último fim do homem; temporal, como o que têm os príncipes católicos sobre os seus reinos e províncias, que se dirige a governar os vassallos por meio de leis prudentes e justas, que é o fim particular de todas as comunidades humanas, dos Cristãos católicos, em quanto este fim particular e mediato se ordena ao último fim.

Isto posto, perguntamos agora se este Império de Cristo há-de ser espiritual ou temporal; e começando pela conclusão em que não há resistência nem dificuldade, diremos primeiramente que este Império de Cristo (o qual não há-de ser diferente do que hoje é, senão ,quanto ao modo como em seu lugar veremos) é império espiritual. Assim o ensinam e ensinaram sempre conformemente todos os Padres e Doutores da Igreja, todos os teólogos antigos e modernos, e todos os expositores de ambos os Testamentos, e se demonstra com o mesmo mistério da Encarnação e fim com que Cristo veio ao Mundo, e com a doutrina e ações de sua vida e morte.

Porque, se perguntarmos aos Evangelistas (deixando o testemunho das outras Escrituras) que fez Cristo e que ensinou com a palavra e com o exemplo, desde o dia em que nasceu até à hora em que expirou na cruz, dir-nos-ão que veio ensinar aos homens a ciência da saúde e salvação; que veio ser luz do Mundo e alumiar os que vêm a ele; que veio lançar fogo na terra, para que se acendesse nela a claridade que tão apagada estava; que veio encher e informar a lei e animar a letra com o espírito; que veio vencer o demônio e lançá-lo do Mundo, onde reinava e se intitulava príncipe; que veio apartar os pais dos filhos e os filhos dos pais, para que a graça prevalecesse contra a natureza e o amor de Deus pudesse mais que o do sangue; que ensinou o desprezo das riquezas, os interesses da esmola, o perdão das injúrias, a verdadeira amizade com os inimigos, a virtude da humildade e a da castidade, uma não usada, outra não conhecida no Mundo, que pregou o Reino do Céu, a eternidade do Inferno, o rigor do juízo, o preço e imortalidade da alma; finalmente que abriu sete fontes de graça e ou que instituiu sete sacramentos perpétuos e ficou Ele conosco perpetuamente em sacramento; que nos lavou com o seu sangue, que morreu por nós, e que nos deixou o seu amor e o nosso contentamento.

Sendo pois estas as ações daquele Senhor a quem antes de vir ao Mundo todos os profetas chamaram Pai, e em seu nascimento foi aclamado Rei e em sua morte intitulado Rei; e sendo todas elas ordenadas só à salvação e perfeição dos homens e dirigidas e encaminhadas ao Céu, cujo reino lhes pregou e prometeu sempre, e estando até aquele tempo fechado, lho abriu e mereceu com seu sangue; que maior sentimento se pode desejar, nem que maior demonstração ou evidência de ser o Reino e Império deste santíssimo e soberaníssimo Rei, Reino e Império espiritual?

Foi Reino e Império espiritual no fim e causas de sua instituição, espiritual nas leis, espiritual no governo, espiritual no uso, nas execuções e no exercício; e suposto que dizemos há-de ser sempre o mesmo (nem é decente nem seria crível outra cousa), em qualquer tempo futuro será e há-de ser também espiritual.

Não alegamos aos autores desta doutrina, assim por serem todos, como dissemos, como porque alegaremos muitos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

Examina-se se o Reino e Império de Cristo é também temporal. Refere-se a opinião negativa.

O império e domínio temporal é certo que de sua natureza não exclui nem implica com o temporal, de modo que um outro domínio bem pode sem repugnância alguma convir e ajustar-se no mesmo sujeito. Assim vemos que o Sumo Pontífice, tendo o domínio espiritual de toda a Igreja, é também senhor e príncipe temporal do estado que chamam eclesiástico; em Alemanha, três dos eleitores do Império são príncipes eclesiásticos e senhores temporais de seus estados; e no nosso reino, o Arcebispo primaz é juntamente Bispo e Senhor de Braga.

Suposto pois que o Reino e Império de Cristo seja espiritual, como acabamos de resolver, resta examinar agora se é também império temporal. Muitos e graves teólogos seguem de tal maneira a parte negativa que exclui totalmente do Império de Cristo toda a jurisdição, poder e domínio temporal, e somente lhe concedem ou admitem nele o puramente espiritual; bem assim como aquele que os príncipes eclesiásticos têm sobre suas igrejas ou ovelhas (posto que por modo mais sublime e excelente) mas de nenhum como aquele que os senhores e príncipes seculares têm sobre seus estados e vassallos.

Fundam primeiramente esta sua sentença em muitos lugares da Escritura e particularmente em todos aqueles com que no capítulo passado mostramos o seu nome e título de Rei, que os Profetas davam a Cristo; e notam bem advertida e doutamente estes autores que todas as vezes que os textos da Escritura Sagrada falam no Reino, Império, domínio, poder ou principado de Cristo, sempre acrescentam alguma explicação ou limitação com que o nome geral de Rei e Senhor se distinga ou aliene da significação de poder temporal, e se limite, estreite e determine ao espiritual somente.

No Salmo II chama David a Cristo Rei constituído por Deus — *Ego autem constitutus sum rex ab eo*; mas logo limita a significação do ofício ou dignidade, dizendo que para pregar seus *preceitos-praedicans praeceptum ejus*. No Salmo XLIV descreve o mesmo Profeta as prosperidades e progressos do Reino de Cristo: *...intende, prospere procede et regna*; mas logo declara o gênero de armas, todas espirituais, com que há-de conquistar o Mundo: *Propter veritatem et mansuetudinem et justitiam, et deducet te mirabiliter dextera tua*. Isaías, no capítulo IX, anuncia o mesmo Reino de Cristo e sua perpetuidade: *...super solium David et super regnum ejus sedebit in eternum*; mas logo aponta os fundamentos espirituais também, de que lhe há de vir a firmeza: *ut confirmet illud et corroboret in judicio et justitia*. Jeremias, no capítulo XXIII, celebra o Reino e sabedoria de Cristo Rei: *...regnabit rex et sapiens erit*; mas logo determina os efeitos dessa sabedoria que não-de ser encaminhados todos à salvação: *In diebus illis salvabitur Juda*. Zacarias no capítulo IX descreve o triunfo de Cristo aclamado por rei na entrada de Jerusalém: *Ecce Rex tuus veniet tibi; mas logo lhe chama rei e salvador justo, pobre e humilde: Justus et*

salvator, ipse pauper et ascendens super asinam. Finalmente, o mesmo Cristo “— confessando a Pilatos que era rei “— *Tu dicis quia rex sum ego* - acrescentou logo que o seu Reino era para dar testemunho da verdade ao Mundo: *Ego in hoc veni in mundum ut testimonium perhibeam veritati.* E depois de ressuscitado, declarando aos Apóstolos com a maior majestade de palavras que podia ser a grandeza de seu império, domínio e potestade-*Data est mihi omnis potestas in Cælo in Terra-a consequência que tirou deste poder tão universal foi: Euntes in mundum universum prædicantes Evangelium omni creaturæ; qui crediderit et baptizatus fuerit, salvus erit:* fé, batismo e salvação dos homens. Segue-se logo que o Reino e Império de Cristo é espiritual somente, e de nenhum modo temporal. Sobretudo está por esta parte aquele claríssimo oráculo de Cristo: *Regnum meum non est hoc mundo* — o meu Reino não é deste Mundo, das quais palavras podemos dizer: *Quid adhuc egemus testibus?*

A eficácia destes textos se acrescenta a de muitas razões e argumentos, entre os quais porventura não é o que tem granjeado menos votos a esta opinião errada aquela palavra temporal, a qual, construída com o Império de Cristo e pronunciada aos ouvidos mais religiosos e espirituais, parece que traz consigo alguma dureza e dissonância, por não dizer indecência.

De que servia a Cristo (dizem) o nome ou jurisdição de Rei temporal do Mundo, se ele vinha como vimos a confundir com seu exemplo o mesmo Mundo, os mesmos reis e as mesmas temporalidades? Se a perfeição cristã que Cristo veio ensinar aos homens consistia em deixar tudo e seguir em pobreza e humildade a Cristo pobre e humilde, como dizia com esta renúncia de todos os bens, honras e haveres do Mundo, o domínio, o império, a majestade de todo ele? E se esta majestade, este império e este domínio não havia de ter (como nunca teve com Cristo) uso ou exercício público, e havia de estar sempre oculto e encoberto aos homens, não seria maior autoridade, maior exemplo e ainda maior circunstância de perfeição saber-se que o renunciara Cristo, podendo tê-lo, que dizer-se que o tivera e conservara, e ainda que o pedira, como alguns dizem? Com que liberdade ou com que confiança havia de aconselhar ou mandar Cristo a certo mancebo que, se queria ser perfeito, deixasse o domínio das suas herdades, se no mesmo tempo o mestre desta perfeição retivesse o domínio de toda a Terra? Para que se há-de admitir logo o nome deste Império temporal em Cristo; se nem para o decoro da pessoa, nem para o fim do ofício, nem para o exemplo da doutrina era necessário, e para o exercício e uso que nunca teve realmente inútil e ocioso?

Estas razões ou admirações, que não são muitas vezes as que menos persuadem, se fecham e apertam eficazmente com um discurso fundido em todos os princípios gerais de direito, com que parece aos autores desta sentença que não só estabelecem de todo a certeza dela, mas que convencem e desfazem a probabilidade de qualquer outra. Argumentam ou decorrem assim:

Se Cristo foi Rei temporal, ou foi Rei por direito natural, ou por direito divino, ou por direito humano. Por direito natural não, porque Cristo não era filho nem herdeiro de rei; e dado que fosse legítimo sucessor do Reino de Israel, como dizem menos provavelmente alguns autores, a herança de um reino particular não lhe dava direito para o império de todo o Mundo. Por direito divino também não, porque, se houvera tal direito, constara pelas Escrituras, e posto que muitos textos da Escritura falem de Cristo como Rei e lhe dêem o nome e título de Rei, todos, como vimos, se entendem do Reino espiritual ou celeste, e quando menos se podem interpretar assim, sem nos obrigarem a que os entendamos do Reino ou Império temporal. Finalmente, por direito humano não, porque a jurisdição de fazer ou eleger rei está na

comunidade dos homens; e para Cristo ser respectivamente Rei universal de todo o Mundo por esta via, era necessário que todos os homens e comunidades do Mundo se unissem em um consentimento, com que o elegessem por Rei e Senhor de todas, o que nunca houve, antes sabemos que os príncipes e povo de Judéia, que era a terra onde Cristo vivia, se conjuraram contra ele e lhe tiraram a vida, só porque não tomasse o nome de Rei; e que o mesmo Senhor, na ocasião em que alguns deles lho quiseram dar, fugiu deles e do mesmo título, e se escondeu em um monte para escapar daquela violência. Logo se não foi Rei temporal, nem por sucessão natural, nem por eleição humana, nem por doação ou nomeação divina, bem se conclui que o Reino e Império de Cristo, tão celebrado nas Escrituras, de nenhum modo foi nem pode ser temporal, se não espiritual e somente qual acima dissemos.

Os Padres que isto disseram e seguiram querem alguns que sejam todos. Ao menos confessa Vasques que da doutrina dos Padres não se pode convencer o contrário. O primeiro que se alega é Santo Agostinho em muitos lugares, entre os quais o mais claro (ou o que parece) é este: *Populi personam figurate gerebat homo ille, scilicet Saul; qui populus regnum fuerat amissurus Christo Domino nostro per Novum Testamentum, non carnaliter sed spiritualiter regnatura*. Nenhum dos outros Padres fala em termos de tanta expressão, mas alegam-se e podem-se alegar no mesmo sentido S. Ambrósio, S. Atanásio, S. João Crisóstomo, Tertuliano, Teófilo e outros, e diz o doutíssimo Maldonado que esta é a sentença comum dos melhores teólogos que assim o disseram. O douto leitor julgará se são os melhores. E são estes: Hermas, Letmatio, Driedo, Castro, Bertolameu de Medina, Jansénio, Vitória, Adrião Fino, João Parisiense, Francisco de Cristo, Melchior Flávio; e posto que também se citem por esta parte Soto, Abulense e Waldense, falam, por termos tão indiferentes, que Vasques os alega (e diz que assim se devem alegar) pela parte contrária.

Advirta-se, porém, para crédito de Maldonado e nosso, que os teólogos que hoje têm maior fama nas escolas, quando ele escreveu, ainda não tinham escrito.

CAPÍTULO V

Propõe-se e defende-se a opinião afirmativa

Se escrevêramos menos há de cem anos, porventura que não puséramos aqui tão confiadamente este capítulo. Mas, como disse S. Gregório, e antes dele Sábio, quanto a Igreja mais cresce, mais se alumia, e o que nos tempos passados é duvidoso, nos futuros se sabe, a opinião do Reino temporal de Cristo e da Conceição imaculada de sua Mãe se acompanharam no mesmo tempo na mesma fortuna, e ambas ao fim, se não têm ainda triunfado, já têm vencido Mitigou-se com os dias e com a consideração o horror daquele nome temporal; acabou-se de conhecer que com ele se não davam armas, antes se tiravam aos inimigos (porque também na Teologia se deve entender: *Omnia dat qui justa negat*); sucederam àqueles teólogos de grande espírito outros de grandes espíritos, e resolveu-se que não eram menos espirituais os que admitiam no Império de Cristo o nome de temporal.

Nem sempre é maior espiritualidade o que mais opõem ao corpo. Os Origenistas chamavam por escárnio pelusiotas aos que seguem a fé de que todos havemos de ressuscitar em nossos corpos, parecendo-lhes cousa indigna, e muito contra o decoro da bem-aventurança, que houvessem de aparecer diante de Deus as nossas almas com vestidos tão indecentes como são os corpos; e diz S.

Jerônimo, com outras galantarias, que não eram os que pior tratavam seus corpos os que isto diziam. Não fazem menos santo a Cristo, nem querem fazer menos espiritual o Mundo, os que reconhecem em Cristo o domínio temporal dele. Porventura ofende a Deus, em quanto Deus, o ser senhor e criador de todas as cousas corporais, e o ter em sua própria essência eminentemente as idéias de todas elas? Antes deixava de ser Deus, se assim não fora. Pois o domínio soberano, que é perfeição em Deus Deus (digamo-lo assim), porque há-de ser menos decência em Deus Homem?

Quando chamamos Império temporal ao de Cristo, não queremos dizer que é o seu Império sujeito às mudanças e inconstâncias do tempo, nem que receba a grandeza e majestade da pompa e aparato vão das cousas exteriores do Mundo, a que o mesmo Mundo quando fala com mais siso chama com razão temporalidades; e isto é só o que negam as Escrituras, isto o que não admitem os Padres, e isto o que explicou o mesmo Cristo, quando disse: *Regnum meum non est de hoc mundo*.

O Império que dão ou reconhecem em Cristo os que admitem e veneram nele o nome de temporal, é um domínio soberano e supremo sobre todos os homens, sobre todos os reis, sobre todas as cousas criadas, com poder de dispor delas a seu arbítrio, dando e tirando reinos, fazendo e desfazendo leis castigando e premiando, com jurisdição tão própria e direta sobre todo o Mundo como a que os reis particulares têm sobre seus vassallos e reinos, antes com muito maior, mais perfeito e mais excelente domínio, não dependente como eles das criaturas, mas absoluto soberano, sublime e independente de todos.

Os teólogos que isto assentam por conclusão é S. Tomás, Soares, Vasques, e bastava ter escrito estes três grandes nomes, para dar por provada e acreditada com o Mundo uma verdade tão necessária e importante como depois veremos. Seguem a estes três lumes outros muitos que o puderam ser da Teologia, se eles não foram diante. O Cardeal Toledo, o Cardeal Lugo, Molina, Valença, Salazar, Hurtado Arriaga, Arnico, Peres, Verga, Caspense, Carçosa, Lacerda, Justiniano, Cornelio, Ludovico Tena, e os dois Mendonças insignes de Portugal e Castela, dos quais este último já no ano de 1586, na Universidade de Salamanca, onde era catedrático de Scoto, excitou e defendeu galhardamente esta questão nos termos seguintes, que por serem tão particulares os quero referir aqui:

Verum Jesus Christus Deus ac Salvator noster fuerit vere ac proprie Dominus et Rex totius Orbis, atque omnium rerum creaturarum, secundum quod homo est, non tantum spiritualis rex ac dominus, sed et verus ac absolutus et proprius, atque adeo temporalis: tam vere et proprie quam Philippus 2dus temporis rex est Hispaniarum, et unusquisque hominum dominus est suarum rerum, eo quod il lis in omnem usum potest citra alicujus injuriam uti.

Este é o sentido em que falam com pouca diferença de palavras todos os teólogos referidos, como se pode ver nos lugares citados à margem, antes dos quais tinham seguido e ensinado a mesma doutrina Santo Antonino, Durando, Almaino e os três já nomeados Abulense, Scoto, Waldense, a que podemos ajuntar muitos juristas de grande nome, como o Cardeal Turrecremata, o Cardeal Hostiense, Navarro, Bacónio e outros.

E para que demonstremos a verdade desta nossa crença, e do império temporal de Cristo, pelos mesmos princípios e fundamentos da opinião contrária, e os vamos juntamente impugnando e desfazendo, seja o primeiro o testemunho das mesmas Escrituras alegadas, em que Cristo tão repetida e expressamente é chamado Rei por boca de todos os Profetas antigos. A que podemos acrescentar o do maior Profeta da Lei da Graça, S. João Evangelista, em dois lugares do

Apocalipse, em que chama a Cristo Príncipe dos reis da Terra e Rei dos reis e Senhor dos senhores, no capítulo I, *Princeps regnum terrae*, e no capítulo XIX, *Rex regnum et Dominus dominantium*. Os quais textos e todos os mais se não podem entender própria e naturalmente senão do Reino temporal de Cristo, porque o contrário devia fazer manifesta violência à significação da palavra Rei, a qual em toda a Escritura Sagrada significa Rei temporal; e se é regra certa, como ensina S. Agostinho, que as palavras da Sagrada Escritura se não hão-de interpretar em sentido metafórico e figurativo, senão quando, se entenderem na sua significação própria e natural, se seguisse algum grande inconveniente ou absurdo contra a doutrina da mesma Escritura recebida pela Igreja, os mesmos nomes de Rei e Reino, tantas vezes celebrados e cantados pelos Profetas, falando do Império de Cristo, nos obrigam a conceder e confessar que em toda sua propriedade significam Rei e Reino temporal, pois se não segue de assim o entendermos inconveniente algum ou dissidência contra aquela grandeza e majestade de Cristo, antes muita honra, glória e autoridade, sua e da Igreja, como neste capítulo se irá vendo, quando respondermos a estas leves objeções da parte contrária.

A esta confirmação geral da significação da palavra Rei acrescenta o Padre Soares outra, que é própria da pessoa de Cristo, e que eficazmente convence o sentido em que se deve tomar a mesma palavra. Porque o Reino espiritual de Cristo se distingue do Sacerdócio do mesmo Cristo, e consta das Sagradas Escrituras, como prova S. Agostinho no Tratado XXII sobre S. João, e nós mostraremos largamente no capítulo seguinte, que o Reino e o Sacerdócio em Cristo são dignidades e jurisdições distintas. Logo, se o nome de Supremo Sacerdote significa o Reino e Império espiritual, segue-se que o de Supremo Rei significa o temporal.

Finalmente, o mesmo Cristo, antes de subir ao Céu, deixou dito e publicado ao Mundo que seu Eterno Pai lhe tinha dado todo o poder no Céu e na Terra: *Data est mihi omnis potestas in Cælo et in Terra*. E quem diz todo, seguindo as regras do direito, nenhuma cousa exclui. Teve logo Cristo o império espiritual, que é o que mais propriamente se chama império no Céu, e teve juntamente o império temporal, que é o que com toda a propriedade se chama império na Terra, porque de outra maneira se não de dizer nem entender, sem manifesta implicação, que tivesse ou tenha Cristo todo o poder, pois lhe faltaria nesse caso o poder temporal, que é uma tão grande parte desse todo.

Estes são os textos mais eficazes e expressos com que os teólogos costumam provar a verdade do Império temporal de Cristo. E posto que baste cada um deles, tomado na propriedade e natureza de sua significação, para ,persuadir facilmente a qualquer entendimento fácil e dócil, nós, para maior demonstração da mesma verdade, sem sair das mesmas profecias e textos fundamentais desta história, não só esperamos de a confirmar eficazmente na mesma certeza, mas de lhe acrescentar com a nova luz deles nova evidência.

E, começando pela profecia de Zacarias, já vimos que a coroação de Jesus, filho de Josedec significa a dignidade suprema do Império de Cristo. Agora pergunto porque foi coroado não com uma senão com duas coroas, e porque uma delas foi de prata e outra de ouro?

A razão, não mística senão literal, dizem comumente os expositores que foi porque Cristo não teve uma só coroa, senão duas: uma como Supremo Sacerdote, que pertencia ao Império espiritual; e outra como Supremo Rei, que pertencia ao temporal. E por isso não eram ambas de ouro, ou ambas de prata, senão uma de prata e outra de ouro, para significar a diferença e preço daqueles dois impérios ou

jurisdições; e que o império espiritual significado no ouro era mais alto, mais precioso e mais sublime que o império temporal.

E quanto ao império temporal, em que só podia haver dúvida, que maior prova se podia desejar que a da estátua de Nabuco, cujos metais desfez a pedra em pó e em cinza? Porque, se é certo (como é de fé) que aqueles quatro metais significavam quatro impérios sucessivos, e impérios verdadeiramente temporais, bem se segue que a pedra que os derrubou e desfez, figura do Reino e Império de Cristo, não só significa Império espiritual, senão também temporal, porque só impérios temporais se derrubam, arruinam e desfazem uns aos outros, o que não faz nem pode fazer o Império espiritual.

Para um império derrubar e desfazer a outro, é necessário que tenha oposição e contrariedade com ele acerca das mesmas cousas, e esta oposição e contrariedade só se acha nos impérios temporais entre si, e não entre o império espiritual e temporal, como bem tem mostrado a experiência no mesmo Império espiritual de Cristo, o qual, depois de comunicado a seus vigários os Sumos Pontífices, não desfez os impérios e reinos dos príncipes temporais, antes ajudou muito e se ajudou de seus aumentos, crescendo e estabelecendo-se mais a grandeza e majestade da Igreja e dos Pontífices, quanto mais se estabelecia e crescia a dos Imperadores. E este foi o erro, ignorância e engano de que sempre os fiéis notaram e motejaram a Herodes, cantando sobre sua loucura por boca da Igreja: *Crudelis Herodes, Deum regem venire quid times? Non eritit mortalia qui Regna dat cælestia?* Sendo pois certo que o Reino e Império de Cristo derrubou ou há-de derrubar todos os impérios do Mundo, que são impérios verdadeiramente temporais, e não espirituais, ocupando e enchendo toda a Terra, donde eles antes estiveram, como expressamente se colhe que o império de Cristo não é só espiritual, senão temporal!

E tudo isto se verá mais claramente, quando adiante explicarmos o tempo da ruína desta estátua e outras circunstâncias dela. Nem menos se confirma a mesma verdade com a segunda visão de Daniel (Daniel VII) na qual lemos que, para Deus dar o Império ao Filho do Homem, mandou primeiro queimar a quarta besta das vinte pontas, em que era significado o Império Romano, e todos os reinos temporais que dela nasceram, o que de nenhuma maneira era necessário se o Reino e Império de Cristo fora somente espiritual, pois vemos que reinou antigamente Cristo espiritualmente em todo o Império Romano, e reina também hoje espiritualmente em todos os reinos que do mesmo Império Romano nasceram e se dividiram, e conservam o nome de cristãos, e nem por isso deixam de ter o mesmo domínio e soberania temporal que, antes de receberem a sujeição de Cristo, tiveram. Segue-se logo com evidência que o Império de Cristo, que lhes há-de tirar essa soberania temporal, não é ou há-de ser o Império espiritual de Cristo, a que eles já estão sujeitos, senão o Império temporal, como melhor se entenderá pelo discurso de tudo o que diremos.

Finalmente, como consta do mesmo texto de Daniel, o império do Filho do Homem ou de Cristo naquela visão é o mesmo Império universal que hão-de ter os Cristãos na Terra, no qual Império hão-de entrar e ser incorporados todos os reis e reinos do Mundo. Como se pode logo duvidar que este imenso e portentoso Império, composto de todos os impérios, de todos os reinos e de todas as repúblicas temporais, posto que seja espiritual e espiritualíssimo, não haja de ser também temporal? Este é, e este o Reino e Império de Cristo, tão cantado e celebrado nos oráculos dos Profetas, pelo qual se intitula com toda a propriedade *Rex regnum et dominus dominantium*; e assim como a palavra regnum e dominantium é sem dúvida

que significa reis e senhores temporais, assim a palavra *rex* e *dominus* significa rei e senhor também temporal, para não admitirmos, com manifesta violência da Escritura e repugnância do entendimento, que na mesma sentença e na mesma palavra se varia o sentido e suposição dela, e que *rex* e *dominus* têm uma significação e *regnum* e *dominantium* outra. E se nos lugares da Escritura alegados pelos autores da opinião contrária, e em outros que também lhes pudéramos ajuntar, parece que o domínio real de Cristo se limita e determina ordinariamente a fins e obras espirituais, de nenhum modo se enfraquece com este indício ou argumento a verdade da nossa sentença, antes com ela se confirma e estabelece mais, porque nós não dizemos que o Reino e Império de Cristo é espiritual, senão que é espiritual e temporal juntamente, conhecendo e tendo pela maior excelência deste felicíssimo Reino, que não só em quanto espiritual, senão ainda em quanto temporal, se ordena ao fim último e sobrenatural da bem-aventurança, pois esse Reino e não outro é o que há-de ser eterno e glorioso no Céu, como dizem as palavras tão repetidas do nosso texto, e isto é ser império de Cristo e dos Cristãos; e nisto se distingue dos reinos meramente políticos e humanos, porque estes têm por fim a conservação e felicidade da Terra, e o de Cristo e dos Cristãos a do Céu.

Vindo às autoridades (como dizem) dos Padres concedemos facilmente que são poucos os lugares de seus escritos em que se ache expressamente e em próprios termos o Reino temporal de Cristo, como também se não acha o da graça santificante do mesmo Cristo, distinta da união hipostática, e outras cousas de igual importância e dignidade, recebidas entre os teólogos; não porque os santos tivessem diferente parecer, mas porque em seu tempo não estavam em uso aqueles termos que depois inventou a Teologia, para maior clareza da doutrina escolástica, explicando muitos deles com palavras menos latinas (por não dizer bárbaras) qual é a palavra temporal. Dos quais termos se abstêm ainda hoje os que escrevem com estilo mais polido e levantado, como nos primeiros tempos da Igreja faziam aqueles santíssimos e doutíssimos Padres, para convidarem a todos a lerem de boa vontade e com gosto seus escritos, e para que nos livros dos autores cristãos se não achasse menos a propriedade e majestade da eloquência que tanto se venera nos escritores gentios.

Desta razão, que é geral para muitas matérias, damos por testemunhas os mesmos livros dos Padres, nos quais também se acharam freqüentemente louvadas, inculcadas e persuadidas as virtudes que pertencem ao Reino espiritual de Cristo, não porque aqueles santos negassem à universalidade de seu Império o domínio temporal, mas porque deste não quis ter exercício aquele Senhor que era juntamente Senhor e Mestre, e os principais e maiores exemplos que nos quis deixar foram do desprezo dele.

Não faltam contudo lugares muito ilustres aos Padres, em que falavam do Império temporal de Cristo com termos não menos expressos que os que se alegam pela parte contrária, dos quais perei aqui os que bastem a responder a estes e confirmar a verdade da nossa.

S. Cirilo, explicando as palavras de Cristo: *Regnum meum non est de hoc mundo*, no Livro XII sobre S. João, diz assim: *Regem se esse non negat, sed regni Cæsaris se non esse hostem ostendit, quia ejus regnum terrenum non est, sed caeli et terra:; ceterarunque rerum omnium*. E S. Agostinho, no Tratado XIV sobre o mesmo Evangelista: *Erat quidem Rex non talis qualis ab hominibus fit, sed talis ut homines reges faceret*. E S. Gregório, na Homilia VIII, sobre os Evangelhos, ponderando o lugar do nascimento de Cristo, Não próprio senão alheio: *Alienum*, diz, *non secundum potestatem sed secundum naturam; nam secundum potestatem in*

propria venit. E mais claramente que todos S. Bernardo, no Livro III De consideratione escrevendo ao Papa Eugénio: Dispensatio tibi super illum credita est, non data possessio; ...Non tu ille de quo Propheta: "Et erit omnis terra possessio ejus?" Christus hic est, qui possessionem sibi vindicat, et jure creaturæ et merito redemptionis et dono patris. Cui enim alteri dictum est: "Postula a me, et dabo tibi gentes hæreditatem tuam et possessionem tuem terminos terræ?" Possessionem et dominium cede huic, tu curam illius habe.

Outras muitas sentenças semelhantes a estas se vêem em outros Santos Padres da mesma e maior antigüidade, como S. Ireneu, no Livro IV, cap. XVII; S. Cipriano Adversus Judæos cap. XXVI, S. Hilário sobre o Salmo II, v. V; S. Jerônimo, Lib. IV, sobre Jeremias, cap. XXII, e S. Ambrósio no Livro III, sobre S. Lucas. Aos quais com razão podemos acrescentar todos aqueles autores antigos e modernos que, a título de Mãe de Cristo, reconhecem e veneram na Virgem, Senhora nossa, o império e domínio de todo o Mundo. O mesmo S. Bernardo, no Sermão sobre as palavras do Apocalipse — *signum: Maria (diz) eo quod mater Dei est, regina cælorum et domina mundi jure esse probatur. E S. Atanásio, no Sermão I De nativitate Virginis: Quandoquidem Christus rex est qui natus est ex virgine idemque et Dominus et Deus; ea propter et mater quæ eum genuit, et regira domina et deipara proprie et vere censetur. E S. Bernardino de Sena, no Tomo I, Serm. XI, cap. I: Virgo beatissima omnem hujus mundi meruit principatum et regnum, quia filius ejus in primo instanti suæ conceptionis monarchiam totius promeruit et obtinuit universi, sicut Propheta testatur, dicens: "Domini est terra et plenitudo ejus, orbis terrarum et universi qui habitant in eo".*

Dos quais lugares todos e muito mais claramente destes últimos se mostra quão assentada cousa era, e quão sem controvérsia, no sentir comum dos Padres, o Império e Monarquia universal de Cristo, não só quanto ao Reino espiritual e do Céu, senão quanto ao temporal e da Terra. E se alguns dos mesmos Santos Padres, principal mente em livros apologéticos ou tratados, parece que diziam e ensinavam o contrário (como verdadeiramente parece), deve-se advertir que falavam do Reino de Cristo, não quanto ao poder, império ou domínio, senão quanto ao aparato, grandeza e majestade exterior de rei temporal, o qual os Judeus esperavam e os Gentios desejavam em Cristo, os primeiros interpretando erradamente as Escrituras, e os segundos fingindo as propriedades de Deus humanado conforme sua vaidade e apetite, como gente costumada a fazer deuses à sua vontade.

E como a controvérsia e disputa daqueles tempos era contra este escândalo dos Judeus e contra esta estultícia dos Gentios, que são os nomes injuriosos ou gloriosos com que uns e outros afrontavam a cruz e humildade de Cristo, por isso é tão freqüente nos escritos dos Padres a diferença do seu Reino aos reinos do Mundo, não negando a Cristo Rei, como dizíamos, o domínio e império ainda temporal sobre todo e1e, mas engrandecendo esse mesmo império pelo desprezo da pompa e aparato vão em que põem os reis da Terra sua grandeza e majestade.

Basta, por todos os Padres que pudéramos trazer em comprovação desta nossa advertência, um lugar de S. João Crisóstomo, em que, falando do Rei que vieram adorar a Belém os reis e da diferença humilde de seu estado, diz assim elegantemente:

Quonam pacto magi ex stella illa Judæorum regem illum esse didicerut, cum certe non istius regni ille rex esset... Nihil quippe tale monstravit, quale mundi hujus reges habere conspicimus. Neque enim hastas, neque clypeatas ostendit militum catervas: non equos regalibus phaleris insignes, non cunas auro ostroque fulgentes; non enim istum neque alium quempiam circa se habuit ornatum, sed vilem hanc

prorsus vitam egit ac pauperem: duodecim tantummodo homines, eosque despectabiles secum circumducendo.

Esse aparato e pompa exterior de riquezas, galas, palácios, cavalos, coches, criados, exércitos, é o que os Santos negavam no Império de Cristo, e não o império e domínio dele sobre todo o Mundo, e este é o sentido próprio e germano em que Cristo disse a Pilatos: *Regnum meum non est de hoc mundo*. Como logo explicou na mesma razão que deu do que tinha dito: *Si ex hoc mundo esset regnum meum, ministri utique mei decertarent, ut non traderer Judæis*. Onde se deve notar que não disse Cristo: *Regnum meum non est hujus mundi*, senão de hoc mundo, porque o Reino de Cristo verdadeiramente era deste Mundo e de todo o Mundo, e só não tinha os acidentes da vaidade e falsa grandeza com que se sustentam os outros reinos do Mundo.

CAPÍTULO VI

Prosegue a mesma matéria, apontam-se os títulos e razões do Reino temporal de Cristo

O principal fundamento dos que não admitem no Reino de Cristo o império e domínio temporal, é por não haver título, como eles dizem, ao qual compita e seja devido aquele domínio; e para que se veja manifestamente a debilidade deste fundamento e tragamos à nossa sentença os mesmos autores que em seguimento deles abraçam a contrária, apontaremos e provaremos aqui, com a maior brevidade que nos for possível, os títulos por que é devido e compete a Cristo em quanto homem o Império e domínio supremo, não só espiritual, senão também temporal de todo o Mundo. São estes títulos seis, todos legítimos e conforme o direito: o primeiro por natureza, o segundo por herança, o terceiro por doação, o quarto por compra, o quinto por guerra justa, o sexto por eleição e aceitação de todos os homens, como iremos mostrando pela mesma ordem.

Primeiramente, é Cristo Rei e universal Monarca do Mundo por natureza, porque por meio da união da divindade à humanidade, a qual se inclui essencialmente na natureza de Cristo, sem algum outro concurso ou condição extrínseca, da parte de Deus nem da parte dos homens, pertence ao mesmo Cristo em quanto homem o domínio e império universal de tudo o criado, e por ela fica constituído, ou por ela (sem ninguém o constituir) é Rei e Senhor e Monarca supremo de todos os reis, de todos os reinos e de todos os impérios do Mundo. Por isso Cristo no Apocalipse trazia o título de *Rex regnum e Dominus dominantium*, escrito, como diz o texto, *in femore*, que significa a geração humana, para mostrar que o ser rei de todos os reis e senhor de todos os senhores lhe convinha e era seu por sua própria natureza. E por isso o nome que lhe puseram na circuncisão foi de Jesus, que quer dizer salvador, e não o de Cristo, que quer dizer ungido, porque o ser ungido por Rei e universal Monarca do Mundo não lhe pertencia por imposição divina ou humana, senão por natureza própria sua, ou por ser quem era. Salvador por obediência, mas ungido por natureza. E assim como antigamente se faziam ou consagravam os reis pelo óleo que eram ungidos, assim a união hipostática em Cristo foi uma verdadeira e própria unção com que juntamente com o ser e a natureza recebeu o poder e a Monarquia do Mundo.

Este é o único fundamento do Padre Vasques, a quem geralmente seguiram todos os que depois dele escreveram. Do qual Vasques diz Salazar que foi o

primeiro a quem a Teologia deve os sólidos e verdadeiros princípios em que fundou o Império temporal de Cristo. E posto que Arriaga, por não faltar ao costume de impugnar tudo, não reconheceu na união da união hipostática mais que a propriedade e energia da metáfora, nós veneramos nela a autoridade de David, que assim o disse no Salmo XLIV: *Unxit te Deus, Deus tuus, oleo laetitiae pre consortibus tuis* e a explicação de S. Agostinho e S. Gregório Nasianzeno, e de outros grandes Padres que assim o entenderam. Porei suas palavras no capítulo seguinte pelas não repetir duas vezes.

O segundo título do Império de Cristo é por herança, porque, sendo Cristo filho natural de Deus, conforme o texto de S. Paulo — *quod si filius et haeres* — lhe pertence a Cristo o título de herdeiro do domínio e império universal do Mundo, de que Deus é absoluto Senhor. Assim o disse o mesmo Deus por boca do Profeta Rei: Postula a me *et dabo tibi gentes hæreditatem tuam et possessionem tuam terminos terræ*. E S. Paulo, falando também de Cristo: Quem *haeredem universonum per quem fecit et sæcula*. E o mesmo Cristo, na parábola da vinha: *Hic est hæres, venite et occidamus eum*. E neste título convêm todos os teólogos acima alegados, como também no seguinte:

É o terceiro título, o de doação, o qual se acha mais expresso que todos, assim no Velho como no Novo Testamento, no Salmo pouco antes alegado: *Dabo tibi gentes hæreditatem tuam; e no salmo...: Omni subjecisti sub pedibus ejus*; as quais palavras entende S. Paulo de Cristo, no I capítulo da Epístola aos Hebreus. O Anjo à Senhora, no capítulo II de S. Lucas: *Dabit illi dominus Deus sedem David patris ejus et regnabit in domo Jacob*. S. João, no capítulo III: *Sciens quia omnia dedit ei pater in manus*. O mesmo Cristo no capítulo...: *Omnia mihi tradita sunt a Patre meo. E no capítulo...: Data est mihi omnis potestas in cælo et in terra*.

O título da compra, que é o quarto, parece que cai mais imediatamente sobre os homens que sobre o Mundo, mas ao primeiro domínio se segue necessária e naturalmente o segundo, assim como o que é senhor do escravo fica juntamente sendo de todos os seus bens. E é conclusão certa na teologia, e de grande glória não só de Cristo mas nossa, que pelo título da Redenção não só ficamos vassallos deste soberaníssimo Monarca, senão verdadeiramente escravos seus, comprados com o preço de seu sangue: *empti enim estis pretio magno*:

O sexto e último título do Império de Cristo dizíamos que era por consentimento, aceitação e como eleição de todas as nações do Mundo. Este título é o mais natural e jurídico entre os homens, em cujas comunidades, quando querem viver juntos e politicamente, põs Deus, como autor da natureza, o poder e jurisdição suprema de eleger e nomear príncipe. Assim o tem a comum sentença de todos os juristas teólogos, e o alcançaram e ensinaram antes deles, por lume natural, Aristóteles no Livro III das Políticas, e Platão no Diálogo de Regno e nos livros — De republica. Mas em Cristo parece que não pode ter lugar este título porque, sendo o Monarca universal de todo o Mundo e de todos os homens, era necessário que os mesmos homens conviessem todos este consentimento, eleição ou aceitação, como acima dizíamos, e este consentimento comum nunca jamais o houve no Mundo, antes, como dizem alguns teólogos, não é possível havê-lo. Contudo digo que não faltou ao Império e Monarquia universal de Cristo este último título do consentimento e aceitação universal dos homens, como agora mostrarei. E peço licença aos que quiserem ler este discurso para meditar um pouco mais nele, por ser pensamento novo e matéria até agora não tratada, à qual é necessário abrir os alicerces e lançar os primeiros e sólidos fundamentos, prometendo aos que fizerem esta detença não perderão o fruto do tempo que nela gastarem, pois verão por grandes notícias e não

vulgares da Antigüidade quão certa e concertadamente concorre a novidade e verdade desta nossa consideração ao maior estabelecimento do Reino de Cristo.

Alberto Pighio (para que de todo não entremos neste novo caminho sem alguma guia) no Livro V da Hierarchia Ecclesiastica, capítulo III, arrostando a opinião de muitos e graves autores, os quais têm para si que Cristo foi legitimo Rei do Reino de Israel, o título em que funda este direito é o consentimento, aceitação e expectação geral, com que Cristo, verdadeiro Messias, era esperado de todo aquele povo como seu verdadeiro Rei e Senhor, prometido aos primeiros Patriarcas da sua nação.

Nec Pilato (diz este autor) nec Caesari ullum legitimum jus in regnum Judaeorum, sed si cuiquam maxime competiit Christo, quem semper expectaverunt sibi regem f ore in lege promissum. E para ,prova desta geral aceitação e consentimento com que todo o povo hebreu tinha recebido por seu Rei ao prometido Messias, traz o mesmo Alberto Pighio a história do Livro I dos Macabeus, Capítulo XIV, em que se refere como os Judeus por consentimento comum elegeram por seu príncipe Simão e seus descendentes com a cláusula, porém, que o seriam somente até que viesse o Messias, a cujo Reino e direito não queriam prejudicar. *Judæi (diz o texto) consenserunt eum Simonem esse ducem suum [...] in aeternum, donec surgat propheta fidelis. Sobre as quais palavras conclui assim o dito autor: Vides omnium Judeorum votis et expectatione semper expectatum Christum et Messiam in lege promissum, regem sibi fore; nam ad ejus usque aduentum Simoni atque e jus posteritati regnum stabilierunt, quod illi adventanti legitimo jure deberi significaverunt, velut expresse protestantes in ejus praejudicium et injuriam nihil se velle facere.*

De maneira que o título com que tão grande teólogo e jurista defende o direito de Cristo ao Reino de Israel é aquele geral consentimento, expectação e como eleição com que todo o povo judaico tinha aceitado como seu verdadeiro Rei o futuro Messias, e como tal o esperava.

Assim explica em próprios termos esta sentença de Alberto Pighio, Alonço de Mendoça acima citado, cujas palavras quero também referir aqui, porque não pareça a acomodação da dita sentença levada de algum modo por nós ao intento em que nos serve: *Alii (diz Mendoça, referindo-se a Pighio) alio titulo Christi regnum ab aduersariis vindicant; nam dicunt ex consensu et quasi electione populi judaici Christum fuisse illius gentis regem; nam cum ardentissime Messiam expectarent, et tenacissime crederent regem itsum futurum temporalem, ideo pblico totius gentis decreto in ipsum sua suffragia conjecerant et in regem elegerant.*

De toda esta sentença assim entendida me não serve mais que o exemplo e o modo de dizer ou filosofar; e digo que, assim como em respeito do Reino de Israel, concorreu ou pode concorrer em Cristo o título da aceitação e como eleição geral daquele povo, pela expectação, desejo e consentimento comum com que era esperado de todos por seu legítimo, supremo e verdadeiro Rei, assim concorreu e concorre o mesmo título no Reino e Monarquia universal de Cristo, em respeito de todo o Mundo e de todos os homens e nações dele, nos quais houve o mesmo consentimento comum, o mesmo desejo e a mesma expectação, como logo mostraremos.

Nem impede ou encontra a verdade ou legitimidade deste título o ser o mesmo Rei Cristo primeiro eleito, ungido, prometido e dado por Deus, porque todas estas circunstâncias e condições concorrem no exemplo alegado (o qual não é semelhante se não o mesmo) e o mesmo temos nas eleições dos dois primeiros reis de Israel, Saul e Daniel, os quais por primeiro foram ungidos pelo Profeta Samuel

por mandado de Deus, e depois novamente aceitos, aclamados e cada um deles ungido pelo mesmo povo, como consta da História Sagrada, no I e II Livro dos Reis.

E que em todos os homens e nações do Mundo houvesse geralmente o mesmo consentimento comum, e o mesmo desejo, e a mesma especiação acerca do Reino e Monarquia universal de Cristo sobre todos eles, que é o ponto e suposição em que fundamos este novo título, deixados outros muitos textos de menor clareza, apontarei somente dois, que se não podiam desejar nem ainda fingir mais expressos. O primeiro é do capítulo penúltimo do Gênesis, na bênção que lançou Jacob a seu filho Juda, no qual, falando do Messias prometido, como entendem uniformemente todos os autores católicos, e antes da vinda de Cristo, entenderam também sempre todos os Hebreus, diz assim: *Non auferetur sceptrum de Juda et dux de femore ejus, donec veniat qui mittendus est, et ipse erit expectatio gentium*: “Não faltará o ceptro de Juda nem príncipe de sua descendência até que venha o que há-de ser mandado, e este será a especiação das gentes.” E o Profeta Ageu, no. capítulo II, falando da mesma vinda de Cristo (como é de fé que falava, porque assim o explicou S. Paulo na Epistola aos Hebreus, capítulo XII): *...ego commovebo caelum et terram et mare et aridam; et movebo omnes gentes, et veniet desideratus cunctis gentibus*. Daqui a um pouco (diz Deus) “moverei o céu e a terra, o mar e todo o Mundo, e moverei todas as gentes e virá o desejado de todas elas”

De sorte que, antes de Cristo vir ao Mundo, não só era Ele o desejado e esperado do povo de Israel, senão o esperado e desejado de todos os povos e de todas as gentes, porque todos o esperavam por seu Rei e natural Senhor, e não só por Rei particular dos Judeus, senão por Monarquia universal de todas as outras nações e reinos do Mundo. Esta é a razão e o mistério por que os três reis do Oriente (em que se representavam, como diz a glossa, as três partes do Mundo até aquele tempo conhecido) sendo gentios, vieram adorar Cristo e oferecer-lhe tributos.

Sobre a nação daqueles reis, e se eram só de uma ou de diferentes nações, há variedade entre os Doutores. S. Jerônimo quer que fossem da Arábia Feliz, outros os fazem da Pérsia, outros da Média, outros da Etiópia. Eu tenho por mais provável que ao menos parte deles eram de regiões mais distantes, e verdadeiramente da nossa Índia Oriental, conforme profecia de David: *Reges Tharsis et insula numera offerent, reges Arabum et Saba dona adducent*. Porque aquelas palavras *reges Tharsis et insule*, conforme a significação mais recebida, querem dizer reis ultramarinos, o que se não verifica sem grande impropriedade nos reis da Arábia e Sabia com respeito da Palestina.

Mas de qualquer modo que seja, o certo e sem controvérsia é que todos eram reis gentios. Pois se eram reis gentios, e de nenhum modo sujeitos ao domínio da república hebréia, que razão ou motivo tiveram para vir adorar um menino que eles mesmo conheciam e diziam que era Rei dos Judeus? *Ubi est qui natus est rex Judaeorum?*

A razão e motivo que tiveram foi (como bem notou Almaino) porque sabiam e criam que aquele rei dos Judeus novamente nascido não era rei particular (como os outros reis hebreus) de uma só nação ou de um só reino, senão Rei, Monarca e Senhor universal de todos os reinos e de todas as nações, e por isso como o Rei verdadeiro e Senhor universal de todos os reinos e de todas as nações do Mundo, e por isso como a rei verdadeiramente seu, o vinham adorar e reconhecer, e render-lhe a devida obediência e vassalagem: *debitam ei seu vero eorum regi et domino prestantes obedientiam*.

De sorte que antes de Cristo nascer e aparecer no Mundo, e quando somente estava profetizado e prometido já às nações do Universo, não só a hebreia, senão

as dos gentios a tinham aceitado e querido, e por certo modo de eleição segunda e humana escolhido depois de Deus para seu futuro Rei e Senhor, e como tal o esperavam todos, e era desejada de todos a sua vinda: *Ipse erit expectatio gentium; veniet desideratus cunctis gentibus.*

Só vejo que podem reparar com muita razão os doutos, e argüir contra esta nossa suposição (como argüiu S. Agostinho contra este último texto) que não podia ser que as nações dos Gentios, e .muito menos todas elas, esperassem e desejassem o Messias antes da sua vinda; pois antes de Cristo vir ao Mundo, nem a fé ou a esperança de que havia de vir se tinha anuncia do ou manifestado às nações dos Gentios, senão somente aos Hebreus.

É tão forçoso e ao parecer tão evidente este argumento que, vencidos da força dele os maiores intérpretes da Escritura, excogitavam aos dois textos referidos as explicações que neles se podem ver, as quais, quando não façam alguma violência aos mesmos textos, ao menos não encham o sentido de suas palavras, porque aquele *erit expectatio gentium* e *aquele veniet desideratus cunctis gentibus* verdadeiramente significam própria espectação e próprio desejo, com que as nações dos Gentios todas (geral e moralmente falando) ao menos algum tempo esperassem e desejassem a vinda do prometido e futuro Rei.

Assim é e assim foi, e assim se cumpriu uma e outra profecia, e assim digo se devem entender ambas em toda a capacidade do seu sentido próprio e natural. E para que se veja que não era cousa impossível nem dificultosa ser a vinda do Messias desejada e esperada geralmente de todas as nações gentílicas, mostrarei aqui os modos e os meios mais prováveis e certos por onde o conhecimento e esperança do futuro Messias não só podia chegar, mas com efeito chegou, ou a todas ou a quase todas as nações de todo o que naquele tempo se chamava Mundo.

O primeiro meio é a tradição continuada desde Adão até Noé, cujos três filhos, Sem, Cam e Jafet foram os segundos povoadores do gênero humano, no qual, enquanto se conservou unido, continuou também unida a mesma tradição, e depois que na Torre de Babel se dividiram os homens e as linguas, e se começaram novas nações, que encheram o Mundo, também com elas se espalhou pelo mesmo Mundo aquela notícia e esperança recebida de seus antepassados, pois é certo que com a mudança das línguas não perderam os homens a memória nem a ciência.

Este discurso é tão natural que não havia mister autor. Mas temos para maior confirmação dele o testemunho de S. Pedro Crisólogo, no Sermão 157, o qual, declarando o meio por onde os magos puderam entender que a estrela significava o Messias e que este havia de nascer na Judeia, diz que tinham aprendido e sabido assim por doutrina e tradição de seus maiores, derivada desde Noé. *Non chaldaea arte, sed de prisca sanctorum traditione majorum; erant isti de genere Noe etc.* E o autor do Imperfeito na humildade, II, sobre S. Mateus, tomando esta tradição mais perto da fonte, e referindo-se aos tempos de Set, filho terceiro de Adão, depois de Abel, conta haver ouvido de certo livro escrito com o nome do mesmo Set, o qual se conservava em uma nação das últimas partes do Oriente, junto ao mar Oceano, e que neste livro estava descrita a aparição futura daquela estrela, e os dons que se haviam levar e oferecer ao Rei nascido que ela significava, e que todas estas notícias se tinham conservado entre os doutos e estudiosos daquela gente por tradição de pais a filhos. *Audivi aliquos* (diz ele) *referentes de quadam scriptura, et si non certa tamen non destruyente fidem, sed potius delectante, quoniam erat quaedam gens sita in ipso principio Orientis juxta Oceanum, apud quos ferebutur quaedam scriptura, irscripta nomine Seth, de apparitura hac stella, et muneribus ei hujusmodi*

offerendis, quae per generationes studiorum hominum patribus referentibus filiis suis habebatur deducta.

Até aqui este autor, chamado o Imperfeito, por deixar imperfeita e não acabada a obra que comeu, o qual querem muitos que seja S. João Crisóstomo. E posto que não tem por certo aquele livro, e que só refere a fama, por ser de tão duvidosa antiguidade, não nega, porém, antes aprova a tradição do futuro Messias, que entre os Gentios se conservava, e da nova estrela que havia de anunciar o seu nascimento.

Esta é a opinião comum dos Padres, como se pode, ver em Orígenes, S. Basílio, S. Cipriano, S. Jerónimo, S. Gregório Nasianzeno, Teofilato, Eutímio, Ambrósio, S. Máximo, S. Anselmo, Procópio, S. Tomás e S. Leão Papa, cujas palavras citaremos depois.

O outro meio por onde os Gentios puderam vir em conhecimento da vinda e império universal do Messias, que os Judeus esperavam, foi a grande comunicação que em todas as partes do Mundo tiveram sempre com os mesmos Gentios, e os mesmos Gentios com os Judeus, entre os quais era tão vulgar e celebrada aquela esperança, que o nome com que vulgarmente chamavam ao Messias era o Esperado, ou o que há-de vir, como se vê nos termos que falaram os discípulos ou embaixadores do Baptista, quando perguntavam a Cristo: *Tu es qui venturus es, an alium expectatamus?*

Era Jerusalém antigamente a mais formosa cidade e o maior império do Mundo situado no meio de todo ele, que por isso se chamava Umbellicus terrae, e como tal concorriam a ela de todas as partes infinitas gentes de todas as nações e ainda de todas as cores. Isto é o que tanto celebrava David naquela cidade em cuja fundação e formosura tinha ele tão grande parte: *Gloriosa dicta sunt de te, civitas Dei, Memor ero Rahab, et Babylonis scientium me. Ecce alienigenæ et Tyrus et populus Aethiopum hi fuerunt illic. Numquid Sion dicet: Homo et homo natus est in ea, et ipse fundavit eam Altissimus? Dominus narrabit in scripturis populorum et principum, horum qui ferunt in ea.* Que gloriosas cousas se contam de ti (diz David) e se escrevem nas escrituras de todos os povos, ó cidade de Deus! Em ti se acham todas as diferenças de homens, que isso quer dizer homo et homo, homens de todas as línguas; homens de todas as cores, homens de todas as nações e partes do Mundo; em ti se acham todos os homens de África, como são os de Etiópia; em ti os da Ásia, como são os de Babilônia; em ti os da Europa, como são tantos outros estrangeiros; em ti se vêem homens brancos, como os Tírios; em ti homens negros, como os Etíopes; em ti homens de todas as outras cores meãs, como são os asiáticos; e de todas estas gentes, que é mais, não só freqüentam tuas ruas os do povo, mas também as passeiam os príncipes — *populorum et principum!* Mas o que sobretudo é digno de maior memória, e o que sobretudo te faz gloriosa, ó cidade santa, é que todos estes, vindo a ti, aprendem o que dantes ignoravam, e sabem o que dantes não sabiam, porque conhecem a Cristo.

Este é o sentido literal das palavras scientium me; porque o mesmo Cristo é o que falava neste Salmo por boca de David, como dizem comumente todos os intérpretes. E se no tempo de David era tão freqüentada a cidade de Jerusalém de todas as nações do Mundo, que seria no tempo de seu filho Salomão, depois de edificado o templo, primeira maravilha do mesmo Mundo, se o mesmo Salomão não fora maior maravilha! Para ver e ouvir estas duas maravilhas, e muito mais a segunda, diz o Texto Sagrado no III Livro dos Reis, cap. IV, que vinham de todos os povos e de todos os reis da Terra a Jerusalém pessoas enviadas por eles (que é certo seriam os maiores sábios dos mesmos povos e reinos) os quais, depois de

ouvirem e admirarem em presença a sabedoria de Salomão, iam contar e ensinar a suas terras e príncipes o que dele tinham ouvido e aprendido. *Et veniebant de cunctis populis ad audiendam sapientiam Salomonis, et ab universis regibus terræ qui audiebant sapientiam ejus.*

E quem poderá duvidar que um dos principais mistérios que Salomão ensinava naquela cadeira universal do Mundo era o da fé e esperança do futuro Messias, filho e descendente seu, e que a maior maravilha que levavam para contar em suas terras os que tinham ouvido aquele famoso oráculo era que, sendo tão admirável a sabedoria e grandeza de Salomão, ainda havia de ter o mesmo Salomão um descendente que fosse mais sábio e maior que ele, plusquam Salamone! Assim o dizem expressamente neste lugar ..., e se conformam com o exemplo da Rainha de Sabá, que, depois de ouvir a Salomão, foi a primeira que pregou nesta fé e esperança do Messias no seu Império de Etiópia, e em sinal da mesma fé introduziu em todo ele a circuncisão, que era uma protesta pública dos que a professavam.

Mas quando nos faltavam estes testemunhos do Testamento Velho, bastava um só do nosso para abundantíssima prova das muitas nações de Gentios que vinham ordinariamente e residiam em Jerusalém, pois só no dia de Pentecoste, ao som daquele trovão do céu, soubemos que acudiram ao convento e ouviram a primeira pregação de S. Pedro, quando menos, dezassete gêneros de homens de línguas e nações diferentes — Partos, Medos, Persas, Elamitas, Mesopotamios, Judeus, Capadoces, Pontos, Asianos, Frígios, Panfílios, Egipcios, Africanos, Cirenos, Romanos, Cretenses, Arabes e outros convertidos das gentilidades, que chamavam com nome geral prosélitos, que quer dizer novos, assim como hoje os judeus convertidos à Fé de Cristo se chamam cristãos-novos. *Et quomodo nos (diziam todos estes no cap. II dos Actos dos Apóstolos) audivimus unusquisque linguam nostram in qua nati sumus? Parthi et Medi, et AElamitæ, et qui habitant Mesopotamiam, Judæam et Cappadociam, Pontum et Asiam, Phrygiam et Pamphiliam, et AEgyptum et partes Liyæ, quæ est circa Cyrenen, et advene Romani; Judæi quoque et proselyti, Cretes et Arabes, audivimus eos loquentes nostris linguis magnalia Dei.* Onde se deve muito advertir que, quando isto aconteceu, já a cidade de Jerusalém e o povo e república dos Hebreus estava quase arruinada, e não conservava a quarta parte da grandeza a que nos tempos de sua maior opulência tinha chegado. E se agora era tão freqüentada de nações estrangeiras, que seria nos tempos passados?

Mas se importou muito para se estender a notícia do Messias por todo o Mundo a comunicação que os Gentios tinham com os Judeus em suas próprias terras, muito mais ajudou e adiantou a mesma notícia a muito maior comunicação e freqüência que os mesmos Judeus tinham e continuaram sempre nas terras dos Gentios, desde que nasceu e começou no Mundo a nação hebreia, que foi em Abraão, primeiro tronco e pai de toda ela. Revelou Deus por três vezes sucessivamente a Abraão, Isaac e Jacob a vinda do Messias, prometendo-lhes que em sua descendência seriam abençoadas todas as nações do Mundo: *Benedicentur in semine tuo omnes gentes terræ*; e no mesmo tempo pôs a Providência divina aqueles três Patriarcas em diferentes nações e províncias: a Abraão em Canaan, a Isaac em Gerara, a Jacob em Mesopotamia, para que fossem três pregadores daquele primeiro Evangelho, ou como três evangelistas que anunciassem às gentes a boa nova da mercê grande que Deus tinha ,prometido fazer a todas. E porque ao numero dos três Evangelhos não faltasse o primeiro, permitiu a mesma Providência que por extraordinários caminhos fosse José levado ao Egito, e que aí por mandado

do rei, como diz David, pusesse escola de sua sabedoria, onde tivesse por ouvintes todos os príncipes e sábios egípcios: *Ut erudiret principes ejus sicut semetipsum, et senes ejus prudentiam doceret*. Assim trouxe Deus naquele tempo pelo Mundo estas quatro testemunhas de suas promessas de reino em reino e de nação em nação, como notou o mesmo Profeta: *Et pertransierunt de gente in gentem, et de regno ad populum alterum*.

Ajuntou depois disto a fome em Egito os doze irmãos, filhos de Jacob e cabeças dos tribos; entraram livres, continuaram cativos, saíram vencedores. Mas no tempo daquele comprido cativo Não havia casa no Egito em que o cativo não fosse mestre do senhor. As maravilhas que depois viram nos Egípcios é certo que acrescentariam fé às esperanças dos Hebreus, porventura até aquele tempo mal cridas, e já pode ser que a crueldade de Faraó, como a de Herodes, se não fundasse tanto no receio de sua multidão que no medo de suas profecias.

Passados, enfim, à Terra de Promissão, onde permaneceram até verem o cumprimento delas em Cristo, concorreram e floresceram no mesmo tempo os quatro impérios ou monarquias dos Assírios, dos Persas, dos Gregos e dos Romanos, que senhoreavam o Mundo, e com todas elas tiveram grande comunicação os Hebreus, e algumas vezes mais estreita do que quiseram.

Todas as histórias sagradas estão cheias de embaixadas, de confederações, de entradas, de guerras, de pazes, de presentes e de outros tratos e correspondências políticas, que passaram entre as quatro nações imperantes e o reino ou povo hebreu. Com os Assírios notemos de Ezequias, de Acáz, de Oseas, de Joaquim e do sacerdote Eliacim, que concorreram com Berodac, com Salmanasar, com Ful, com Nabucodonosor e com Baltasar, como consta do IV Livro dos Reis e da história de Judite. Com os Persas, em tempo de Jeconias, de Zorobabel, de Esdras, de Neemias, que concorreram com Ciro, com Dario e com Assuero, como consta do I e II Livro de Esdras e da História de Ester. Com os Gregos, em tempo do Sumo Sacerdote Jado, de Matatias, de Judas Macabeu, de Simão e Jónatas, que concorreram com Alexandre Magno, com os dois Antíocos, com Demétrio, Heliodoro, Ptolemeu e Trifon, como consta do I e II Livro dos Macabeus.

Finalmente, com os Romanos, em tempo de Judas Macabeu, de Simão e Jónatas, que concorreram com diversos cônsules de Roma, de que se nomeia na Escritura Sagrada somente Lúcio, como consta das mesmas capitulações feitas entre uma e outra nação, mandadas pelos Romanos à Judeia, escritas em tábuas de bronze, como lemos nos mesmos Livros dos Macabeus.

E não só com estes quatro estendidíssimos impérios, mas com todas as nações do Mundo, tiveram muito particular trato e comunicação os Judeus, concorrendo Deus para este fim com disposições de mui particular providência. A primeira foi dar-lhes muitos filhos e pouca terra. Prometeu Deus a Abraão que multiplicaria sua descendência como o pó da terra e como as estrelas do céu, e foi assim que de doze netos de Abraão se formaram os tribos e destes cresceu e se multiplicou a mais numerosa nação que jamais houve no Mundo de um só sangue. A terra, porém, que Deus deu e repartiu aos doze tribos para sua habitação foi a terra chamada de Promissão, cuja largura e comprimento, tomada em sua maior extensão, não chegava a oitenta léguas da nossa medida. E a razão desta providência foi para que, crescendo e multiplicando-se a nação hebreia, e não cabendo nos estreitos limites da sua própria terra, se espalhasse e estendesse por todas as nações do Mundo, e levasse a elas a primeira luz da fé de Deus e da esperança de Cristo: e este é o mistério ou a energia de primeiro se haverem de

multiplicar como pó e depois como estrelas, para que o alumiassem no meio das trevas em que todo estava.

Com o mesmo fim ordenou a sabedoria e justiça divina que os maiores e mais gerais castigos daquela nação fossem desterrados e cativos, com que eram levados e transmigrados a terras e regiões estranhas coisa poucas vezes vista em nações inteiras, para que por este meio ficassem castigados os Judeus, e juntamente instruídos e alumados os Gentios. Assim lemos no cap. VIII dos Actos dos Apóstolos que se levantou uma grande perseguição na igreja de Jerusalém, por ocasião da qual se dividiram e espalharam os Cristãos por todas as regiões e terras de Judeia e Samaria: *Facta est in illa die persecutio magna in ecclesia, quae erat Jerosolymis, et omnes dispersi sunt per regiones Judae et Samariae*. E notam comumente os Padres e expositores que ordenou ou permitiu a Providência divina este desterro ou dispersão geral de todos os cristãos de Jerusalém pelas cidades e lugares daquelas províncias, para que, juntamente com eles assim espalhados ou semeados por aquelas terras, se plantasse nelas a Fé e depois, por este meio tão natural e ao parecer não pretendido, ficasse tão crescida e arraigada.

O primeiro e principal desterro e cativo, não falando no do Egito, de que já dissemos, foi o de Salmanasar, no tempo de El-Rei Oseas, como adiante largamente contaremos, no qual foram levados os dez tribos desde Judeia até as terras dos Medos e dos Assírios, que estavam bem no coração de toda a Ásia; e posto que o maior corpo daquela gente teve o sucesso que depois se verá, é certo, como escreve Paulo Orósio, Severo Sulpício e outros autores latinos e hebreus, que muitos deles se dividiram por todas as terras orientais daquela vastíssima parte do Mundo, penetrando até as províncias de que então nem muitos anos depois houve notícia, de que é bom exemplo a China, onde em nossos tempos depois de 2300 anos, como escreve o Padre Trigantio nas suas Relações da China, se achavam judeus daquela transmigração com todos os sinais dela.

O segundo foi no tempo de Nabucodonosor, em que os dois tribos que haviam ficado foram também cativos, em tempo de El-Rei Joaquim, e levados a Babilónia. E destes temos o testemunho da Sagrada Escritura no cap. XVI do Livro de Ester, que, sendo aquele império dividido em 127 províncias, em todas elas e em todas suas cidades estavam espalhados os Judeus, e com eles a fé do verdadeiro Deus, que professavam, como se vê nas palavras do edicto de El-Rei Assuero ou Artaxerxes, com que mandou revogar a sentença de morte, que por malícia e vingança de um mau e soberbo privado — Aman — contra a mesma nação se tinha mandado executar. *Nos autem (diz o edicto) a pessimo mortalium Judaeos neci destinatos, in nulla penitus culpa reperimus, sed e contrario justis utentes legibus, et filios altissimi et maximi semperque viventis Dei, cujus beneficio et patribus nostris et nobis regnum est traditum, et usque hodie custoditur*. Nas quais palavras, cheias todas de fé, conhecimento, honra e sujeição ao verdadeiro Deus que os Judeus adoravam, se vê claramente quão grande fruto faziam com sua presença nas terras onde estavam cativos e desterrados. Não só entre a gente popular mas nos maiores ministros e príncipes, e nos mesmos imperadores supremos, qual era Assuero ou Artaxerxes que firmou aquele edicto.

E aqui se entenderá o mistério com que um dos anjos custódios da nação hebreia, que falava com o Profeta Daniel (como se lê no cap. X de suas visões), orando ele apertadamente pela liberdade do povo, lhe deu por causa da dilação daquele despacho a resistência que fizera por muitos dias diante de Deus o Anjo Custódio do reino dos Persas, onde os mesmos Hebreus estavam cativos. *Princeps autem regni Persarum restitit mihi viginti et uno diebus*. E a razão desta resistência,

como neste lugar notam todos os expositores modernos, era o grande proveito espiritual que os gentios persas conseguiam com a presença e comunicação dos Judeus, pela fé e conhecimento das cousas divinas que de sua conversação e doutrina (ainda sem particular estudo) se lhes pregavam.

Nem se deve passar em silêncio a cobiça natural dos Judeus, ou desejo de adquirir riquezas, e o gênio indústria e inclinação tão particular que teve sempre esta nação ao comércio e mercancia, como filhos alfim daquele pai que, comprando e vendendo, fez sua fortuna, e com tão pouco cabedal como uma escudela de lentilhas soube adquirir por indústria o que lhe tinha negado a natureza, e fazer-se patrão e senhor do maior morgado do Mundo.

Desta inclinação dos Judeus se serviu a Providência divina para os levar suavemente às terras e regiões mais remotas, e os introduzir e misturar com todas as nações, metendo-lhes em casa, sem uns nem outros o pretenderem, as drogas do Céu entre as mercadorias da Terra. Cuidava Benjamim que só levava trigo no seu saco, e levava nele o trigo e mais o cálix de José. Assim saíam de Judeia os mercadores, e nos fardos de mercadoria que levavam, metia também a sua o Salvador do Mundo, que era esse o nome de José no Egito: *Vocabit eum lingua egyptiaca Salvatorem Mundi*. E já pode ser (se o pensamento me não engana) que fosse este o intento de Deus naquela lei do cap. XXIII do Deuteronomio: *Non fœnerabis fratri tuo ad usuram [...] sed alieno*, na qual se permitia (posto que não se justificava) para com as nações estrangeiras, para que esta maior liberdade ou impunidade de adquirir ou multiplicar fazenda fora de sua pátria os convidasse a sair dela e os arrebatasse voluntariamente às terras estranhas onde com eles se transplantasse a verdadeira fé, que era droga naquele tempo que só nascia em Judeia.

E que seria se a este título justificasse Deus as usuras que permitia aos Hebreus nas outras nações, como direitos ou gabelas daquela mercadoria? Não me atreverei a o afirmar assim, mas sei que não é cousa nova em Deus, quando quer passar a religião de um reino a outros, meter neles a Fé às costas do interesse. Quando os deuses de Tróia passaram a Itália, Anquises levava os deuses na mão, e Eneias levava às costas a Anquises. Os pregadores levam a Fé aos reinos estranhos, e o comércio leva às costas os pregadores.

E em quantas províncias achou o Evangelho fechadas as portas e, depois que o comércio bateu a elas, as teve abertas e francas? O primeiro rei de Portugal que se intitulou rei do comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e dia foi o que introduziu a Fé na Índia, na Pérsia, na Arábia e na Etiópia. Se não houvesse mercadores que fossem buscar a umas e outras Índias os tesouros da terra, quem havia de passar lá os pregadores que levam os do Céu? Os pregadores levam o Evangelho, e o comércio leva os pregadores. S. Tomé, que levou do Brasil à Índia o Evangelho, quando não havia comércio, houve de caminhar (como é tradição) por cima das ondas, porque não teve quem o levasse; e o segundo Apóstolo do Oriente, querendo pregar na China, traçou que o pregador entrasse como negociante, para que a Fé tivesse lugar como mercadoria.

Assim começou Deus a espalhar o conhecimento de sua Fé pelo Mundo, e assim deu princípio àquele admirável comércio em que depois, tomando de nós o que tínhamos na Terra, nos enriqueceu com o que trazia do Céu.

Naaman Siro trouxe de Damasco as suas azêmolas com carga de ricos presentes para oferecer a Eliseu e levou-as carregadas de terra de Israel, porque era santa aquela terra. Assim entravam os negociantes hebreus em Judeia ricos e acrescentados com as drogas mais preciosas de todo o Mundo, e o que

principalmente levavam de Judeia para o mesmo Mundo, se não era a terra de Israel, era urna droga que só se dava então naquela terra, que era a Fé e conhecimento de Deus. Isto levaram as frotas celebradas del-Rei Salomão quando navegavam a terras de Ofir, ou fosse Ofir a Índia, ou fosse a América, ou fosse, como muitos querem, a nossa Espanha, império famosíssimo já naquela idade ,pela riqueza e opulência de suas minas Isto vinha buscar a cobiça, e aquilo vinha trazer a Providência, sendo certo então o que depois vimos nas frotas das nossas Indias, que muito mais ricas iam do que voltavam. Quando voltavam, traziam ouro, prata, pérolas, diamantes, rubis; quando iam, levavam a Fé de Cristo, a esperança do Céu, as verdades do Evangelho, os sacramentos, a graça, a salvação.

De maneira que o comércio, os destertos e a estreiteza da terra própria foram as três ocasiões principais por que os Judeus se saíam e Deus os derramava por todas as terras e nações do Mundo. Josefo, no Livro XI de suas Antiguidades, diz que a nação hebreia tinha cheia toda a redondeza da Terra: *orbem terrarum replevit. E Filo Hebreu, naquele memorial ou livro que intitula De Legatione ad Caium*, diz que a maior parte de todas as ilhas e terras firmes marítimas e mediterraneas da Asia, da África e da Europa eram habitadas de Judeus: *Itaque si exorat mea Patria tuam clementiam præpter ipsam, alias civitatis demereberis plurimas, sitas in diversis orbis tractibus, Asia, Europa, Africa, insulares, maritimas, mediterraneas.*

E se estes dois autores, posto que tão alegados e seguidos de todos os que escrevem, por serem da mesma nação, parecerem a alguém suspeitosos e dignos de menos crédito, saiba que os mesmos testemunhos se leram nas Escrituras Sagradas ainda com palavras mais universais e de maior encarecimento. No edicto que passou Assuero para que morressem todos os Judeus sujeitos às terras de seu Império, diz assim a Relação ou Relatório de suas culpas: *In toto orbe terrarum populum esse dispersum, qui novis uteretur legibus, et contra omnium gentium consuetudinem faciens, regnum jussa contemneret, et universarum concordiam nationum sua dissensione violaret. Quod cum didicissemus, videntes unam gentem rebellem adversus omne hominum genus perversis uti legibus, nostrisque jussionibus contraire, et turbare subjectarum nobis provinciarum pacem atque concordiam, jussimas etc.*, nas quais palavras se diz votada e expressamente que o povo hebreu naquele tempo estava espalhado por todo o Mundo: *In toto orbe terrarum populum esse dispersum*; e que com a novidade de suas leis perturbavam a paz de todas as gentes e de todas as nações: *omnium gentiam et universarum nationum*; e que desobedeciam os mandados dos reis e eram rebeldes contra todo o género humano: *adversus omne genus humanum*. E estas culpas assim relatadas que vêm a ser senão um testemunho público e autêntico de tudo o que imos provando? Porque não só consta delas estarem os Judeus espalhados por todo o Mundo, mas se mostra também com a mesma clareza que os efeitos dessa dispersão era ser pública e notória a todas as nações e reis e a todo o género humano a nova lei e nova Fé diferente de todas as outras que os mesmos Judeus professavam.

No I capítulo dos Actos dos Apóstolos temos outro testemunho sagrado igualmente universal e por termos, se pode ser ainda mais notáveis: *Erant autem in Hierusalem habitantes judaei viri religiosi ex omni natione quæ sub caelo*: “Havia em Jerusalém (diz S. Lucas) muitos judeus moradores da mesma cidade, homens religiosos de todas as nações que cobre o céu;” para cuja inteligência se deve supor que todos os hebreus que viviam longe de Judeia em diferentes nações, reinos ou cidades populosas tinham em Jerusalém suas sinagogas particulares e distintas, as quais sinagogas não eram pròpriamente igrejas como as nossas (porque o templo

era um só e comum a todos, nem podia ser mais que um conforme a lei), mas eram umas casas grandes e públicas, onde se ajuntavam principalmente aos sábados, e ali se tinham as pregações, os conselhos, as disputas, e todas as outras conferências das cousas espirituais ou eclesiásticas, como se conta no capítulo XVII dos Actos o fazia ou costumava fazer S. Paulo: *Secundum consuetudinem autem Paulus introivit ad eos, et per sabbata tria disserebat eis de Scripturis*. E no capítulo VI do mesmo livro se faz expressa menção das sinagogas diferentes que dizíamos: *Surrexuntur autem quidam de Synagoga, quae appellatur libertinorum, et Cirenensium et Alexandrinorum, et eorum qui erant a Cilicia et Asia*; mas no qual texto, como advertiu S. Crisóstomo e outros Doutores, não se há-de entender que uma só sinagoga fosse dos Libertinos, Cirenenses, Cilicianos, Asiáticos e Alexandrinos, senão que cada uma das comunidades dos Judeus pertencentes a estas províncias tinham a sua sinagoga própria, separada e particular. Era Jerusalém naquele tempo (e muito mais antes daquele tempo) a corte dos reis, a universidade das letras, o assento dos tribunais, e sobretudo era a cabeça da Igreja da Lei Velha, como hoje é Roma da Nova, à qual estavam sujeitos todos os Judeus e professores da mesma Fé, ainda que vivessem em outros reinos, como se vê das provisões de S. Paulo, as quais ele foi buscar a Jerusalém contra os Judeus de Damasco, que era terra de gentios sujeitos a El-Rei Arctas, e assim como todos os reinos e repúblicas da Cristandade têm seus embaixadores, agentes requerentes e igrejas particulares em Roma, e ainda hospitais da mesma nação, assim e muito mais se observava o mesmo uso entre os Judeus, gente por natureza tenacíssima dos seus costumes e ritos.

E era tanto o número destas sinagogas em Jerusalém, que quando ultimamente foi destruída aquela cega cidade por Tito e Vespasiano, se acharam nela, como refere Lorino, quatrocentas e oitenta sinagogas cada uma de diferente nação, província, reino corte ou povo notável onde houvesse tanto número de Judeus que só ó que deles assistiam em Jerusalém pudessem formar corpo e comunidade distinta.

Daqui se tira o novo e eficaz argumento de quão espalhados e multiplicados estavam os Judeus por todas as partes do Mundo. E estes eram aqueles a quem S. Pedro, no Sermão de dia de Pentecoste, chamou judeus de longe: *Vobis enim est repromissio et filiis vestris et omnibus qui longe sunt*

Vivendo pois os Judeus tão misturados e travados com todas as nações dos gentios, desta companhia se lhes pegara, como dizíamos, o conhecimento da Fé de Deus e esperança de Cristo, e não só pelo trato, comunicação e exemplo, senão também por indústria e estudo particular de alguns judeus mais zelosos, os quais com desejo de aumentar a sua religião e o culto do verdadeiro Deus, ensinavam e afeiçoavam a ela os gentios.

Desta verdade temos em prova (que não é só suspeita ou conjectura nossa) o testemunho e autoridade do mesmo Cristo no capítulo XXIII de S. Mateus, onde, repreendendo a hipocrisia dos escribas e fariseus, diz assim: *circuitis mare et aridam, ut faciatis unum proselytum: et cum fuerit factus, facitis eum filium gehennæ duplo quam vos*. “Cercais o mar e a terra para converter um gentio à Fé, e depois que está convertido, ensinai-lhes tais doutrinas que o fazeis mais filho do Inferno do que vós sois.” Na qual sentença de Cristo se vê principalmente como os Judeus rodeavam mar e terra, isto é, peregrinavam e navegavam por todas as terras e mares do Mundo, e juntamente se prova que com estas suas peregrinações e navegações levavam pelo mesmo Mundo a Fé do verdadeiro Deus, e o davam a conhecer aos Gentios, dos quais convertiam alguns; e finalmente que Não se fazia

isto acaso e por ocasião do trato, se não por zelo e cuidado particular da Religião, posto que depois a viciavam os escribas e fariseus do tempo de Cristo com a má doutrina e exemplo que lhes ensinavam; nem faltavam em diversas partes do Mundo padrões desta mesma verdade, levantados entre as gentes mais políticas e celebradas da Gentilidade. Tal era aquele altar que S. Paulo achou em Atenas, consagrado ao Deus não conhecido — Ignoto Deo — o qual Deus não conhecido, como logo lhes declarou o mesmo Apóstolo, era o verdadeiro Deus, criador do Céu e da Terra.

Destes altares havia outros, como escreve o Cardeal Barónio, na Arábia, nas Gálias, na nossa Espanha e em outras províncias nobres da Asia e da Europa, e que estes monumentos de Religião e este conhecimento de Deus não conhecido se tivesse derivado aos Gentios da doutrina e trato com os Judeus, provam-no agudamente alguns autores, com o mesmo título de não conhecido. Porque os deuses dos Gentios eram conhecidos pelos seus nomes particulares de Júpiter, Saturno, Marte; mas o Deus dos Judeus não era conhecido de nome, porque lhes estava proibido tomarem na boca o nome de Deus, e por isso se chamava Inefável, isto é, nome que se não podia falar nem dizer. *Vere tu es Deus absconditus, Deus absconditus et Salvator* — dizia Isaias a Deus, aludindo a esta proibição: “Verdadeiramente, Senhor, vós seis um Deus escondido, mas Deus que escondido e desconhecido salvais.” E Josefo, no Livro II de suas Antiguidades, vindo a tratar do nome de Deus, passou-o em silêncio e disse que lhe não era lícito pronunciá-lo: *De quo mihi dicere non est fas*.

Conheciam, porém, os Gentios, ensinados pelos Judeus, que este Deus desconhecido a quem não sabiam o nome era o Deus que criara todas as cousas, e este foi o mistério daquela erudita ignorância, com que, descrevendo Ovídio a criação do Mundo, não o nomeou nem determinou o Deus que o criara, dizendo-o só absoluta e incertamente: *Quisquis fuit ille deorum* “quem quer que foi o Deus” que o criou.

Mas nesta mesma incerteza com que falou no Deus criador do Mundo, este poeta declarou ser ele o Deus que adoravam os Judeus, ao qual os Gentios chamavam Deus incerto, porque não tinha nome particular com que fosse conhecido e se distinguisse dos outros deuses. Assim o disse Claudiano, também poeta latino e gentio, chamando aos Judeus os adoradores de Deus incerto: *Cultrix incerti Judæa Dei*. E estes foram os primeiros rudimentos da Fé que os Judeus semearam entre os Gentios, introduzindo-se o verdadeiro Deus nas outras nações e andando nelas como disfarçado, conhecido debaixo do nome de incógnito, e crido com o sobrenome de incerto.

E para que concluamos este discurso com uma advertência em tal matéria digna de muito reparo, no capítulo XXXII do Deuteronomio diz Moisés que, quando Deus, na confusão da Torre de Babel, dividiu a todos os filhos de Adão em diversas nações e línguas, fez aquela divisão conforme o número dos filhos de Israel, respondendo a cada um deles uma nação: *Quando dividebut Altissimus gentes, quando separabat filios Adam, Constituit terminos populorum juxta numerum filiorum Israel*. No qual número alude Moisés aos filhos de Israel, que entraram no Egito, os quais consta do capítulo X do mesmo livro e do capítulo XLVIII dos Génesis, que foram setenta almas: *Omnes animæ domus Jacob, quæ ingressæ sunt in Aegyptum, fuere septuaginta*. Assim entendem este lugar todos os Padres e intérpretes, os quais também concordam em que as línguas e nações em que Deus dividiu os homens (como se colhe do capítulo X do Génesis, em que se referem as famílias dos descendentes de Noé) foram setenta e duas. Destas, se tirem a

hebraica e egípcia, que já estavam unidas e se comunicavam, ficam pontualmente setenta.

Agora pergunto: E que mistério ou que intento teve a Providência Divina em igualar o número de todas as nações ao dos primeiros hebreus e não em outro tempo ou ocasião, senão quando a primeira vez se ajuntaram com os Gentios? O mistério e razão desta providência foi sem dúvida porque tinha Deus destinado aos Judeus para mestres da Fé dos Gentios naquela primeira Igreja. E era conveniente e necessário para este soberano fim que fossem tantos os mestres quantas eram as nações.

Temos a confirmação deste pensamento na mesma Providência Divina, que sempre é semelhante a si mesma em casos semelhantes. Tratou Cristo de dispor a pregação do Evangelho e conversão do Mundo, e, depois de nomeados os doze Apóstolos, em correspondência também dos doze filhos de Jacob e dos doze tribos de Israel, elegeu sinaladamente setenta e dois. E dois discípulos, como escreve S. Lucas no capítulo X, que mandou diante de si: *...designavit Dominus et alios septuaginta duos et misit illos binos ante faciem suam, in omnem civitatem et locum, quo erat ipse venturus*. E se buscarmos nos expositores sagrados o mistério e proporção deste número, responde S. Jerônimo, e com ele a sentença comum dos intérpretes, que foram setenta e dois estes novos precursores e embaixadores de Cristo, por serem outras tantas (como dizíamos) as nações do Mundo, que o Senhor, por meio da sua pregação e doutrina, queria trazer (como trouxe) ao conhecimento da Fé. De maneira que, assim como Cristo, no princípio da Lei da Graça, igualou o número dos seus discípulos ao das nações e gentes do Mundo, para que levassem por todo ele o conhecimento de Deus e a nova de que o Messias era já vindo, assim Deus, no princípio da Lei Escrita, mediu o número dos filhos de Israel, que são os Hebreus, com o de todas as outras nações e gentes do mesmo Mundo, porque eles eram os que haviam de levar e semear entre todas elas o conhecimento do verdadeiro Deus. E a nova e promessa de que o Messias havia de vir é explicação admirável de outros setenta e dois intérpretes da divina palavra, os quais, em lugar de — *juxta numerum filiorum Israel — tresladaram — juxta numerum Angelorum Dei* — , chamando neste lugar aos filhos de Israel anjos ou embaixadores de Deus, porque esse era o fim e ofício para que foram destinados a todas as nações e tomados e repartidos conforme o número delas.

O terceiro meio de providência particular com que pôde chegar facilmente e chegou naquele tempo aos Gentios o conhecimento da fé e esperança de Cristo, foram as Escrituras Sagradas. O primeiro livro que viu o Mundo foi o Pentateuco, de Moisés, e não faltam grandes conjecturas para se crer que Moisés foi aquele prodigioso Mercúrio a quem os Antigos celebraram com o nome de Trimegisto. Este livro foi o que fez aos Caldeus mestres da Ásia, aos Egípcios da África e aos Gregos da Europa. Com razão chamou Clemente Alexandrino a Platão o Moisés de Atenas — *Moyses Atlicus* — porque de Moisés foram tirados todos aqueles lumes que deram a Platão em suas obras nome de divino. Deste rústico, que assim lhe chamou Aristóteles, tomou este soberbo e ingrato filósofo a sabedoria mais sublime que o fez o maior da Grécia. Aos livros de Moisés se seguiram os outros sagrados; os dos Profetas, que são entre todos quase os últimos, ainda vencem em antigüidade os mais antigos filósofos e escritores gentios. *Tempore nostrorum prophetarum (diz S. Agostinho) philosophi gentium nondum erant*. E como só estes livros havia no Mundo, só estes se liam em todo ele, dispondo-o assim a Providência, que tudo governa, para que mais se estendessem por toda a parte e fossem mais celebradas suas notícias.

Não lhes podia suceder então às Escrituras divinas o que depois lhes aconteceu com Jerônimo, quando as deixou pela suavidade de Túlio, porque ainda não tinha gostado sua doçura. Elas só eram o estudo dos sábios, elas o entretenimento dos curiosos, elas o desvelo dos entendidos. Esse foi um dos mistérios de Deus, em as fazer escuras, para que, tendo sempre que entender, fossem uma e muitas vezes lidas.

Quem quiser saber facilmente quão estudadas eram dos Gentios as Escrituras, leia com atenção os livros dos seus filósofos, dos seus historiadores e ainda dos seus poetas, e verá o que delas tomaram, delas imitaram e sobre elas fingiram; verá quanto as não largavam das mãos. “Tudo o que compôs o estilo dos vossos escritores — dizia Tertuliano aos Gentios — a substância, a matéria, a origem, a ordem, as histórias das gentes e das cidades insignes, e ainda as mesmas cidades e algumas das gentes; as causas e memórias do que escreveram e até a forma das letras e imagens dos caracteres, e os vossos mesmos deuses (e não digo nisto mais senão menos) os vossos templos, os vossos oráculos, os vossos sacrifícios, tudo vencem em muitos séculos de antigüidade os livros de nossas profecias, e tudo foi tomado do tesouro das escrituras judaicas, que são também as nossas: *Omnes itaque substâncias omnesque materias, origines, ordines, venas veterani cujusque styli vestri, gentes etiam plurasque et urbes insignes, historiarum causas et memoriarum, ipsas denique effigies literarum indices custodesque rerum, et (puto adhuc minus dicimus) ipsos, inquam, Deos vestros, ipsa templa, et oracula, et sacra unius interim prophetae scrinium, sæculis vincit, in quo videtur thesaurus collocatus totius Judaici Sacramenti, et inde etiam nostri...* Até aqui Tertuliano.

É certo que, se os versados nas divinas Escrituras considerassem diligentemente a matéria delas e a traça e harmonia com que foram ditadas pelo Espírito Santo, achariam facilmente que não só foram escritas pela lei e observância dos Hebreus, senão também para lição e estudo de todas as outras nações; porque, sendo um só o Povo de Deus, e os autores que escreveram aqueles livros todos do mesmo Povo, a que outro fim se faz neles tão freqüente memória de todas as outras nações do Mundo e seus sucessos? Assim temos os Cananeus, os Amorreus, os Fereses, os Eueus, os Eteus, os Jebuseus, os Filisteus; assim os Ismaelitas, os Amonitas, os Moabitas, os Madianitas, os Gabaonitas, os Amalecitas; assim os Assírios, os Medos, os Caldeus, os Persas, Sírios, os Tírios, os Sidónios, os Egípcios, os Etíopes, os Gregos, os Macedónios, os Romanos. E não havia antes de Cristo província conhecida ou cidade de grande nome no Mundo, de cujos sucessos se não achasse alguma memória no Testamento Velho, assim dos passados nas histórias, como dos futuros nas profecias.

Não falo já de Daniel, que falou universalmente de todos os maiores impérios; mas só em nove capítulos de Isaías lemos sinaladamente as profecias de onze nações diferentes, chamadas cada uma por seu nome a ouvir a sentença e a saber da boca de Deus o que lhe estava por vir. E que nação destas haveria que não lesse com grande atenção e cuidado os oráculos daquele famoso profeta, onde estavam conhecendo seus nomes e lendo as fortunas? Bastava só para mover a curiosidade universal de todas as gentes à lição dos livros Sagrados, serem só eles os que revelaram e descobriram o Mundo o segredo de seu primeiro princípio, tão ignorado entre todos os sábios, a origem das línguas, o nascimento das nações, a divisão das terras, a ordem e cronologia dos tempos, do que tudo houvera perpétua ignorância nos homens, se não estivera revelado nas Escrituras.

Mas quando nenhum destes tesouros houvera depositado e encerrado nelas, falando somente do que pertence à história, que livros se escreveram jamais, não

digo dos que professam verdade, mas dos fingidos e fabulosos, que iguaem em grandeza e variedade de casos admiráveis a menor parte ou sombra do que se refere nas histórias sagradas?

Narraverunt mihi iniqui fabulationes, sed non ut lex tua, dizia Daniel, e mais ainda não tinha sido o que depois dele se escreveu. Que gigantes fabulosos filhos da terra se atreveram a edificar uma torre como a de Babel, nem arrimaram escadas ao céu, sem pôr monte sobre monte, como a de Jacob? Que metamorfoses ou transformações fingiram como a de Nabucodonosor, convertido em bruto, a da mulher de Lot em estátua, a da vara de Moisés em serpente, comendo serpentes, e depois de serpente convertida outra vez em vara?

Descreveram as fábulas o dilúvio, mas não tiveram fantasia para meter todo o Mundo em uma arca, nem confiança para o salvar nela. Qual poeta se impôs ou traçou jamais uma comédia como a de Job, uma tragédia como a de Aman, uma novela ou enredo como a de José? Em que teatro dos Gentios se representaram aparências de tanto artifício como um paraíso terreal sumido no meio do Mundo, um Enoc desaparecido, de repente, um Datão e Abiron tragados da terra, e um Elias voando pelos ares em um carro de quatro cavalos, o carro, as rodas e os cavalos tudo de fogo? Que semelhança tiveram aquelas máquinas que se levantaram com nome de maravilhas do Mundo com a portentosa grandeza das que lemos nas Escrituras? Que estátua como a de Nabuco, que carroça como a de Ezequiel, que coluna como a do Deserto, que jardins como os de Assuero, que palácio encantado como o templo de Salomão, edificado de seus fundamentos sem nele se ouvir o golpe de martelo? Um pavilhão que de dia cobria do sol seiscentas mil famílias, uma tocha que de noite as alumiaava, já dissemos que se chamava coluna.

Que disse a Gentilidade da cítara de Orfeu, que se iguale com a harpa de David, de que fugira o Inferno? Que disse das respostas duvidosas do seu Apolo, que se pareça com os oráculos sempre certos do propiciatório? Que disse das vozes de Eudimião, também ouvidas da Lua, que não exceda uma só voz de Josué, obedecida da Lua e do mesmo Sol? O caduceu tão celebrado do seu Mercúrio que comparação teve com os poderes da vara de Moisés, que dividia os mares, parava os rios, fazia caminhar os montes? Onde se lê tal agravo de onipotência como no tenente daquela vara em quem foi culpa tirar fontes de um penhasco com dois golpes, porque o podia fazer com uma palavra?

Não digo nada dos documentas da Escritura, porquanto trato do doce e não do útil, só do que leva o apetite e não do que move a razão. Que se podia inventar de maior pasmo aos ouvidos, que ouvir falar um jumento com Balão e uma serpente com Eva? Que se podia fingir de maior lisonja e admiração ao gosto, que comer em uma iguaria todos os banquetes e gostar em um só maná todos os sabores? Que se podia imaginar de maior suspensão e assombro à vista, que ver o monstro marinho engolir a Jonas, ver levá-lo consigo ao fundo e desaparecer, e ver dali a três dias surgir a baleia, desembarcá-lo a fera vivo nas praias de Nínive?

Como estes são os prodígios que se encontram a cada página nos Livros Sagrados. Mas que direi das façanhas e cavalarias que, ainda conhecidas por falsas, deleitam e suspendem tanto a curiosidade dos homens? Que desafio como o de David, com uma funda e um cajado contra o gigante coberto de ferro? Que batalha como a de Gedeão, só com trombetas e luzes em cântaros de barro? Que bateria como a dos muros de Jericó, derrubados com os instrumentos dos músicos do templo! Que emboscada como a de Abimelec em que os bosques e as sombras caminhavam juntamente e os soldados com eles? Que vitória como a de Jónatas, em que um só capitão com um só soldado, pôs em fugida e desbarato o exército

inumerável dos Filisteus? Que triunfo como o da galharda Judite, quando entrou pelas portas de Betúlia com a cabeça de Olofernes, em que degolou de um golpe todo aquele seu exército?

Mas passando nós a encontros de maiores forças em que pelejaram os braços e não a indústria, que Hércules Tebano como Sansão, aquele que, atado sete vezes, de uma só rompeu as cordas e nervos como se foram teias de aranha; aquele que, preso dentro da cidade de Gaza, quebrou com as mãos os ferrolhos e lançou às costas as portas; aquele que, levado ao templo dos Filistinos, lançou a mão direita e esquerda a duas colunas, dando com o templo em terra, sepultou debaixo dele todos os ídólatras; aquele que, com uma queixada de um jumento, matou, em campo aberto, mil de seus inimigos e ainda matara mais, se não fugiram todos?

Teve sede Sansão, cansado de matar, e, arrancando um dente da mesma queixada, fez brotar dela uma fonte. Assim obedecem os elementos a quem assim triunfa dos homens. Todas estas forças tinha este bizarro mancebo em sete cabelos, porque dedicou todos a Deus, desde seu nascimento.

Segundo Sansão, foi Sangar capitão do mesmo povo depois de juiz, e juiz depois de lavrador, mas lavrador que, fazendo montante do arado, matou com ele em um dia seiscentos filisteus, e deixou semeando com seus corpos o campo que andava lavrando. Fique à trombeta da fama Josué, vencedor de trinta e um reis, e o fortíssimo Macabeu, restaurador vítima da sua pátria. Paremos no valente Eleásaro, que, metendo-se intrepidamente com a espada debaixo de um elefante armado, primeiro foi matador de sua sepultura, e depois ficou ali não sei se diga morto, se mortalmente oprimido do peso de tamanha vitória.

Mas deixando a guerra, o sangue e o estrondo das armas, que história tão admirável como a da casta Susana? Que sacrifício tão lastimoso como o da filha de Jepta, e tão venturoso como o de Isaac posto já sobre o altar, e de entre a lenha e a espada escapando vivo? Que caso tão bem tecido como o de Moisés infante, já entregue à fúria do Nilo na barquinha ou naufrágio de vimes, tomando posto nos braços da Princesa do Egito, encomendado com maior ventura à própria mãe para que o criassem a seus peitos? Que maravilha como a da sarça verde e sem arder no meio das chamas, a dos meninos de Babilônia tomando fresco na fornalha, a de Daniel comendo e não comido no lago dos leões, e a da serpente do Deserto dando vida aos mordidos só com olharem para ela? Que prudência como a de Salomão em mandar partir o menino para conhecer a mãe verdadeira? Que engenho como o de Jacob em meter as cores pelos olhos das mães, para pintar os cordeiros antes de nascerem? Que indústria como a de Daniel em semear de noite o templo de cinza, para mostrar de dia nas pegadas dos sacerdotes e seus filhos que eles e não o ídolo eram os que comiam as ofertas? Que subtilezas de Estado tão bem entendidas como as dos Livros dos Reis, que como as de David com Saul e as de Cusai com Aquitofel?

Tudo nas divinas Escrituras é divino, tudo raro, tudo maravilhoso, e fora matéria imensa de prosseguir e impossível de compreender querer levar por diante os princípios deste não intentado discurso.

Bastem estes poucos exemplos, mais aludidos que contados, para que deles possa entender o leitor (que é o que só lhe pretendemos persuadir) quão fraca seria a todas as nações dos Gentios a lição dos Livros Sagrados quando chegassem a suas mãos, e como este foi o altíssimo conselho da Providência Divina, no estilo e disposição das escrituras do Testamento Velho (tão diversas nesta parte das do Testamento Novo) temperando a alteza e majestade de seus mistérios com o sabor

de tantas verdades gostosas e com a variedade de tantas maravilhas tão novas e tão notáveis, para que, convidados com o cevo da curiosidade os que ainda não deviam àqueles livros outros melhores respeitos, aprendessem por eles a Fé de Deus e juntamente as esperanças de Cristo.

E quão impossível cousa seja poderem ler os Gentios as Escrituras Sagradas, sem beberem daquelas fontes esta esperança, vê-se clara e naturalmente da matéria das mesmas Escrituras, que, como todas, foram ordenadas à vinda de Cristo, e de Cristo em quanto Rei e Senhor do Mundo, apenas se acha cláusula em muitas delas que não esteja anunciando esta vinda e este Reino.

Três partes da Escritura, disse Cristo aos discípulos que falavam mais particularmente na sua vinda ao Mundo: os Profetas, os Salmos e os livros de Moisés: *Necesse est impleri omnia quae scripta sunt in lege Moysi et prophetis et psalmis de me*. E deixando à parte os lugares mais escuros (que esses não os entendiam os Gentios sem intérprete) como se viu no eunuco da rainha Cãndaces, de Etiópia (se bem havia muitos hebreus, como dissemos, entre os Gentios, a quem estes podiam perguntar a interpretação quando quisessem) o cap. 2, o 9, o 11, o 35, o 52, o 53, o 54, o 65 e o 66 de Isaías, e muitos outros de todos os Profetas, que homem os podia ler com juízo e entendimento, ainda que fosse sem fé, que não visse e conhecesse que era prometido naquelas palavras um Rei futuro, e não Rei como os que costumava ver no Mundo, de uma só ou algumas nações, senão de todas as gentes e reinos do Universo? E quando todas as outras profecias tivessem alguma escuridade que eles não pudessem entender ou interpretar por si mesmos, os dois textos de Daniel, fundamentais desta nossa História, em que o Reino universal daquele futuro Monarca está expresso e declarado com palavras tão vulgares e tão significativas, e com termos que Não admitem outro sentido nem interpretação, que gentio havia de haver, por bárbaro e ignorante que fosse, que não fizesse conceito do que diziam?

Mas basta ao nosso intento que o fizessem os doutos e os entendidos. Nos Salmos de David, como ele era a quem tão de perto tocava aquela felicidade e a quem particularmente estava prometida, é cousa maravilhosa a freqüência com que está repetido, a clareza com que está apregoado e a pompa e majestade de palavras com que está engrandecido o Reino de Cristo. O Salmo II, o Salmo IX, o Salmo XLI, o Salmo XLV, XLVI e XLVII, o Salmo LVIII, LXVII e LXXXVIII, o Salmo XCII, XCV, XCVI, XCVII, o Salmo CII, todos estes catorze salmos têm por principal assunto o Império do Messias.

E porque não duvidassem os Gentios que eles, as suas terras e as suas coroas, eram as que haviam de ser sujeitas a este grande Império, vinte nove vezes lhes repete e inculca o mesmo Daniel esta gloriosa sujeição, falando com eles nomeadamente, e não por termos enigmáticos ou metatífisicos, senão clara e distintamente pelo seu próprio nome de Gentios. Que gentio podia haver tão rude, tão alheio do lume da razão e tão gentio, que lendo no Salmo II: *Dabo tibi gentes hæreditatem tuam et possessionem tuam ter minus terræ; e no Salmo XXI: Adorabunt in conspectu ejus universæ familiæ gentium, quoniam Domini est regnum; e no Salmo XCVIII: Dominus in Sion magnus, et excelsus super omnes populos; e no Salmo XCV: [Dicite] in gentibus quia Dominus regnavit, etenim correxit orbem terræ; e no Salmo LXXI: Adorabunt eum omnes reges terræ, omnes gentes servient ei; que gentio, digo, podia ler estes textos ou ouvir estes pregões tão expressos e declarados do domínio daquele futuro Rei sobre todos os Reis e nações do Mundo, que, se não cresse aquela Fé, ao menos não conhecesse aquela esperança?*

Deixo de ponderar mais lugares de David, porque o faremos muitas vezes, em toda esta História.

Finalmente, os livros de Moisés (que era a 3.a alegação de Cristo), posto que sejam principalmente históricos e não proféticos, não só têm por ocasião da mesma história muitas profecias e promessas desta esperança, mas tão dirigidas e encaminhadas todas as nações, nomeadamente dos mesmos Gentios, que não podiam deixar de ser lidas deles com grande advertência e recebidos com grande aplauso. No capítulo XII, do Gênesis, a primeira vez que Deus apareceu a Abraão e o mandou sair da pátria, Ihe prometeu que seriam abençoadas nele todas as nações da terra: *In te benedicentur universæ cognationes terræ*; e no capítulo XVIII torna a referir Deus esta mesma promessa: *...cum benedicendae sint in illo omnes nationes terræ*; e no capítulo XXII, em prêmio da resolução e obediência com que Abraão não duvidou de sacrificar seu filho, Ihe promete Deus terceira vez a mesma bênção, com declaração que não seria na sua pessoa, senão na de um seu descendente: *Benedicentur in semine tuo omnes gentes terrae*. A qual promessa tornou Deus a ratifica quarta e quinta vez em Isaac, filho, e em Jacob, neto do mesmo Abraão, sempre pelas mesmas palavras. Em Isaac no capítulo XXVI: *Benedicentur in semsa tuo omnes gentes terræ*; e em Jacob, no capítulo XXVIII: *Benedicentur in semine tuo cuntae tribus terræ*; finalmente, no capítulo XLIX do mesmo livro dos Gênesis está o famoso texto já referido um dos dois em que fundamos todo este discurso: *Non auferetur sceptrum de Juda, donec veniat qui mittendus est, et ipse erit expectatio gentium*.

De sorte que em um só livro de Moisés tinham os Gentios seis profecias claras e que claramente falavam com eles, nas quais se lhes prometia por boca de Deus que seriam abençoadas em um homem da descendência de Abraão, que era o esperado Rei e Messias do Mundo. Assim que, lendo os Gentios como liam as Escrituras, e particularmente os livros de Moisés, os dos Salmos e os dos Profetas, não podiam deixar de vir em conhecimento, e tal conhecimento de Cristo, que todos o desejassem e esperassem todos.

O quarto e último meio e mais imediato da Providência Divina, com que as nações gentílicas puderam conhecer, e com efeito conheceram, o prometido Messias, foram muitas revelações particulares daquele mistério com que Deus em diferentes tempos alumiu por si mesmo a vários homens e mulheres de toda a Gentilidade. Seja o primeiro exemplo desta luz aquele grande varão mais conhecido pelo testemunho da paciência que pelo lume da profecia, Job.

Era Job verdadeiramente gentio, idumeu de nação, natural da terra de Hus, e foi insigne profeta de Cristo, a quem conheceu por universal Redentor: *Et scio quod Redemptor meus vivit*; e em quem esperou ver a Deus vestido de carne: *In carne mea videbo deum meum*; e esta esperança, como ele diz, trazia sempre guardada no seio: *Reposita est haec spes mea in sinu meo*". Similiter et Job — diz Santo Agostinho— *eximius prophetarum, et in carne mea videbo Deum meum, quod de illo tempore prophetavit quia Christi deitas habitum nostrae carnis induta est*.

Os amigos de Job também eram gentios de outras províncias vizinhas, e também alumizados da mesma fé e confirmados na mesma esperança, como consta da mesma história e do que eles disseram nela; e como todos fossem reis e senhores de suas terras (assim Ihes chama o Texto Sagrado no capítulo I de Tobias) com aquela suprema autoridade e com o conhecimento e sabedoria que tinham do Céu, já se vê quão ensinados teriam nela a todos seus vassallos, e quão pública seria entre eles a esperança de Cristo

Balaão (cujo espírito profético é tão vulgar que não tem necessidade de provas) não só foi gentio, senão mau gentio. Dele diz S. Máximo: *Nemo [...] miretur netivatem dominicam agnovise Chaldaeos quam utique, si revelante Deo praenuntiare potuit; potuit Gentilis agnoscere*. Este Balaão, este gentio, (o qual não duvidou de se chamar a si mesmo auditor *sermonum Dei, qui novit doctrinam Altissimi et visionem Omnipotentis vidit*) profetizou claramente de Cristo e de seu império naquele texto, tão celebrado no capítulo XXIV dos Números: *Videbo eum, sed non modo; intuebo, illum, sed non prope: orietur stella ex Jacob, et consurget virga de Israel, et percutiet duces Moab, vastabitque omnes filios Seth*. Quer dizer: “Vê-lo-ei, mas não agora; olharei para ele, mas não de perto; nascerá a estrela de Jacob, e levantar-se-á o ceptro de Israel; vencerá todos os capitães dos Gentios e sujeitará todas as nações do Mundo.” As quais palavras foram sempre entendidas, assim pelos Hebreus, como pelos Gentios, de um Rei descendente da casa de Jacob, que em tempos futuros havia de imperar no Mundo e havia de sujeitar a seu domínio todas as nações dele.

E digo que não só os Hebreus entendiam assim este lugar, mas também os Gentios, por ser muito célebre entre eles a notícia deste oráculo, e muito famosa, ou difamada (como diz S. Leão Papa), a memória desta profecia, pela qual memória ou notícia (diz o mesmo santo) informados os Reis Magos, puderam argüir do aparecimento da nova estrela o nascimento do novo Rei: *...ad intelligendam miraculum signi potuerunt Magi etiam de antiquis Baluam praenuntiationibus commoveri scientes alim esse praedictum et celebri memoria diffamatam*. Notem-se bem estas últimas palavras, de que se ve facilmente quão notória era no Mundo e quão pública entre os Gentios esta esperança.

Das Sibilas (profetizas também da Gentilidade) diz assim Xisto Betuleu, nas Anotações que fez sobre o original grego dos oráculos sibilinos: *Sic prarsus sentio Deum totius universitatis opificem et administrum aeternum, suum votum et totam illam futuram seriem praesertim ad salutem mortalium spectantem, sicut Israeli per prophetas, ita gentibus per Sibyllas ostendere voluisse per idem numen fatidicum*.

Quer dizer este autor (e o confirma com o que disseram das Sibilas Lactanio Firmiano e S. Agostinho) que comunicou Deus o espírito de profecia a estas famosas mulheres, porque, assim como os Hebreus tiveram os seus Profetas, tivessem também os Gentios os seus, por cujo meio a uns e outros fossem manifestos os conselhos divinos, principalmente aqueles que para a salvação uníversonal do Mundo eram necessários, conforme a ordem e disposição eterna de sua providência.

E se alguém perguntar curiosamente a quem e por cuja boca falou Deus mais claramente, se aos Hebreus pelos Profetas, ou aos Gentios pelas Sibilas, respondo que em muitas cousas particulares, principalmente das que pertencem a Cristo, falaram com termos de maior clareza as Sibilas do que os Profetas, como se pode ver facilmente de uns e outros livros. De muitos lugares e exemplos que pudera trazer desta diferença, porei somente aqui dois, para que se veja quão fácil era aos Gentios o conhecimento de Cristo pelos livros ou oráculos das Sibilas, antes quão impossível cousa era lerem eles, como liam, aqueles livros, e não terem notícia da Messias e da esperança e promessa de sua vinda, formando ao menos um conceito comum, e conceito de um Rei e de um Império futuro, debaixo do qual se havia de renovar e restaurar o Mundo. No fim do Livro II diz a Sibila Eritrea estes versos:

*Sed postquam Roma AEgyptum reget imperioque
Fraenabit, summi tum summa potentia regni*

*Regis inextincti mortalibus exorietur.
Rex etenim sanctus veniet, qui totius orbis
Omnia sceculorum per tempora scepra tenebit.*

Não se podia descrever com maior clareza o tempo e circunstâncias do nascimento de Cristo, a soberania de seu supremo poder e a Monarquia Universal de seu Reino sobre todos os ceptros e coroas do Mundo. Diz que nasceria este Rei e daria princípio a seu Império quando Roma dominasse e governasse o Egito; e assim foi, porque depois da vitória de Augusto César, em que venceu a Marco Antônio e Cleópatra no Egito, e acabou de dominar o Império Romano, as últimas relíquias de poder em que se conservava o Grego não passaram mais que doze anos, até o nascimento de Cristo, como consta da... (lacuna do original)

No Livro VIII (que é o último) tem a mesma Sibila outros versos mais notáveis do género daqueles que os Gregos chamaram acrósticos, cujo artifício é lerem-se pelas primeiras letras, e formar-se com elas alguma sentença, nome ou inscrição particular. Os versos, pois, são trinta e cinco e a sentença é esta:

*Jesus Christus, Dei filius, servator Crux
Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador cruz.*

Estes versos estão em toda a sua propriedade no texto grego, e não se poderão traduzir na língua latina com o motivo daquelas letras sem alguma variedade. S. Agostinho, no Livro XVIII De Civitate Dei, cap. XXIII, diz que a primeira versão que chegou a suas mãos deste acróstico era em versos mal latinos, e que se não podiam ter em pé: *Versibus male latinis et non stantibus*; tão galante é a frase com que o Santo declara o mal falado e mal medido daqueles versos. Depois diz que o Procônsul Flaviano lhe mostrou outros mais conformes às leis da gramática e da poesia, os quais copia neste naquele lugar, e nós deixamos de os pôr aqui, porque não guardam a ordem das letras iniciais, propriedade que falta em muitas outras versões latinas. A de João Bongro, traduzida por Xisto Betuleu, compreendeu e cumpriu felizmente com todas estas dificuldades, sem tomar outra licença mais que a de desatar a última letra em duas, e fazer de um X, C e S. É a seguinte:

*Judicii metuet sudans presagia tellus
Et Rex ceternus magno descendet Olympo
Sublimis carnem mundumque ut judicet, omnem.
Unum suscipient numen pravi que bonique
Summum, supremo cum Sanctis tempore mundi.
Carnifer ille homines judex inquiret in omnes,
Horrida terra vias caeli spince que tenebunt.
Rejicient simulacta viri, gazam que retostam.
Ille domus caecas et Ditis claustra refringet.
Sanctior a mortis jam nexu libera lucem
Turba hominum cernet, scelerosos flamma piabit
Ultrix bertetuum: mala quae quicumque patravit
Sontica suppressit que diu, producent in auras
Deteget et turbis Deus obsita corda tenebris;
Erumnae et stridor dentis regnabit ubique;
Ipsum deficiet solis decus astra colore
Fusco obducentur, argentea luna peribit,*

*Insurgent valles, consident ardua montis,
Luxus sublimis mortales deseret oras.
Immensos colles aequabunt marmora campi.
Velivago nulli cernentur in aequore nautae.
Succendet terram fulmen, vaga lympha
Solis arescet ripis, fontesque dehiscent:
Et tuba de caelo tristis clangore sonabit
Raucisono mundi clades pereuntis acerbas;
Vastam terra chaos stygio monstrabit hiatu,
Atque Dei solio sistetur iudicis omnis
Turba ducum regumque; pluet tum sulphure et igni
Omnibus extabunt ligni vexilla verendi
ALIGN="JUSTIFY">Robur et auxilium populo exoptata fideli:
Certa pio generi vita, ast offensa malignis,
Rore bonos lustrans bissemi fontis ab unda:
Virgaque qua pecori dat ferrea jura magister
Carminis auspiciis qui crimina morte piabit
Servator Rex aeternus Deus ipse patescit.*

Destes mesmos versos faz menção Eusébio Cesariense na Vida de Constantino Magno, e Marco Túlio, que morreu cinquenta anos antes do nascimento de Cristo, no livro II De Divinatione. O sentido dos versos, em suma, é a vinda de Cristo a julgar o Mundo, com todas as circunstâncias de grandeza, majestade e horror que pertencem ao aparato e execução do juízo.

O mistério da encarnação está com tanta e maior clareza no Livro I dos mesmos oráculos das Sibilas:

*Tunc ad mortales veniet, mortalibus ipsis
In terris similis, natus Patris omnipotentis
Corpore vestitus.*

Não falou com palavras mais claras S. Paulo, quando disse: *In similitudinem hominum factus et habitu inventus ut homo*. E mais abaixo se lê a pregação do Baptista, quase pelas mesmas palavras de S. Mateus:

*Verum cum quaedam vox per deserta locorum
Nuncia mortales veniet, quae clamet ad omnes
Ut rectos faciant calles, animosque refurgent
A vitiiis et aqua lustrentur corpora cuncta,
Ut nunquam doincets peccent in jura, renati...*

A embaixada do Anjo à Virgem com o mesmo nome de Gabriel descreve a Sibila no Livro VIII por estas palavras:

*E caelo veniens mortales induit artus.
Ac primum cortpus Gabriel ostendit honestum
Nuncius, hinc tali affatur sermone puellam:
Accipe, Virgo, Deum premio intemerata pudico.
Sic ait: est illam caelestis gratia mo11i
Leniit afiatu: tum virginitatis amatrix*

*Perpetuae magno subito correpta stupore
Atque metu trepida pressit formidine mentem.*

E pelo mesmo estilo vai prosseguindo a história da encarnação, segundo as leis da história. E porque não faltasse com todas estas circunstâncias, até o presépio de Belém, alegria e pasmo dos pastores, aparecimento da estrela e adoração dos Reis. O nome da Virgem, assim como tinha declarado o do Anjo, diz no mesmo lugar:

*Et brevis egressus Mariae de Virginis alvo
Exorta est nova lux.*

Finalmente, resumindo todas as obras de Cristo, assim da vida santíssima, como da sua Paixão, até lhe pôr a coroa (como se esta fora o fim e assunto do seu poema) conclui com estes versos:

*Ergo ad iudicium veniet dicitur memor hujus,
Persimilem formam portans in Virginis alvum,
Collustrans lympha manibus senioribus (?) omnes
Cuncta jubens faciet morboque medebitur omni.
Placabit ventos dicto sternetque profundum
Insanum, placidis pedibus calcando, fideque,
Ad virosa genas praedebit sputa prudentes
Verberibusque sacrum tradet proscindere tergum
[Virginem enim castam tradet mortalibus ipse.]
Perque feret tacitus cotaphos ne forte sciatur
Quis sit, cujus, mortalibus unde locutum
Venerit, horrentemque feret de vepre coronam.*

Até aqui a Sibila, compreendendo admiravelmente em tão poucas regras o nascimento virginal de Cristo, o sacramento do batismo, que instituiu e administrou, depois que teve (como ele diz) maiores as mãos, o império que exercitou sobre todas a criaturas, as enfermidades que curou milagrosamente, os mares que pisou andando placidamente, sobre as ondas, a sujeição com que lhe obedeceram os ventos, a paciência e humildade com que sofreu ser cuspidado, açoutado e afrontado com mãos sacrílegas em seu próprio rosto, e coroado por escárnio com coroa de espinhos, dissimulando debaixo de tantas injúrias a grandeza, poder e majestade de quem era e de quem o mandara ao Mundo.

Tanta como esta é a clareza com que falaram de Cristo as Sibilas, qual se não acha maior nem ainda igual nos Profetas. Sendo a razão desta providência (como bem notou Castálio) a rudeza e ignorância das cousas divinas em que viviam os Gentios, aos quais era necessário se falasse com maior clareza do que aos Hebreus, nascidos e criados entre os resplandores da Fé e conhecimento de Deus, tendo também estes ali tantos mestres que os pudessem alumiar e ensinar, e carecendo aqueles de toda a luz e doutrina.

Se já não foi (como considera o mesmo autor e o prova com Isaías) que a escuridade dos Profetas, por permissão ou castigo, se acomodou à cegueira com que os Judeus haviam de negar a Cristo, e a claridade das Sibilas à fé com que os Gentios o haviam de crer. *Nonne (são as palavras de Castálio) quae de Christo gentibus praedicta sunt ea clariora esse oportuit, quod Mose et cetera disciplina*

carebant, quae eis ad Christi lumen quasi proluceret: ut quod hic durat, id oraculorum perspicuitate compensaretur? Accedit eo quod (quemadmodum scitur ex Isaia) voluit Deus Judaeis obscuriorem esse Christi adventum, ut in eum obscurarent alque ita sua, pertinaciae poenas darent, quod idem de gentibus dicere non licet.

Por meio destes oráculos das Sibilas, que andavam nas mãos de todos, principalmente dos sábios, como se vê em Platão e Aristóteles, era tão vulgar e famosa entre os Gentios a esperança daquele novo Rei e da idade dourada que havia de trazer ao Mundo com seu felicíssimo Reino, quanto a lemos elegantemente profetizada na IV Égloga de Virgílio, que morreu treze dias antes do nascimento de Cristo, e cita nela os oráculos da Sibila *Cumea*:

Ultima *Cumaei venit jam carminis aetas*, para que entendêssemos que as Sibilas foram as Musas Sicélicas que exercitaram cousas maiores, e que destas fontes bebeu aqueles levantados espíritos, e não nas de Aganipe ou Hipocrene.

Eusébio Cesareense, no já citado livro da Vida de Constantino Magno, é de opinião que esta quarta Égloga de Virgílio é toda alegórica, e que debaixo da metáfora de Asínio, filho de Polion, foi verdadeiramente escrita e dedicada a Cristo, filho do Eterno Padre, encobrindo e envolvendo o vigilantíssimo Poeta a verdade desta sua fé e pensamento com as figuras e metáforas daquele seu Mecenas, para que o não condenasse a superstição romana como violador da divindade dos deuses. *Intelligimus autem (diz Eusobio) dicta haec manifeste simul et obscure per allegorias prolata iis, qui carminum horum sensum altius sub conspectum divinitatis Dei scrutantur, innuere quomodo Poeta, ne quis eorum qui in regio orbe denominabantur, culpare posset quod contra patrias leges scriberet, et quae jam olim inde a majoribus de diis credita fuiissent, rejiceret, veritatem occuluerit.*

Desta mesma opinião de Eusébio são outros muitos autores, os quais constantemente se persuadem que o sujeito da IV Égloga virgiliana não foi outro senão Cristo, conhecido pelos oráculos das Sibilas, e certo são tão extraordinariamente grandes as cousas que o príncipe dos poetas diz naquele poema bucólico, que nem ainda do mesmo César se puderam dizer sem nota de demasiada adulação e indigna de um tão eminente juízo como o de Virgílio, talhado verdadeiramente para poeta de Cristo.

Quem tiver curiosidade de ver a alegoria de toda a Égloga aplicada e explicada de Cristo, veja nos Antigos ao mesmo, e dos Modernos ao P.e Lacerda, e sobre todos (lacuna no original)..... que de versos de Virgílio teceu e compôs felizmente toda a vida de Cristo .

As razões mais fundamentais e sólidas com que se persuade e converte a verdade deste império temporal de Cristo são as que imediatamente se tiram dos mesmos títulos que acabamos de declarar. E assim a primeira e mais relevante de todas se funda na união hipostática com que a humanidade sagrada de Cristo está unida ao Divino Verbo, posto que esta mais se pode chamar natureza que razão; outra é o merecimento infinito de Cristo, inseparável a todas as suas acções, pelo qual lhe eram devidas todas as dignidades e grandezas humanas, sem exclusão de poder, autoridade e soberania alguma, em consequência do qual merecimento se ajuntou a ele a vontade eficaz divina, que foi o princípio efectivo donde manou e se derivou a Cristo a comunicação liberalíssima, e como investidora absoluta desta suprema e universal potestade; assim que as razões fundamentais do império temporal de Cristo são três: o ser quem é, o seu merecimento e a *von tade* divina, que é razão de si mesma.

Estas razões capitais se podem ajudar e revestir de várias congruências, que facilmente se consideram muito convenientes todas ao decoro e majestade de

Cristo; o qual, como cabeça dos homens que são compostos de carne e espírito, não era justo que tivesse sobre eles o domínio partido, senão inteiro, assim sobre as cousas e acções concernentes ao espírito, como as que pertencem ao corpo; antes, por Cristo ser verdadeiro e inteiro homem, composto não só de espírito, se não de carne, foi muito conveniente que não só tivesse o Império espiritual que pertence às almas, se não também o temporal que é próprio das corpos: *...ut sicut ipse e corpore et spiritu compositus erat, ita eum (Pater) et regem spirituum et corporum etiam fecerit, ut tam late ipsius regnum et imperium pateret quam ipsius Dei*, como doutamente disse Stuniga, comentando o capítulo IX, v. 9, do Profeta Zacarias.

Se os Trajanos e outros imperadores e príncipes do Mundo deram seus impérios e reinos inteiros aos estranhos que *adoptaram* por filhos, como havemos de crer nem imaginar que desse Deus só uma parte de seu império e domínio a Cristo, que não só em quanto Deus, se não ainda em quanto homem, é seu filho natural e verdadeiro e *unigénito*? Se quis e não pôde (como em semelhante caso argumentava Agostinho) foi fraqueza; se pôde e não quis, foi inveja, e um ou outro pensamento fora blasfêmia contra o *omnipotente* amor de tão divino Pai.

A Adão deu Deus o império universal do Mundo com sujeição e otediência a todas as criaturas dele, só por ser feito a sua imagem e semelhança: *Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram, ut praesit piscibus maris, et volatilibus caeli, et bestiis terrae*. Como negaria logo Deus este mesmo poder, não digo já àquele segundo Adão que veio restaurar as ruínas do primeiro, senão àquele que é imagem e retrato perfeitíssimo de sua sustância: *Ipse est enim imago Patris et figura substantiae ejus*? Haverá quem se atreva a dizer ou presumir que foi menor o poder de Cristo no Mundo que o de Adão ou que teve Adão poder que faltasse a Cristo? A carne de Adão que tomou Cristo não foi de Adão pecador, senão de Adão inocente, porque, como advertiu o Apóstolo, tomou a carne e não contraiu o pecado. E se Cristo não foi filho de Adão escravo, se não de Adão senhor, porque não reteria ao menos o que não perdeu em seu Pai?

A geração de Cristo escrita por S. Mateus começa em David, e por S. Lucas em Adão; e se, por filho de David, melhor que Salomão lhe foi devido o ceptro de Israel, por filho de Adão, melhor que Caim e Abel, porque se lhe há-de negar o do Mundo?

Finalmente, é princípio geral e recebido de todos os teólogos, que se deve conceber e admitir na soberana pessoa de Cristo todos aqueles atributos de poder, grandeza e majestade, que sem implicação nem indecência se podem considerar nela, porque todos lhe são infinitamente devidos; e tão fora está deste perigo o império e domínio temporal que admitimos em Cristo, que antes da falta dele se podem arguir conhecidos inconvenientes, e ainda alguma consequência indigna e de menos decoro. Porque o império espiritual de Cristo, por supremo e universal que seja, só tem poder e jurdição indirecta sobre as cousas e acções temporais, enquanto estas se ordenam ou subordinam ao fim e conservação das espirituais: e no caso ou suposição em que Cristo sòmente fosse Rei espiritual, segue-se (como doutamente infere o Padre Soares) que, se Cristo quisesse mandar a um homem ou a um anjo uma acção meramente temporal alheia (ainda que fosse para obrar um milagre), que o não poderia fazer livre e *absolutamente* a seu arbítrio e sem licença do dono dela (se còmodamente o pudesse fazer de outra sorte): *Indignum autem videtur* (conclui o grande Doutor) *haec et similia de Christi potestate sentire*. Sendo logo este sentimento indigno do poder e majestade de Cristo e da soberania de sua pessoa, necessariamente havemos de dizer e confessar, em boa teologia, que não é sòmente espiritual o império e domínio que Cristo tem sobre o Mundo, se não

também temporal, e que espiritual e temporalmente Ihe são todos os homens e todas as cousas sujeitas.

E quanto ao reparo da pobreza e desprezo das cousas temporais que Cristo veio ensinar ao Mundo, nós nos contentaremos com que os autores deste escrúpulo, por santos e espirituais que sejam, se contentem com o que se contentou este Monarca temporal do Mundo: imitem a pobreza de Cristo, pobre no nascimento, pobre na vida, pobre na morte, e pobre sobretudo na eleição de pais pobres, e não queiram mais pobreza, nem mais exemplo em Cristo. Muitos há que querem parecer pobres; alguns que o querem ser; mas quem queira ser e parecer filho de pobres: *Quis est hic et laudabimus eum?* Só Cristo e quem tem muito de Cristo.

O domínio universal que Cristo tinha do Mundo era o que mais subiu de preço os quilates de sua pobreza. Não ter uso das cousas do Mundo quem não tem ou teve domínio delas, virtude pode ser, mas virtude que parece fortuna ou necessidade; porém senhor absoluto de tudo quanto há e pode haver no Mundo, e ter menos uso do mesmo Mundo do que os bichinhos da terra, e poder dizer com verdade: *Vulpes foveas habent et volucres caeli nidos; filius autem hominis non habet ubi caput reclinet, oh!* Que pasmo, oh! Que exemplo, oh! Que confusão para os homens, ainda os mais desprezadores do Mundo!

Mas replicam a esta resposta os autores da contrária opinião, e dizem que a pobreza evangélica, de que Cristo professou ser mestre, não consiste só na mortificação ou temperança do uso das cousas temporais, se não principalmente na renúncia do domínio delas; logo, no desprezo e abdicação deste domínio é que devia Cristo dar-nos o exemplo da perfeita pobreza. E pois é certo que foi Cristo consumadíssimo exemplar de todas as virtudes, e muito particularmente desta, segue-se que não só não te ve o uso das cousas temporais, se não que também careceu do domínio de todas.

Primeiramente digo que, para Cristo ser perfeitoíssimo mestre e exemplar de todas as virtudes, não era necessário exercitar todos os *actos* particulares delas, ainda que os tivesse ensinado. Não era menos mestre nem menos exemplar Cristo da paciência do que o foi da pobreza, e sendo uma das mais altas proposições de sua doutrina na matéria do sofrimento, *cum te percusserint in una maxilla, praebe illi et alteram* sabemos contudo que, quando deram a Cristo a bofetada em presença do Pontífice Caifás, não ofereceu o Senhor a outra face, antes acudiu à calúnia de que falsa e sacrilegamente o arguiam.

Mas deixada esta estrada geral, porque não é nosso intento divertir o argumento, senão desfazê-lo, digo outra vez que na pobreza de Cristo, quanto a renúncia do domínio, havia outra razão mais forçosa e necessária, que era ser este acto incompatível com a natureza e essência do mesmo Cristo. Porque aquele domínio supremo e uníversonal de todas as cousas fundava-se imediatamente, como dissemos, na união hipostática, e era não só propriedade inseparável, senão parte intrínseca dela; e assim como Cristo não podia renunciar nem abdicar de si a própria natureza, assim (diz o Padre Vasquez) não podia renunciar nem demitir de si o direito soberano domínio. O que podia só fazer Cristo era privar-se do uso dele, e assim o fez tão perfeita e perfeitissimamente como sabemos. Quanto mais que ainda no caso em que fora possível na pessoa de Cristo a renúncia do domínio temporal de todas as cousas, porventura que era mais conveniente ao mesmo exemplo do Mundo conservar o domínio sem o uso, que renunciar o uso e mais o domínio; porque Cristo, como mestre e exemplar da perfeição evangélica, não só devia dar exemplo aos religiosos que professam renunciar o domínio dos bens temporais senão também aos prelados e bispos, e ao supremo bispo e supremo

prelado, cujo estado, sendo de maior perfeição, conserva o domínio e administração dos bens e só periga ou pode perigar na imoderação ou excesso do uso deles. Foi logo convenientíssimo que em Cristo se ajuntasse o sumo domínio e o sumo desprezo e abstinência das cousas do Mundo, para que no mesmo exemplar aprendessem os religiosos a mortificação do uso e os prelados a moderação do domínio.

Finalmente, para que ponhamos o selo à confirmação desta nossa sentença e acabemos de desfazer as razões ou admirações, como dizíamos da parte contrária, provemos demonstrativamente a causa pelos efeitos, a potência pelos atos, a jurisdição pelo exercício, e o direito (do modo que pode ser) pela posse. Temos neste ponto contra nós não só os inimigos, senão também os amigos. Resolvem os defensores da opinião contrária, e também muitos da nossa, que Cristo em toda a sua vida, não teve exercício algum do império temporal, nem em quanto Rei nem em quanto Senhor, porque nem fez acto que fosse próprio da dignidade real, nem se serviu de cousa alguma do Mundo, como quem teve só o domínio e senhorio dele. E daqui inferem, não todos mas só os que impugnam a nossa sentença, que vinha a ser totalmente ocioso este império temporal que consideramos em Cristo, e por conseguinte nulo, conforme aquele princípio vulgar da filosofia: *Frustra est potentia quae non reducitur ad actum*

Mas começando pela forma desta consequência, ou colhe demasiadamente ou nada. Porque tão boa consequência é esta: Cristo não teve exercício de rei, logo não teve poder real; como esta: Cristo não teve exercício de juiz, logo não teve poder judicial. E nesta segunda consequência, sendo de Fé a premissa, é contra a Fé a conclusão. A premissa é de Fé, porque lemos no capítulo XII, de S. Lucas, que, pedindo dois irmãos a Cristo que julgasse certa dúvida que tinham entre si, o Senhor lhes respondeu: *Quis me constituit iudicem super vos?* E a conclusão é contra a Fé, porque neiga contraditoriamente o texto de S. Paulo: *Pater non iudicat quemquam, sed omne iudicium dedit filio, quia filius hominis est.* Antes daqui se forma novo argumento em confirmação da verdade da nossa sentença, porque a potestade judiciária em Cristo foi consequência da dignidade real, como expressamente ensina S. Tomás na Questão LIX, Art. IV, ad. I: *Potestas iudicis secuta est in Christo regiam dignitatem.* E a razão desta ordem natural é, posto que o Santo Doutor a não exprima, porque o ofício de julgar é parte da dignidade de Rei, conforme o texto de David: *Et nunc, Reges, intelligite: erudimini qui iudicatis terram.* Por isso o mesmo Cristo, descrevendo o supremo e último ato de juízo em que há de sentenciar o Mundo, se chama nomeadamente Rei: *Tunc dicet Rex his qui a dexteris ejus erunt* etc. E se é certo e de Fé que Cristo tem esta parte da jurisdição e dignidade real, porque havemos de ser tão estreitos de coração que lha não concedamos toda?

Os que admitem ou veneram connosco em Cristo o título e dominio de rei e concedem contudo que não teve exercício dele, dizem muito douta e consequentemente que, ainda que a dignidade e jurisdição real em Cristo não tivesse ato ou exercício algum em sua vida, nem o haja de ter em outro tempo, nem por isso se deve julgar aquele poder por baldado e ocioso, porque serve, como falam os filósofos, de ornar e mais aperfeiçoar o sujeito. Bem assim como na humanidade do mesmo Cristo é certo que houve alguma potência, que nunca teve nem havia de ter ato (qual é a potência que há nos individuos para a conservação da espécie); e contudo ninguém a nega nem pode negar em Cristo, porque é perfeição natural da Humanidade.

Persistindo na mesma suposição, se pode também dizer, não indouta nem indiscretamente, que, ainda que o domínio temporal de Cristo não teve aqueles atos

ou exercício positivo que costuma ter nos reis e príncipes da terra, teve porém um ato excelentíssimo e um exercício contínuo, nunca visto até então no Mundo, a que podemos chamar negativo, que foi o não querer usar Cristo do mesmo domínio. E ter o domínio para poder e não querer usar dele (que é um ato heróico de humanidade e modéstia, o qual necessariamente supõe o mesmo domínio) não é tê-lo ocioso, se não mui gloriosamente exercitado, de maneira que neste sentido (que nem é vulgar nem violento) podemos dizer que não careceu Cristo do uso do domínio temporal que nele consideramos, e que o uso que teve daquele domínio foi a privação do mesmo uso, ou não querer usar dele. E se não, perguntemos a S. Ambrósio para que quis e mandou Cristo aos Apóstolos que comprassem espadas, ainda que fosse a preço das mesmas túnicas com que andavam cobertos, se lhes havia de mandar que as deixassem estar na bainha? e responde o grande Doutor que foi para mostrar Cristo que se podia defender e vingar de seus inimigos, mas não queria. Para este uso ou desuso quis Cristo a procuração das espadas, porque muitas vezes o mais nobre e o mais generoso uso do poder é não querer usar dele. E se aquelas espadas só para este uso não foram ociosas, porque o seria o domínio de Cristo, ainda que não tivesse outro uso mais que não querer o poderosíssimo Senhor usá-lo, para maior exemplo e doutrina nossa? Onde mais bem empregado e aplicado o domínio, que para poder dizer, depois do maior ato de humildade: *Si ergo ego dominus et magister?*

Desta maneira respondem (e podem responder os que seguem que Cristo não teve exercício algum do império e domínio temporal; porém nós, ponderando devagar a história evangélica, temos por certo o contrário; pelo que respondemos negando a suposição, e por última confirmação da nossa opinião mostraremos, por atos próprios de jurisdição e domínio, como foi Cristo Rei e Senhor temporal do Mundo, não só em ato primo (como diz a frase dos Teólogos) senão em ato segundo; e não só quanto a jurisdição e domínio, senão quanto ao uso e exercício dela; não porque pública e continuamente o professasse Cristo, como fazem os reis da Terra, mas porque exercitou alguns atos particulares de império e domínio, que eram próprios só do legítimo Rei e verdadeiro Senhor do Mundo, como se vê claramente em muitos lugares e exemplos do Evangelho.

O primeiro seja mandar Cristo, tanto que entrou neste Mundo, chamar os Reis do Oriente pela estrela, para que o viessem reconhecer e adorar por Rei. como eles mesmos disseram: *Ubi est qui natus est Rex Judaeorum? Vidimus enim stellam ejus in Oriente et venimus adorare eum.*

Item em receber os tributos que lhe ofereceram os mesmos Reis em reconhecimento da soberania suprema de sua majestade, não só em quanto Deus, se não em quanto Rei. Nesta conformidade entendem todos os Padres o mistério das três espécies de ouro, incenso e mirra, que os Reis ofereceram: o incenso como a Deus, a mirra como a homem, e o ouro como a rei, e assim cantou Arato, poeta cristão da primeira Igreja, naquele verso que tão bem pareceu a S. Jerônimo:

Aurum, thus, myrrham regique hominique Deoque.

E a Igreja, no Hino da Epifania:

Thus, myrrham et aurum regium.

E muito antes David, no Salmo que começa: Deus, *judicium tuum Regi da, et justitiam tuam filio Regis.* Este Salmo se entende literalmente do Reino de Cristo, conforme a explicação de S. Jerônimo, S. Agostinho, S. Ambrósio, e o comum consenso de todos os Padres e da mesma Igreja; e não só do Reino de Cristo absolutamente, se não do Reino e Império temporal, como larga e eruditamente prova Alonço de Mendouça, na sua Relatio Theologica de universali Christi Regno. E

em comprovação deste Reino de Cristo, alega David profeticamente no mesmo Salmo a adoração e tributos dos Reis do Oriente: *Reges Tharsis et insulae numera offerent, Reges Arabum et Saba dona adducent, et adorabunt eum omnes Regeç terrae, omnes gentes servient ei.*

Finalmente, a entrada dos mesmos reis em Jerusalém, perguntando publicamente: *Ubi est qui natus est Rex?* Que outra coisa foi, se não um pregão público e um Real! Real! Por Cristo Rei do Mundo, com que o mesmo Rei se mandou apregoar na praça mais universal de todo ele, que era Jerusalém, e no meio do mesmo Mundo, que era o lugar onde aquela cidade estava situada?

A mesma publicação fizeram os Anjos nos montes e campos de Judeia, quando anunciaram aos pastores: *Quia natus est vobis hodie salvator qui est Christus dominus, in civitate David;* respondendo toda a milícia do Céu: *Gloria in altissimis Deo ed in terra paz huminibus!* Nas quais palavras todas não só apregoaram o nascimento e chegada ao Mundo do novo Rei, mas declararam também por to das as circunstancias de salvador, de ungido por Deus, de descendente de David, e da paz que trazia consigo, ser ele o Rei prometido aos Patriarcas e anunciado dos Profetas, que havia de salvar e dominar o Mundo; da qual publicação foram os mesmos pastores os terceiros pregoeiros, que divulgaram por toda a parte o que tinham visto, como se colhe claramente do texto de S. Lucas: *Et omnes qui audierunt mirati sunt, et de his quae dicta erant a pastoribus ad ipsos.* Que ato pois mais próprio e positivo de rei, que mandar-se publicar por tal, nas cortes e aldeias, nas cidades e nos campos, aos grandes e aos pequenos, com quatro pregões tão públicos e tão notáveis, de estrelas, de anjos, de reis, de pastores, e receber adorações e tributos dos mesmos reis, e ultimamente desobrigá-los da palavra que tinham dado a El-Rei Herodes, como senhor supremo de todos, e mandá-los como súbditos e novos embaixadores seus, assinalando-lhes o caminho por onde haviam de ir?

Mas passemos do nascimento de Cristo aos dias mais chegados à sua morte, para que vejamos como, entrando e saindo do Mundo, se mostrou e publicou Rei e senhor de todo ele

CAPÍTULO VII

Conclui-se que o Reino de Cristo é espiritual e temporal juntamente

Recolhendo tudo o que tão largamente temos disputado (que foi necessário ser tão largamente) e reduzindo a concórdia quanto pode ser as opiniões de todos os Doutores, posto que alguns pareçam entre si contrários, diremos por última conclusão que o Império de Cristo é juntamente espiritual e temporal, e que, segundo estas duas jurisdições, ambas supremas, se compõem; a coroa de Cristo, Sacerdote Supremo, e outra coroa de universal Senhor e Legislador *in temporalibus*, segundo a qual se chama propriamente Supremo Rei.

Este é o Reino universal que Daniel veio dar ao Filho do Homem (que é Cristo), e este o Reino que Nabucodonosor também tinha visto encher o Mundo, posto que não viu nem lhe foi mostrado a quem se havia de dar. Este é o que viu mais distintamente que todos Zacarias na sua terceira visão; porque Nabucodonosor viu somente o Reino e sua grandeza, Daniel viu o Reino e a pessoa que o havia de dominar, e Zacarias viu o Reino e a pessoa, e o número e distinção das coroas.

Torno a repetir o texto e suponho a história, pois fica contada no I Livro.

Para maior inteligência desta matéria havemos de supor que, deste tempo da Lei da Natureza, andou sempre o morgado temporal unido com o sacerdócio, e um e outro vinculado aos primogénitos. Estas eram aquelas bênçãos tão celebradas e tão pleiteadas que os Patriarcas davam a seus filhos, como foi a que Abraão deu a seu primogénito Isaac, e a que Isaac quis também dar a seu primogénito Esaú, e por indústria de Rabeca foi dada a Jacob. Conforme a este direito de sucessão, havia de dar também Jacob a seu primogénito Ruben a mesma bênção, mas, em castigo da irreverência que tinha cometido contra o tálamo de seu pai, foi privado dela, como lhe disse o mesmo Jacob: *Ruben, primogenitus meus, tu fortitudo mea et principum doloris mei, prior in donis major in imperio, effusus es sicut aqua; non crescas, quia ascendisti cubile patris tui et maculasti stratum ejus.*

Desde este tempo se dividiram estas duas dignidades que haviam de estar juntas no morgado ou maioria de um só império (major in imperio) e o reino e o sacerdócio, que havia de andar encabeçado no primogénito de Ruben, se repartiu em dois filhos do mesmo Jacob, que foram Judá e Levi, ficando em Judá a benção do reino, e em Levi a do sacerdócio, como depois se cumpriu, porque na instituição do Tabernáculo, que precedeu ao Templo, foi ungido por sumo sacerdote Arão, que era do tribo de Levi, e na instituição do reino, depois de o perder Saul, foi ungido por rei de Israel David, que era do tribo de Judá.

Nestas duas descendências de Arão do tribo de Levi e de David do tribo de Judá, se conservou sempre o reino e sacerdócio, até que a tiara e a coroa, ou estas duas coroas, se uniram outra vez em Cristo, Supremo Sacerdote e Supremo Rei, e de ambos se compõe o império (assim o natural como o figurativo) que Ruben tinha perdido, *prior in donis, major in imperio.* Daqui se entende maravilhosamente o mistério da ascendência e primogenitores de Cristo, os quais, como consta do I capítulo de S. Mateus e do III de S. Lucas, foram reis e sacerdotes, unindo-se por verdadeira geração no sangue santíssimo de Cristo e sua mãe o tribo real de Judá e o sacerdotal de Levi, como gravemente notou e expressamente disse S. Agostinho no livro II de *Consensu Evangelisarum*, capítulo II. *Cum autem evidenter dicat Apostolus Paulus: ex semine David secundum carnem Christum, ipsam quoque Mariam de stirpe David a liquam consanguinitatem duxisse dubitare utique non debemus. Cujus feminae quoniam nec sacerdotale genus tacetur, insinuante Luca, quod cognata ejus esset Elisabeth, quam dicit de filiabus Aaron. Firmissime tenendum est carnem Christi ex utroque genere propagatam, et regum et sacerdotum, in quibus personis apud illum populum Hebraeorum etiam mystica unctio figurabatur...*

De maneira que ordenou a Providência Divina que na geração e ascendência de Cristo se tecesse o tribo sacerdotal de Levi com o tribo real de Judá, e que a tela de que se havia de vestir o Verbo, quando se desposou com a natureza humana, fosse lavada de coroas e de tiaras, para que visse o Mundo que, ainda a título de geração natural, era ele o herdeiro legítimo do reino e do sacerdócio, como direito descendente daqueles sacerdotes e daqueles reis que só eram feitos por Deus; o qual mistério (para maior propriedade e majestade dele) se observou até nos escritores da mesma genealogia de Cristo, porque dos quatro animais do carro de Ezequiel que significam os quatro evangelistas, a S. Mateus, que escreveu a geração real, pertence o homem, que é o rei dos animais; e a S. Lucas, que escreveu a geração sacerdotal, pertence o boi, que é o animal do sacrifício, como, depois de S. Jerónimo e S. Gregório Papa, notam comumente todos os Doutores.

O nome de Cristo e de Messias, com que o mesmo Senhor foi chamado e conhecido, antes e depois de vir ao Mundo, foram duas firmas ou assinados públicos

de um e outro império sacerdotal e real, temporal e espiritual, entre si unidos. Porque Messias, que é nome hebreu, e Cristo, que é nome grego, ambos têm a mesma significação, como diz S. João no capítulo I; e referindo as palavras de S. André a S. Pedro: *Invenimus Messiam (quod est interpretatum Christus)* e esta foi uma das erudições em que a Samaritana se mostrou tão letrada: *Scio quia Messias venit, qui dicitur Christus*. Um e outro nome, assim o de Cristo como o de Messias, quer dizer ungido, e chama-se Cristo ungido, porque foi ungido por Rei e Sacerdote Supremo.

Três ofícios achamos na Escritura Sagrada, que se davam com a cerimônia da unção: o de rei, como ungido, e chama-se Cristo ungido, porque foi ungido Arão, e o de Profeta, como foi ungido Eliseu, e com todas estas unções foi ungido Cristo. Da unção de profeta já dissemos no capítulo VII do I Livro. A de Rei e a de Sacerdote Supremo, que eram as duas maiores, são aquelas por que Cristo principalmente se chama ungido, não porque fosse ungido com aquela cerimônia exterior com que os reis e sacerdotes eram ungidos por mãos dos homens, senão pela unção interior, com que o mesmo Deus o ungiu na união da divindade com a humanidade, como acima dizíamos.

E agora poremos aqui as autoridades dos Padres, que para este lugar reservamos: S. Agostinho no livro e capítulo pouco antes citado: *Firmissime tenendum est carnem Christi ex utroque genere propagatam et regum et sacerdotum, in quibus personis illum populum Hebraeorum etiam mystica unctio figurabatur, id est. chrisma, und e Christi nomen elucet tanto ante etiam illa evidentissima significatione praenuntiatum*

Resolve-se quando começou este Império de Cristo e propõe-se acerca dele uma grande dificuldade

PLANO DA HISTÓRIA DO FUTURO

História do futuro; Esperança de Portugal, Quinto Império do Mundo (Cópia do Ms. da Biblioteca Nacional Maquinações de Antonio Vieira jesuita, tomo II p. 89)

LIVRO PRIMEIRO

Nome, verdade e fundamento deste Império

QUESTÃO 1.a

Se na Sagrada Escritura está revelado algum Império, que se deva chamar o V.? Resp. afirm.

QUESTÃO 2.a

Se o dito Império é diverso e totalmente distinto do IV Império do Mundo, que foi o Romano? Resp. afirm.

QUESTÃO 3.a

Se o Império Romano há-de durar até a vinda do Anticristo? Resp. afirm.

QUESTÃO 4.a

Se no Capítulo I de Daniel é significado o Império do Anticristo na figura do chamado_ Cornuparvulum? ou o do Anticristo, ou o do Turco? Resp. afirm

QUESTÃO 5.a

Se na suposição que o Império Romano há-de durar até o Anticristo, pode haver no Mundo outro Império que se chame o Quinto? Resp. afirm.

LIVRO SEGUNDO

Definição do V Império, e declaração dele

QUESTÃO 1.a

Que Império seja este, a que chamamos o Quinto? Resp.: Até o de Cristo.

QUESTÃO 2.a

Se o Império de Cristo, que dizemos ser o Quinto, é o Império do Céu ou da Terra? Resp. que da Terra.

QUESTÃO 3.a

Se o Império de Cristo na Terra é espiritual ou temporal? Resp. que é espiritual e temporal juntamente.

QUESTÃO 4.a

Se no dito Império espiritual e temporal de Cristo se distingue o domínio, posse, exercício? Resp. afirm.

QUESTÃO 5.a

Qual seja o dito domínio do Império de Cristo, e quando começou? Resp., que é, que tem sobre todo o Mundo e sobre todos os homens, e começou desde o primeiro instante da sua encarnação.

QUESTÃO 6.a

Em que consiste a posse do dito Império? Resp. que consiste em ser conhecido por fé e obedecido.

QUESTÃO 7.a

Quando começou, e como se continuou a dita posse? Resp. que começou desde os primeiros que creram em Cristo , e vai continuando em todos os que têm a mesma fé.

QUESTÃO 8.a

Se teve Cristo exercício do dito Império em quanto espiritual? Resp. afirm.

QUESTÃO 9.a

Se teve Cristo exercício do dito império em quanto temporal? Resp. problem.

QUESTÃO 10.a

Se tem Cristo hoje exercício do dito império temporal e espiritual, e qual seja? Resp. que tem o exercício, imediato não, mas o mediato.

QUESTÃO 11.a

Por que pessoa ou pessoas tem Cristo o exercício mediato do império espiritual? Resp. que pelo Sumo Pontífice e mais ministros da Igreja.

QUESTÃO 12.a

Por que pessoa ou pessoas tem Cristo o exercício mediato do império temporal? Resp. que pelos príncipes temporais cristãos.

QUESTÃO 13.a

Se há-de Cristo ainda ter alguma hora o exercício do dito império, assim espiritual como temporal, por sua própria pessoa , ou se é possível? Resp. que é possível, mas que nunca há-de ter o dito exercício pessoal.

LIVRO TERCEIRO

Grandeza e felicidades do dito Império

QUESTÃO 1.a

Se este Reino e Império de Cristo há-de continuar sempre no estado presente, ou há-de ter outro e mais perfeito? Resp. que há-de ter outro estado mais perfeito, completo e consumado.

QUESTÃO 2.a

Como se prova este estado mais perfeito e consumado do Império de Cristo? Resp. que pelas Escrituras, por autoridade e por razão.

QUESTÃO 3.a

Porque a opinião do dito estado não é comum de todos os Padres e Doutores? Resp. que por muitos fundamentos.

QUESTÃO 4.a

Quanta haja de ser a grandeza do Império de Cristo no dito estado? Resp. que universal, sobre todas as gentes e sobre todos os reinos.

QUESTÃO 5.a

Se a dita grandeza há-de ser simultânea e permanente ou sucessiva? Resp. que simultânea e permanente.

QUESTÃO 6.a

Se não-de ser todos cristãos no dito estado? Resp. afirm.

QUESTÃO 7.a

Se não-de ser todos pela maior parte justos no dito estado? Resp. afirm.

QUESTÃO 8.a

Se há-de haver no dito estado paz universal? E em todo o Mundo? Resp. afirm.

LIVRO QUARTO

Causas, meios e instrumentos com que se há-de conseguir o estado consumado do dito Império

QUESTÃO 1.a

Se o primeiro meio da consumação do dito estado seja a conversão universal de todos os homens à Fé de Cristo e a extirpação de todas as heresias do Mundo? Resp. afirm.

QUESTÃO 2.a

Como se prova em especial a conversão de todos os gentios e a extirpação da idolatria? Resp. que pelas Escrituras e Doutores.

QUESTÃO 3.a

Como se prova em especial a conversão, a extinção do Turco, a extirpação da seita de Mafona? Resp. que pelas Escrituras e Doutores.

QUESTÃO 4.a

Como se prova em especial a conversão de todos os hereges, e a extirpação de todas as heresias? Resp. que pelas Escrituras e Doutores.

QUESTÃO 5.a

Como se prova em especial a conversão dos Judeus e a extirpação do Judaísmo?
Resp. que pelas Escrituras e Doutores.

QUESTÃO 6.a

Se nesta conversão dos Judeus hão-de entrar também os Dez Tribos perdidos?
Resp. afirm.

QUESTÃO 7.a

Se convertidos universalmente os Judeus hão-de ser restituídos à sua Pátria? Resp.
afirm.

QUESTÃO 8.a

Se podem os Judeus licitamente esperar esta restituição mediante a Fé de Cristo?
Resp. afirm.

QUESTÃO 9.a

Se é conveniente ao bem da Igreja que a opinião da dita esperança se pratique?
Resp. afirm.

QUESTÃO 10.a

Se por meio da dita conversão universal se há-de consumir a união dos dois povos,
gentílico e o judaico? Resp. afirm.

QUESTÃO 11.a

Se então se cumprirá a profecia do texto—et erit unum ovile et pastor?—Resp. afirm.

QUESTÃO 12.a

Se a causa principal eficiente da dita conversão universal será o Eterno Padre?
Resp. afirm.

QUESTÃO 13.a

Se concorrerá para a dita conversão o Espírito Santo com especial e nova unção da
divina graça? Resp. afirm.

QUESTÃO 14.a

Que parte terá nesta obra a autoridade e intercessão de Cristo e da Virgem
Santíssima? Resp. que muito grande.

QUESTÃO 15.a

Se o instrumento principal humano da dita conversão será o sumo pontífice santo e muitos pregadores evangélicos? Resp. afirm.

QUESTÃO 16.a

Se concorrerá para a dita conversão algum príncipe temporal, com a sua autoridade, o seu poder e as suas armas? Resp. afirm.

QUESTÃO 17.a

Se este príncipe temporal será imperador e monarca universal do Mundo? Resp. afirm.

QUESTÃO 18.a

Se o dito imperador universal se poderá chamar Vigário de Cristo no temporal? Resp. afirm.

LIVRO QUINTO

Tempo, duração e ordem do dito Império

QUESTÃO 1.a

Se o estado consumado do Quinto Império há-de ser antes ou depois do Anticristo? Resp. que antes.

QUESTÃO 2.a

Qual dos dois povos se há-de converter primeiro universalmente, para a consumação do dito Império, se o gentílico, se o judaico? Resp. que o gentílico.

QUESTÃO 3.a

Quanta seja a duração do dito Império, depois de consumado? Resp. que até o fim do Mundo.

QUESTÃO 4.a

Quando há-de começar a dita consumação do Império de Cristo? Resp. que na extinção do Império turco.

QUESTÃO 5.a

Se do tempo presente até o da vinda do Anticristo pode e há-de correr um grande número de séculos? Resp. afirm.

LIVRO SEXTO

Terra em que se há-de fundar o dito Império em quanto temporal, e qual há-de ser a cabeça dele

QUESTÃO 1.a

Se o dito Império temporal há-de ser na Europa ou em alguma das outras quatro partes do Mundo? Resp. que há-de ser na Europa.

QUESTÃO 2.a

Em que província da Europa se há-de fundar o dito Império temporal de Cristo ? Resp. que em Espanha.

QUESTÃO 3.a

Em que reino de Espanha se há-de fundar o dito Império? Resp. que em Lisboa.

LIVRO SÉTIMO

Pessoa que será o primeiro Imperador instrumento temporal do dito Império

QUESTÃO 1.a

Se a dita pessoa que seja imperador será o imperador de Alemanha? Resp. negativ.

QUESTÃO 2.a

Se a dita pessoa há-de ser El-Rei Cristianíssimo de França? Resp. negativ.

QUESTÃO 3.a

Se a dita pessoa há-de ser El-Rei Católico de Espanha? Resp. negativ.

QUESTÃO 4.a

Se a dita pessoa há-de ser o Sereníssimo Rei de Portugal? Resp. afirm .

QUESTÃO 5.a

Se o Rei de Portugal há-de ser El-Rei D. Sebastião? Resp. negativ.

QUESTÃO 6.a

Se o dito Rei de Portugal há-de ser El-Rei D. João IV? Resp. problem.

QUESTÃO 7.a

Se o dito Rei de Portugal há-de ser El-Rei D. Afonso ou o Infante D. Pedro? Responde-se:

Vejo subir um Infante
No alto de todo o lenho.
Bandarra

Estes são os livros e questões de que consta o livro intitulado Clavis Prophetarum

Apêndice

CLAVIS PROPHETARUM

Tradução feita por Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, estudante baiano, do
Resumo que dela escreveu o P.e Carlos António Casnedi, S. J.

NOTA DO EDITOR

O ms. do Fundo Geral da Biblioteca Nacional n.º 1741, de que foi copiada a presente tradução, tem o seguinte título: Resumo do Clavis Prophetarum feito pelo Padre Carlos António Casnedi, da Companhia de Jesus. de ordem do Eminentíssimo Cardeal da Cunha, Inquisidor Geral dos Reinos de Portugal. Autor o incomparável Padre António Vieira, da Companhia de Jesus.

Tradu-lo do latim em português Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, estudante baiano, que dedica o seu trabalho a D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, etc., etc., que era então governador no Brasil.

No Prólogo, o tradutor afirma que as proposições que se contêm na obra foram censuradas pelo Tribunal da Inquisição de Coimbra, “quando a emulação e rivalidade levou aos seus cárceres ao nosso Autor, o incomparável (e até o presente não imitado) Padre António Vieira, pelos anos de 1666 e 1667”.

Lembra a defesa de Vieira, no papel que ofereceu ao Santo Ofício, e em que mostrou que esta opinião não era sua e sim de gravíssimos autores, dos quais citou pelos seus nomes trinta, em cujo número se compreendem muitos santos canonizados e todos sábios.

A Alexandre VII, que tinha aprovado as censuras. sucede Clemente X, que, informado do que se tinha praticado com o Padre Vieira na Inquisição de Coimbra, expediu logo o Breve Dilecte Fili, que o isenta de qualquer jurisdição que não seja a da Sé Apostólica. E acrescenta: “...por sua morte se lhe acharam 33 cadernos que ele tinha escrito — ”De Regno Christi in terris consummato”, e, por outro nome, “Clavis Prophetarum” Correu a noticia, e por ordem régia foram remetidos todos os seus manuscritos para Lisboa e entregues ao Eminentíssimo Cardeal da Cunha, Inquisidor-Geral dos Reinos de Portugal, o qual escolheu ao Padre Carlos António Casnedi, bem conhecido em Itália, Espanha e Portugal, e por seus escritos em todo o Mundo, para o informar da qualidade e merecimento da obra, e a informação é a que se segue, resumindo nela os pontos da mesma obra, declarando o seu merecimento e até algumas suas proposições. Foi mandada a dita obra a Roma, onde foi examinada pelo Padre Mestre Fr. Jacinto de Santa Romana, doutor na sagrada Teologia, examinador sinodal da Nunciatura de Espanha, da Ordem dos Pregadores, pelos P.P. M.M. Frei Mário Diana e Fr. Pedro Platamone, da mesma Ordem, e pelo P. André Semiri, jesuíta, que lhe fizeram grandes elogios e declararam que se podia imprimir, o que aconteceu no mês de Agosto de 1715, e por

extenso se podem ver as censuras dos ditos Padres, no “Livro da vida do nosso Vieira”, dito Livro V, p. 628 até p. 631 nos números 212, 213, 215 e 216”

Lembra o autor que nas censuras a esta última obra foi unanime o elogio, e cita do Padre Mestre D. José Barbosa, cronista da Casa de Bragança, examinador das Três Ordens Militares e sinodal do Patriarcado, académico-censor da Academia Real, o seguinte juízo crítico: “Maior dano experimentarão os sábios em ficar imperfeita a grande obra “Clavis Prophaetarum”, porque é certo que ninguém terá o atrevimento de a pretender concluir, porque para esse fim é necessário outro António Vieira, e só Deus sabe quando lhe dará semelhante, para se fazer senhor da grande e imensa ideia daquela obra, que, para ser admirável, basta que fosse concebida na vastíssima compreensão, nos dilatados estudos e na profundíssima erudição sagrada daquele homem verdadeiramente incomparável”

E: conclui o tradutor com esta nota, que faz do seu entusiasmo de panegirista um caso vulgar na época: tendo solicitado havia perto de três anos a obra em Portugal, soube que a possuía o convento dos Capuchos. Pediu uma cópia, mas “tem sido tal o concurso de pretendentes ao mesmo fim, e a copiar pedaços dela, que, tendo-se principiado a nossa cópia em Abril de 1813, ainda até o presente Março de 1818 se não pôde concluir...”

Segue-se a este Prólogo do tradutor o Prefácio do P.e Casnedi ao seu resumo. Dele extraímos, por mais significativo, o seguinte: Vieira, pela memória que tudo fielmente conservava, pela eficácia persuasiva com que alegava os textos, pela óptima maneira como sabia exemplificar, era um Herói Superior a todo o louvor e aplauso humano. Aquilo que os outros Heróis de primeira grandeza desprezavam como estéril e inútil, e o que não entenderam como envolto nas trevas da obscuridade, tudo o Padre Vieira tem mostrado abundante de mistérios, de modo que parecem sempre novas as suas opiniões e que diz cousas que não vem nas Sagradas Páginas, não sendo contudo senão cousas antigas, ocultas no mesmo Texto Sagrado e de que os outros não fizeram caso ou não entenderam [...]. Por esta razão é que o incomparável Autor, assim como se deveria pôr inferior a todos os intérpretes, se dissesse cousas que senão contivessem no Sagrado Texto, assim se deveria elevar acima de todos, por ter descoberto com a perspicácia do seu engenho e ter publicado cousas que estavam ocultas no Tesouro da Sagrada Escritura.

O juízo do P.e Casnedi sobre a eficácia da exegese que Vieira fez dos Profetas, revelando o que neles se ocultava, é esta perfeita adesão ao seu pensamento: “Parece, pois, justo que o Reino de Cristo, Senhor nosso, na terra, seja perfeitamente consumado antes da vinda do mesmo Senhor como Juiz. De sorte que disto se segue que, fundado nas profecias que ainda se não completaram e expondo-as literalmente, prognostique muitas cousas que hão-de acontecer na Igreja Militante, e conceba o Reino de Cristo, Senhor nosso, na terra tal qual pode convir ao mesmo Senhor, que há-de vir não como Redentor, mas como Juiz.

De novo no prefácio se louva a luz, a erudição, a enfática e energia de razões, a harmônica consonância, a extensão do espírito com que expõe literal e não misticamente o que as profecias anunciam sobre o futuro estado da Igreja, e termina com estes informes sobre o livro:

Divide-se este estupendo volume do Reino de Cristo Senhor nosso, consumado sobre a terra. em três livros, como o declara o seu mesmo Autor no princípio da sua obra: No 1.º trata da natureza e qualidade do Reino de Cristo, Senhor nosso; no 2.º da consumação do mesmo Reino sobre a terra; no 3.º do

tempo em que se há-de consumir e o tempo que deve durar depois da consumação.

Segue-se o texto integral da tradução:

Da imperfeição física da obra

Não falo da imperfeição moral da obra, porque demonstrarei depois que nenhuma pode haver; falo, sim, da sua imperfeição física, como a tenho na minha mão, porque se não sabe se ela é fisicamente imperfeita, como a têm os outros. Da mesma sorte ignora-se se o Autor a deixou imperfeita; assim mo certificam algumas pessoas que viveram nos últimos meses antes da sua morte e nos primeiros depois.

Falarei portanto da sua imperfeição física como está na minha mão e como me foi confiada pelo Eminentíssimo Cardeal da Cunha, da Santa Igreja Romana, Inquisidor Geral de todos os Reinos sujeitos ao Rei de Portugal. Quanto a mim, depois de a ter lido terceira vez, acho que é sumamente desordenada e muito confusa, mutilada e imperfeita.

Ora ainda que se possam facilmente pôr em ordem os primeiros cadernos, porque não só os capítulos como os parágrafos estão distintamente numerados, contudo não se pode fazer o mesmo aos outros cadernos pertencentes ao 2.º e 3.º livros.

Da primeira imperfeição moral ou teológica da obra tirada do pecado filosófico

Duas imperfeições teológicas ouço que se imputam a este grande varão: uma sobre o pecado filosófico e outra a respeito dos sacrifícios da Lei antiga, que se hão-de restabelecer antes do fim do Mundo. Uma e outra explicarei em poucas palavras, a primeira neste parágrafo e a segunda explicarei nos seguintes.

No tratado da pregação universal do Evangelho, no segundo caderno do Autor, pág. 2, leio na margem as seguintes palavras:

“Estas opiniões acerca do pecado filosófico já em outro exemplar foram riscadas por causa do Decreto de Alexandre VIII, que as condenou muito depois que elas foram escritas pelo Autor.”

Com permissão, porém, do que notou a dita margem, digo que este tal imprudentemente se alucina, querendo inferir que a opinião do Padre Vieira, na qual defende o pecado puramente filosófico entre os bárbaros americanos, vulgarmente chamados Tapuias, dos quais a maior parte passam todo o decurso da sua vida em uma invencível ignorância de Deus, querendo inferir, digo, que esta opinião do Autor tem semelhança com a que foi condenada por Alexandre VIII, no, ano de 1690.

Eis aqui, pois, a opinião condenada: o pecado filosófico ou moral é um acto que desconvém à natureza racional; o teológico, porém, e o mortal é a transgressão livre da divina Lei O filosófico, ainda que grave, naquele que tem ignorância de Deus, ou não cogita atualmente do mesmo Deus, é pecado grave, na verdade, mas não é ofensa feita a Deus, nem pecado mortal que faça apartar a sua amizade, nem digno de pena eterna. Esta, portanto, foi a opinião condenada.

Se bem se examinar, ver-se-á que Alexandre VIII condena a opinião que defende não ser ofensa feita a Deus, nem remover a sua amizade, nem digno de pena eterna o pecado, ainda que grave, cometido contra a razão por aquele que não tem conhecimento de Deus (não diz conhecimento invencível) ou que nada cogita atualmente do mesmo Deus.

E pelo contrário, defende o Padre Vieira que o pecado, ainda que grave, cometido contra a razão, por aquele que tem ignorância invencível de Deus, não é ofensa a Deus.

Ora quanto dista a asserção daquele que diz que o pecado feito por ignorância invencível de Deus, não é pecado grave contra Deus, nem desfaz a sua amizade, nem é digno de pena eterna, da do que afirma que não é pecado grave contra Deus, nem tira a sua amizade, nem é digno de pena eterna o delito feito por ignorância (não invencível) de Deus; quanto dista, digo, a asserção de um da do outro, tanto dista a proposição do Padre António Vieira da condenada por Alexandre VIII.

Vejam agora a diferença destas duas opiniões, para do mesmo modo podermos inferir a discordância que tem entre si a opinião do Padre Vieira da que foi condenada.

1.º—É pecado grave contra Deus e ofensa do mesmo Deus e faz apartar a sua amizade e é digno de pena eterna, quando qualquer delito é cometido por aquele que, não cogitando atualmente de Deus contudo implícita e virtualmente o reconhece, pela mesma razão natural, que proíbe qualquer maldade.

2.º—Não é ofensa feita a Deus o pecado cometido por aquele que nunca teve conhecimento de Deus, antes do mesmo Deus sempre teve uma ignorância invencível.

A mesma repugnância que há entre estas proposições há também entre a opinião do Padre António Vieira e a que foi condenada. Logo, sem motivo no exemplar que foi para Roma se riscou a proposição do Padre António Vieira, como coincidente com a condenada, quando dela dista sumamente. Confirmando portanto, a opinião antecedente com esta outra que tem entre si uma paridade irrefragável. E digo que imerecidamente se chamaria herética esta proposição:— Não peca contra a lei quem, ignorando-a invencivelmente, a quebranta. Não peca contra a lei quem, ignorando-a, a viola. Logo, sem razão nenhuma se chama condenada esta proposição do Autor:— Não peca contra Deus quem do mesmo Deus tem uma ignorância invencível — porque foi condenada esta outra: Não peca contra Deus quem o ignora. Pois pode muito bem ser que tenha de Deus uma ignorância vencível, que o não livra certamente do pecado.

Acresce ainda mais que, sendo assim, todo o II livro do Autor, que se funda na asserção do pecado filosófico cometido por aquele que tem ignorância invencível de Deus, deveria ser anulado. Logo que não foi, segue-se portanto que inconseqüentemente se reprova a proposição e não todo o livro, ou inconseqüentemente se admite o livro segundo, e não a proposição.

Ninguém poderá portanto duvidar da discordância que tem a proposição do Autor com a que foi condenada, mas sim tão somente escrupulizar se é verdadeira a proposição em que ele quer admitir entre muitos dos Americanos, por todo o decurso das suas vidas, uma invencível ignorância de Deus.

Que é verdadeira, prova ele consolidíssimas razões, e tão somente o poderá negar aquele, que dos Americanos quiser julgar da mesma sorte que julga dos Europeus, entre os quais de algum modo se dá a conhecer o verdadeiro Deus no mesmo ídolo que invocam, veneram, a quem sacrificam e em cuja presença suplicam vênias dos seus delitos. Quando, contudo, quisermos falar dos Tapuias americanos como verdadeira e realmente são, devemos afastar deles toda a espécie de deus e de ídolos que os teólogos reconhecem em todos os homens geralmente, e substituir em seu lugar outras espécies muito diversas, como próprias e acomodadas à incomparável estupidez de que são possuídos. Porque muitos há que não só não conhecem o verdadeiro Deus, porém também não se ocupam com religião alguma, nem ainda falsa, como seja cultivando ídolos, invocando-os, sacrificando-lhes e pedindo-lhes vênias. Além do que, depois de um grande trabalho

que tiveram os missionários em os catequizar, apenas escassamente entendem os mistérios da Fé santa. São tão estúpidos, que apenas muitos só podem contar até 3 e tudo o mais que excede a este número chamam eles muitos. E assim vivem sem saber nem poder dizer quantos anos têm, nem quantos dedos contêm suas ,mãos, nem quantos os seus pés, e para poderem comunicar aos nossos confessores o número dos seus pecados, trazem um cordel, no qual dando tantos nós quantos são os pecados, o entregam deste modo ao confessor.

Além disto, observa o Autor em muitos destes Tapuias, entre os quais por muito tempo viveu, não só uma ignorância invencível de Deus, por todo o decurso das suas vidas, mas também ignorância de todo o Direito Natural. Pois a educação que dão os pais aos filhos, ainda na mais tenra idade, é induzi-los para os furtos, homicídios e tomarem vingança, e se nutrirem de carne humana, e a se exercitarem em tudo quanto é obscenidade.

E tão longe estão de serem punidos por estas suas maldades, que antes o são, se as deixam de cometer. Se, porém, algum, pelo mesmo lume da razão, vem no conhecimento que estes crimes são dissonantes ao Direito Natural e contudo os puser em execução, então assevera o Autor que neste caso o delito deste bárbaro cometido contra a sua razão natural, tendo ele ignorância invencível de Deus, é pecado puramente filosófico, e não deve ser punido com pena eterna, nem é ofensa de Deus, não tendo ele conhecimento algum do mesmo Deus verdadeiro, nem ; ídolos, pois que está bem patente que, não poderá também ter religião alguma; e o mesmo acontecerá a qualquer europeu ou idólatra, que sem dúvida venera a alguma divindade.

Já tenho assaz provado quanto julgo ser bastante, para justificar o Autor e excusá-lo da opinião condenada que se lhe imputa, nem me devo mais demorar. E com isto finalmente conluo que a opinião condenada fala do pecado filosófico cometido por aquele que tem conhecimento de Deus e da sua Graça, o que impede que seja puramente filosófico, e é pois teológico, porque o mesmo Deus verdadeiro sempre de algum modo brilha no mesmo lume da razão daqueles que algum tanto o reconhecem, ainda que implicitamente, de donde se segue que nestes repugna o pecado puramente filosófico, e não nos Tapuias, que: nada absolutamente cultivam, e por este mesmo título se vê que a proposição condenada não vem ao caso. Porém, a esse respeito, falarei mais a baixo.

Da segunda imperfeição teológica da obra, que trata dos sacrifícios da Lei antiga, que se hão-de restabelecer

O parecer do Autor a este respeito é que na consumação da Igreja, ou no seu 3.º estado, quando todos abraçarem a Lei de Cristo, Senhor nosso, se hão-de restabelecer os sacrifícios da Lei antiga. É, pois, este parecer tão mal entendido por alguns, que por isto julgam indigna de ser publicada aquela admirável obra do Autor, que trata do Reino de Cristo, nosso Senhor, consumado na Terra.

Eu, porém, lendo-a uma e outra vez e certamente antes com o ânimo de reprovar do que aprovar, no tratado De templo Ezechielis, no qual copiosamente disputa a respeito dos sacrifícios que se hão-de restabelecer, nada absolutamente acho digno de censura, mas antes a moderação e limitação com que fala o Autor. A este respeito dá a entender que estas mesmas cousas de que fala são dignas de admiração e louvor, como constará mais plenamente na minha Sinopse pertencente a este trabalho.

O que para provar com suma eficácia supõe o Autor, com autoridade de todos os teólogos, primeiramente, que os sacrifícios, sacramentos da Lei antiga, se revogaram; em segundo lugar, que estes se instituíram por multiplicados fins, os quais são o culto de Deus, e para que os Hebreus se afastassem da idolatria; para prefigurarem os Sacramentos da Lei nova o sacrifício cruento da Redenção e o incruento da Eucaristia, e para que por meio desses sacrifícios de ovelhas e novilhos aprendessem os Hebreus a consagrar a Deus as paixões das suas almas, em terceiro lugar, supõe que estes fins são de tal sorte separáveis, que um possa existir sem outro.

Estabelecidos estes fins, assevera o Autor que, por dispensação de Deus ou da Igreja, se não-de restabelecer na consumação da mesma Igreja os sacrifícios da Lei antiga, não como prefigurativos dos sacramentos e sacrifícios da nova Lei, pois que estes já estão presentes, porém retido o outro fim, ou como demonstrativos do sacrifício e Sacramentos da mesma nova Lei, ou como moralmente significativos da imolação interior da nossa alma, e tudo isto para que os Hebreus (dos quais dez tribos estão dispersas por todo o Mundo, e ainda se ignora aonde estejam) sendo tenacíssimos aos seus ritos, mais facilmente se reduzam à Fé de Cristo na consumação da sua Igreja.

E prova este restabelecimento de tantos modos já com textos da Sagrada Escritura, já com excepcionais autoridades dos Santos Padres, e com tão poderosas razões, que apenas se pode negar, e de nenhuma sorte censurar, exceto se houver de censurar também a dispensação da Igreja nascente.

Certamente consta que a Lei mosaica que proibia a comida sanguinolenta e sufocada, se conservou na maior parte das províncias da Cristandade por dispensa da Igreja, nos primeiros três séculos do seu estado. Consta mais que a lei da circuncisão foi revogada por S. Pedro e outros Apóstolos, e que S. Paulo, apesar de seguir a mesma doutrina e ter impugnado em Antioquia a sua necessidade a favor dos Gentios, contudo, por causas urgentes, circuncidara a S. Timóteo, nascido de pai ,gentio. E além disto, consta também que na Igreja grega, e entre os Abissínios, ainda se conserva no seu vigor a permissão de receber-se a circuncisão depois do batismo, não como necessária para a salvação, porém sim como carácter de antiquíssima nobreza, derivada de Abraão e Salomão.

Depois, o uso destas cerimônias legais tirado pelos Apóstolos, como desnecessário, assim mesmo conservou o seu vigor em muitas províncias convertidas à Fé, e agora mesmo está em uso na Igreja grega; por que razão na perfeitíssima consumação da Igreja, quando não só todas as gentes, porém também todos os Hebreus dispersos por toda a Terra houverem de abraçar a Fé de Cristo, Senhor nosso, não poderá a Igreja, ao menos no Templo hierosolomitano que se há-de reedificar, permitir o uso destes sacrifícios? Não como necessários ou prefigurativos, porém como moralmente significativos da imolação interior da nossa alma, significada por meio das vítimas exteriormente imoladas, ou como demonstrativos dos Sacramentos da nova Lei que prefiguravam, e certamente só por este altíssimo fim, para que os Hebreus mais facilmente se convertam à Fé de Cristo, e deles e de todas as gentes, tanto as convertidas, como as que se houverem de converter, se venha a fazer um só rebanho e um só pastor.

Na verdade, é tanta a moderação com que o Autor fala neste uso dos legais, que, podendo os estender a várias províncias e reinos, fundado na claríssima e excelentíssima exposição dos Santos Padres e nas muitas razões tiradas da dispensa da Igreja, contudo ele põe limites no seu dizer e só afirma que este uso se há-de restabelecer unicamente no Templo jerosolomitano.

Ora, quem fala desta sorte, sem ser por defeito dos divinos Textos, porque alega muitos que clarissimamente mostram que este uso se há-de restabelecer; quem assim restringe o seu dizer, sem para isto ser obrigado pela contrariedade dos Santos Padres, porque, não tendo nenhum contra si, refere em seu favor muitos e claríssimos textos tirados deles; quem desta sorte modera a sua proposição, sem ser por falta de razões, porque alega inumeráveis, fundado nas histórias eclesiásticas, que referem quanto os Sumos Pontífices têm dispensado com muitas nações acerca dos ritos dos Hebreus; quem, digo, assim patenteia o seu parecer, a sua sentença, ignoro eu que seja digno de censura ou que possa haver cousa alguma repreensível que se possa objetar contra semelhante sentença.

É verdade que pode parecer nova a alguém esta sentença, e portanto ser digna de censura; porém prova-se, pelo contrário, primeiramente que não pode parecer novo um parecer fundado nas Sagradas Escrituras e nos Santos Padres, senão, para aqueles a quem do mesmo modo estas mesmas cousas parecem novas; em segundo lugar, se toda a novidade se deve desterrar, devem também ser desterrados todos os antiquíssimos pareceres, exceptuando-se os primeiros a quem eles se opuseram; em terceiro lugar, ouçamos a S. Antonino, 3 p. História, n.º 33, § 2, que diz de S. Tomás o seguinte: “No ler era inventor de novos artigos, e de tal sorte produzia nas determinações as suas razões, que ninguém, ouvindo-o, poderia duvidar de o ter Deus ilustrado com raios de nova luz.”

Eis aqui pois quantas novidades traz S. Antonino de S. Tomás: era inventor, de novos artigos e de novas conclusões; produzia novas razões, parecia ilustrado com raios de nova luz; tinha novo modo de definir. E não podemos duvidar que muitos determinando-se a cavar nos tesouros da Sagrada Escritura e dos Santos Padres, passam em silêncio cousas que outros com mais profundidade e meditando-as deram à luz.

LIVRO I

Este livro, que está perfeitíssimo, consta de II cadernos divididos em 12 capítulos e trata do poder de Cristo, Senhor nosso, como Rei.

SINOPSE

No I capítulo prova com muitas razões a existência do Reino de Cristo, Senhor nosso: 1.º) porque já desde o principio do Mundo foi figurado; 2.º) porque foi prenunciado nos Salmos; 3.º) porque foi vaticinado pelos Profetas; 4.º) porque foi declarado no Novo Testamento.

No II, prova que Cristo, Senhor nosso, como homem não só tem um reino no Céu, coimo também na Terra. Dá e explica aquelas palavras do Senhor: “Que o seu reino não é deste Mundo”, — dizendo que Cristo, Senhor nosso, disse que não era Rei deste Mundo, porque não viera com aquela ostentação e majestade dos reis do Mundo.

No III, afirma que, suposto que o Reino de Cristo, Senhor nosso, seja no tempo posterior às quatro monarquias, pois que começou no dia em que nasceu; portanto pela ordem sucessiva do tempo seja o 5.º Império do Mundo, contudo, na ordem da dignidade, é superior a todos os reis e reinos da Terra.

No IV, defende que o Reino de Cristo, Senhor nosso, é não só espiritual, mas também temporal; e o pensava assim pelas Escrituras e Santos Padres, como, também, pela razão da união apostólica; e porque seria grande absurdo o julgar que Cristo, Senhor nosso, não teve tanto domínio quanto teve Adão. E passando depois a desfazer o argumento tirado do Papa, como vigário de Jesus Cristo, ter direito de propriedade em todos os reinos do Mundo, se acaso Cristo, Senhor nosso, tivesse semelhante reino temporal, diz que, assim como Cristo, Senhor nosso, não deu ao seu Vigário todo o poder espiritual que ele tinha, pois que o Pontífice não pode instituir sacramentos, nem santificar almas sem sacramentos, assim muito menos lhe devia confiar todo o poder temporal que ele tinha, pois que o Pontífice não pode instituir sacramentos, nem santificar almas sem sacramentos, assim muito menos lhe devia confiar todo o poder temporal que ele tinha, servindo este muito de embaraço ao poder espiritual. Finalmente, conclui o mesmo capítulo IV, dizendo que o Reino de Cristo, Senhor nosso, não é só espiritual, mas também temporal.

No V, examina os títulos pelos quais Cristo, Senhor nosso, tomou para si o Reino espiritual e temporal. Diz que pela razão da união apostólica, pelo título de Redentor e dos seus merecimentos, pelo título de aquisição ou herança, como herdeiro de Adão inocente e não pecador, pelo título de eleição, quando antes da sua vinda foi eleito pelos povos e desejado por Rei, o que tudo prova com admirável engenho.

No VI, examina quando começará o Reino de Cristo, Senhor nosso; e, expondo os pareceres dos que dizem ter começado no dia em que foi concebido ou no dia em que foi crucificado, decide admiravelmente que o Reino de Cristo, Senhor nosso, pelo título da união apostólica, de direito hereditário e de doação e por ser filho de Adão inocente e de eleição por todas as gentes, teve princípio no dia em que foi concebido; com os títulos, porém, de redenção de merecimentos, de aquisição e de vitória, do dia em que foi crucificado.

No VIII, examina se Cristo, Senhor nosso, foi legítimo e próprio Rei dos Judeus. Parece, pois, que não, pela razão de que a Virgem Santíssima não gozou de direito algum de rainha, e portanto Cristo, Senhor nosso, em quanto seu Filho, não teve direito algum para ser Rei dos Judeus. Ao que responde com suma agudeza que, tendo Deus prometido a David e a sua Família não só o reino de Israel, como que o Messias nasceria da sua família, segue-se que, descendendo a Virgem Santíssima da família de David, e nascendo dela o mesmo Messias, o reino de Israel pertencia a Cristo, Senhor nosso, tanto pela natural descendência de David, como pela eleição divina, que prometera ao Messias o reino de Israel.

No VIII, discute excelentemente as qualidades do Reino temporal e espiritual de Cristo, Senhor nosso. Decide admiravelmente que as qualidades do Reino espiritual consistem na suprema dignidade sacerdotal, porquanto não só se ofereceu a si mesmo, por si mesmo, como por nós, fundando um Reino espiritual, e instituindo leis e meios próprios ao culto divino e à salvação da alma.

Acrescenta de mais que este poder espiritual de Cristo, Senhor nosso, chama-se real, porque, como todo o poder temporal que excede a todos os mais se chama real, do mesmo modo como o poder espiritual de Cristo, Senhor nosso, excede, sem comparação, a todos os outros poderes, por isso se chama real, porque não só é poder de dar, sacrificar e santificar algum povo, o que tudo compete a qualquer sacerdote, mas também é poder de instituir república espiritual, sacramentos, leis, prêmio para remunerar o bem que se obra, e pena para castigar os delitos ou maldades, pelos quais se poderá corromper a mesma república espiritual. Diz ao depois que as qualidades do Reino temporal consistem em ter

Cristo, Senhor nosso, um direito e absoluto domínio sobre todos os reinos da Terra, determinando-os e livrando-os como e quando quer, e que o domínio de Cristo, Senhor nosso, sendo somente inferior ao do Padre Eterno, excede sempre a todos os mais.

No IX, examina se Cristo, Senhor nosso, exerceu no Mundo um e outro poder espiritual e temporal. É de fé que Ele exerceu o espiritual, porque, diz, santificou ao Baptista, chamou aos magos e aos pastores, repeliu os demônios e ofereceu-se em sacrifício a seu eterno Pai. Do temporal diz que, ainda que não o exerceu com aquele fasto com que o costumam exercer os reis do Mundo, porque quis ensinar a humildade e misturá-la com o poder régio, contudo exerceu-o sem este fasto, usando do juramento como seu, secando a figueira, lançando do templo os mercadores, destruindo as mesas dos banqueiros, permitindo que os reis o adorassem e que os povos o aclamassem Rei. Acrescenta que muitas vezes Cristo, Senhor nosso, exercera um e outro poder, espiritual e temporal, como se vê do caso da adúltera, a qual absolvendo, mostra o poder espiritual e, perdoando-lhe a pena de ser apedrejada, estabelecida por Moisés, mostra o poder temporal.

No X, pergunta se Cristo, Senhor nosso, exerce no Céu o poder espiritual. Diz que sim, porque exerce o ofício sacerdotal, oferecendo-se a si mesmo a seu Pai por mãos de qualquer sacerdote, porque, pela boca do sacerdote, diz que oferece o seu corpo. Torna a rogar por nós e assiste a todos os pastores das almas. Demonstra, além disso, excelentemente, que Cristo, Senhor nosso, exerce no Céu o seu poder espiritual, não só sobre todos os infiéis, iluminando-os, ajudando-os, substituindo-lhes ministros espirituais, mas também sobre todos os homens em geral, tanto fiéis como infiéis, reina e exerce o seu poder espiritual. Acrescenta, além disto, que Ele o exerce também sobre todos os condenados como juiz espiritual. Conclui, dizendo que Cristo, Senhor nosso, exerce o seu poder espiritual sobre os condenados como membros podres, sobre os infiéis como membros mortificados, e sobre os justos como membros reunidos.

Na XI, pergunta se Cristo, Senhor nosso, exerce no Céu o poder de Rei temporal. Diz que sim, porque Cristo governa o Mundo, tanto pelo que toca às cousas espirituais, como temporais, do mesmo modo que o Verbo Divino, com a diferença somente de que o poder de governar do Verbo Divino é inato a si mesmo, o de Cristo, porém, como homem, é um poder participativo.

Por isto diz a Escritura que o Pai deu todo o juízo ao Filho, tanto de julgar como de governar o Mundo, e portanto Cristo, Senhor nosso, muda reis e repúblicas, e por meio dos anjos e dos homens exerce no Céu o poder do Reino temporal.

No XII, pergunta curiosamente se Cristo, Senhor nosso, há-de governar visivelmente por espaço de 1.000 anos e que há-de haver duas ressurreições; que na primeira ressuscitarão todos os justos, que cheios de bens temporais reinarão com Cristo, Senhor nosso. Mas O P.e Vieira o refuta optimamente, porque seria cousa indecente que Cristo, Senhor nosso, deixasse o Céu para reinar na Terra com abundância de bens temporais, e que nem é necessário que para fazer guerra ao Anticristo e destruí-lo, que Ele desça à Terra a reinar e a pelejar com ele.

Eis o que se contém no I Livro, que é admirável, erudito e razoável.

Da perfeita consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso, na Terra

Este II Livro é sumamente imperfeito, porquanto não tem senão o primeiro capítulo, e dos sete cadernos falta o segundo. Se os mais tratados que não estão ordenados por capítulos pertencem ao II ou III Livros, só pelo contexto da matéria se poderá reconhecer.

SINOPSE

Nesta Sinopse julguei não dever proceder pelos capítulos, porque, exceto o I, faltam todos os mais; porque, se bem todos os tratados tenham seu título, contudo faltam todos os capítulos. Mas devemo-nos regular pelos cadernos do mesmo, suposto falta o II.

Diz, portanto, no I.º caderno que, tendo explicado no I Livro o poder e domínio de Cristo, Senhor nosso, como Rei, é justo que neste II Livro exponha as pessoas acerca das quais Cristo, Senhor nosso, exerce na Terra este poder. Ora, tendo só a Igreja Militante o Império e o Reino espiritual de Cristo, Senhor nosso, na Terra, porque a Igreja Triunfante não é o seu Reino na Terra, mas sim no Céu, e consistindo a sua perfeitíssima consumação não na Fé, porém na união de Deus, não na Esperança, porque nesta nada resta que esperar, porém no amor beatífico, segue-se que ele fala tão somente da Igreja Militante, que é o Reino de Cristo, Senhor nosso, na Terra.

Suposto, portanto, que o Reino espiritual de Cristo, Senhor nosso, seja na Terra não só a comunidade dos Fiéis, que se chama Igreja Militante perfeita, formada, atual, enquanto fundada na fé, esperança e caridade, como também a comunidade de todos os homens que estão fora da Igreja que se chama Igreja Militante, informe, potencial e imperfeita; pergunta em que consiste a consumação e perfeição do Reino de Cristo, Senhor nosso, na Terra, ou da Igreja Militante ou imperfeita, prometida por Deus nas Sagradas Páginas, para que com toda a certeza se faça um só rebanho e um só pastor?

É incrível quanto este admirável Autor excede a si mesmo, para assim dizer, a fim de provar a sua conclusão:— que o Reino de Cristo, Senhor nosso, então será consumado e perfeito, quando todos os homens, ou judeus ou infiéis, abraçarem a Fé de Cristo, Senhor nosso, e segundo a Lei antiga e nova se formar um só rebanho e um só pastor.

Do segundo caderno nada me corre dizer, porque falta. Contudo, pelo que pude coligir do 3.º, 4.º, 5.º, 6.º 7.º, parece-me que a intenção do Autor é provar, fundado em muitos Doutores, Santos Padres, figuras e textos, que ainda que haja hoje na Terra muitos infiéis que são como uma parte informe da Igreja Militante, contudo todos absolutamente se hão-de converter e passar para a parte da Igreja Militante, formada e aperfeiçoada pela Fé, pela Lei de Cristo, Senhor nosso, e que nesta conversão geral de todos os homens consiste a perfeita consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso, sobre a Terra ou da Igreja Militante. Não me posso demorar em referir as engenhosíssimas e muito especiais reflexões que ele forma sobre os sagrados textos, profecias e figuras, para provar o seu intento e como para pôr à vista a veracidade da sua proposição.

Tratado da santidade do último estado da Igreja e de que todos os homens neste tempo hão de ser justos e se hão-de salvar.

SINOPSE

Este tratado consta de 3 cadernos. Primeiramente diz que ele dividirá este tratado em 3 pontos, que vêm a ser: se neste tempo haverá pecados, se todos serão justos, e se todos se salvarão.

No I caderno prova que no último estado da Igreja ou na perfeitíssima consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso, não haverá pecado algum, segundo

o que diz Isaías, não se ouvirá falar na Terra de iniquidade alguma, o que não se tendo ainda completado em algum estado da Igreja, se há-de completar no terceiro estado dela. Depois, prova também pela profecia do Arcanjo Gabriel feita a Daniel que o pecado achará fim e que a maldade será riscada do Mundo. Logo, não se tendo ainda completado esta profecia, há-de-se completar no último estado da Igreja, e por isso acrescenta ainda o Arcanjo Gabriel — para se cumprir a profecia e se ungir o Santo dos Santos — sobre as quais palavras, diz o Autor, será ungido o Santo dos Santos com a terceira e última unção, a qual como representada nas três unções de David, já nós distinguimos no cap. 2.º deste livro, tratando do Reino de Cristo sobre a Terra.

Confirma o seu dito com o Salmo XCV, que é todo a respeito das conversões dos povos: Toda a Terra se comove na sua presença, porque o Senhor reinou, porque estabeleceu o orbe da Terra de sorte que se não moverá. Eis aqui, diz o Autor, que Cristo, Senhor nosso, reinará então perfeitissimamente sobre a Terra, quando o Mundo ficar livre de todo o pecado. Traz também todo o texto do Apocalipse, que ele interpreta com admirável engenho.

Depois disto, pergunta de que modo se extinguirão todos os pecados? Responde: primeiro pela conversão de todos os infiéis; segundo, pela morte antecipada de todos os pecadores que se não quiseram converter.

No II caderno, pergunta se no Reino de Cristo perfeitissimamente consumado na Terra, serão todos justos? Responde que sim, porque, tirada a culpa de necessidade, há-de só reinar a graça. Expõe depois o capítulo LX de Isaías, no qual, depois destas palavras: — Já se não ouvirá falar de violência na tua terra— acrescenta imediatamente estas:—Todo o teu povo será um povo de justos—as quais palavras, se concordarmos com o texto de Isaías e outras profecias, devem aplicar-se à Igreja Militante.

O Autor continua no mesmo assunto no II caderno, em que ele pergunta se então todos se salvarão? Deixou contudo este ponto por acabar, suposto que do definido pelo Autor no 1.º e 2.º ponto se siga evidentemente que todos se salvarão. Tratado da Paz do Messias.

SINOPSE

Contém este tratado três cadernos, no I dos quais, antes de decidir se as profecias a respeito do estado do Messias estão já completas, diz que, se estivermos pela experiência da guerra que tem havido por todo o século, parecem não estar ainda completas; e, depois de mostrar o erro dos Anabaptistas, em que caiu antes destes o mesmo Tertuliano, os quais negam ser lícita a guerra, o que é contra o Direito Natural, que manda cada um defender-se como pode, traz diversas interpretações. Primeira é que as profecias falam da paz que reina entre os Bem-aventurados, a qual ele não admite.. A outra é que falam de paz espiritual, que também não admite. A 3.a é que falam da paz da Igreja e que neste tempo se completarão as profecias, o que destrói com muitos argumentos. A 4.a é que falam da paz que houve no Império Romano tão somente no tempo de Augusto, a qual ele refuta, tanto porque não foi de modo algum uma paz segura, como porque foi limitada só a este império; e a paz prometida não foi antes do Messias e da sua vinda, como foi a de Augusto. A 5.a é que, depois da vinda de Cristo, Senhor nosso, a paz é muito maior, porque as guerras são menores do que dantes, a qual ele também reprova, tanto porque é muito duvidoso se as guerras foram maiores antes

do que depois da vinda de Jesus Cristo, como porque, se as guerras e os instrumentos bélicos de que usamos, se compararem com aqueles de que usaram os Antigos, facilmente se pode supor que são mais sanguinolentas as guerras de hoje do que as anteriores a Cristo, Senhor nosso. A 6.a é que, se os Cristãos observarem a Lei de Cristo, haverá maior paz entre eles. Refuta esta interpretação, porque não concorda com os textos que afirmam que as nações não tomarão armas contra nações, que a Terra será isenta de guerras. A 7.a é que, quando Cristo, Senhor nosso, promulgou a sua Lei, que toda é de paz, deu paz; reprova, porque se não promete lei de paz, porém sim paz perfeitíssima.

Finalmente, no II caderno, pág. 6, diz que a paz perfeitíssima prometida pelos Profetas ainda se não completou, porém, que se há-de completar no último estado da Igreja, isto é, no Reino de Cristo, Senhor nosso, consumado na Terra.

Prova pelo que diz S.to Agostinho — ainda não vimos o texto completo — Levando as guerras até os fins do Mundo. E suposto seja verdade que a vinda de Cristo, Senhor nosso, aumentará a paz, porque entre os príncipes cristãos se guardarão com mais fidelidade os tratados de paz firmados com juramentos, do que entre os Infiéis, e ainda que muitos infiéis convertendo-se à Fé, tenham deposto o bárbaro costume de se comerem e pelejarem uns com os outros contudo ainda se não completou a paz geral de todo o Mundo, que há-de ser tão segura, que qualquer poderá descansar sem susto e temor de guerra.

Primeiramente, porque esta paz, como diz Isaías, está prometida à pregação do Evangelho; logo, que se o Evangelho ainda não está espalhado por todo o Mundo, não está também ainda completa a paz prometida. Segundo, porque não se há-de consumir o Reino de Cristo, Senhor nosso, na Terra, senão quando todo o Mundo se converter à Fé e se unir perfeitissimamente a Cristo, Senhor nosso; logo, não havendo ainda a paz prometida, há-de ser muito mais viva a mesma, com a sua luz infundirá um veemente desejo, e sem esta perfeitíssima sujeição, fé e obediência para com Cristo, Senhor nosso, não se há-de ainda conceder a paz prometida, e só se completará quando todo o Mundo se resolver a seguir inteiramente a Cristo, Senhor nosso. Refere a este assunto muitos textos, expostos literalmente e com admirável engenho.

No III caderno, desfazendo este argumento—que parece incrível que só a Fé seja capaz de conseguir esta perfeita paz—responde mostrando ele neste II Livro que a Fé deste 3.º estado da Igreja é amor à paz. Além de que diz Isaías que o Espírito Santo fará todos os seus filhos instruídos pelo Senhor, e depois conduzirá uma grande abundância de paz— e porque finalmente então haverá um só coração e uma só alma e todos viverão na graça do Senhor.

No mesmo III caderno suscita esta objeção: A paz é um dos principais sinais da vinda do Messias; logo que esta não está ainda completa, ainda não chegou também o Messias. Responde engenhosamente que os sinais da vinda do Messias, uns são antecedentes, e estes se haviam de cumprir antes da sua vinda, conforme o texto que diz que o Messias não viria até que se não tirasse o ceptro de Judá—o que na verdade aconteceu, porque então apareceu ele, quando o ceptro de Judá já tinha passado ao poder de Herodes; outros são concomitantes, como a sua santidade, pobreza, sua paixão e pregação; outros subsequentes, que se não haviam de verificar e completar senão depois da sua ascensão ao Céu, como a pregação evangélica por todo o Mundo e a paz geral. Por isso diz David que Cristo, Senhor nosso, depois que se assentasse à direita de Deus Padre, poria a seus pés todos os seus inimigos.

Continua a mostrar a paz prometida por Deus e diz que assim como na arca de Noé, que foi a figura da Igreja, os leões e os lobos formaram aliança e paz com os cordeiros e ovelhas, assim no 3.º estado da Igreja ou na última consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso, sobre a Terra, os homens que forem opostos entre si em leis, ritos e costumes, gozarão de uma paz seguríssima e firmíssima.

Tratado da pregação universal do Evangelho

Último estado da Igreja e consumação do Reino de Cristo, Senhor nosso.

Deste tratado não há capítulo algum, exceto um que não está enumerado, pelo que, para maior inteligência e clareza, disporei a Sinopse pela série dos dez cadernos.

SINOPSE

No I e II cadernos examina se o Evangelho tem sido pregado por todo o Mundo. Pela parte afirmativa traz para prova o Apóstolo, dizendo aos Romanos: A vossa Fé será levada por todo o Mundo — e o mesmo afirma aos Colossenses; e pela parte negativa, que ele segue, traz muitos argumentos e com curiosa erudição discorre excelentemente pelos 17 séculos da Igreja, citando os templos em que o Evangelho foi recebido em vários reinos do Mundo, o que prova que ele não foi publicado por todo o Mundo no tempo dos Apóstolos. Eis aqui a razão por que os intérpretes de S. Paulo explicaram o texto — de todo o Mundo — entendendo o mundo romano e outros o mundo então habitado e conhecido.

Depois disto, o Autor demora-se muito em expor o texto: Para toda a Terra saiu o som das suas vozes — e com admirável e engenhosa agudeza de espírito diz que uma cousa é sair e outra chegar. Concede que a voz dos Apóstolos tenha saído para todo o Mundo, porém, nega o ter chegado a todas as terras. Do mesmo modo que (diz) se saírem do porto de Lisboa duas naus, uma para o Brasil, outra para Goa, que é verdade terem ambas saído do porto ao mesmo tempo, mas que é falso o terem chegado ambas ao mesmo tempo, porque a que foi para o Brasil chegou primeiro.

Persuade, porém, que o Evangelho se há-de pregar por todo o Mundo por muitos textos da Sagrada Escritura, que dizem claramente que o Evangelho se há de pregar por todo o Mundo. Logo, se em todo o Mundo se há-de pregar, a voz dos Apóstolos, apesar de ter saído para todo o Mundo, ainda não chegou a todo o Mundo.

Finalmente, na 5.a questão do II caderno expõe, com a mesma agudeza de engenho, os diversos modos da pregação evangélica. A um chama mudo, que vêm a ser as mesmas criaturas irracionais, as quais, se considerarem, são bastantes para que os Gentios entendam a unidade de Deus; seriam além disto bastantes para também perceberem a Trindade das, Pessoas e a Encarnação do Verbo, se não estivessem cegos pelos seus pecados e pelos seus doutores, os quais como que prendem no cárcere a verdade, segundo a expressão do Apóstolo aos Romanos: Prendem a verdade de Deus na injustiça.

Outro modo de pregação evangélica são as vozes e a fama. Tudo isto trata o Autor com esquisita erudição no I e II cadernos do tratado.

No III caderno examina o Autor com grande esforço esta muito árdua questão: Se aqueles que não crêem no Evangelho, porque não o ouviram, devem ser condenados? Porque, sendo certo que tanto aqueles que ouviram o Evangelho se hão-de salvar, como os que o ouviram e não obedeceram se hão-de perder, deve-se

determinar, diz ele, se aqueles que não obedeceram, porque não o ouviram, se condenarão ao Inferno para sempre.

Defende o Autor: primeiro, que em muitos bárbaros americanos se dá o pecado puramente filosófico e não o teológico, enquanto ele parece precisamente contra a razão natural, e não contra Deus, pois que padecem uma invencível ignorância de Deus. Segundo, afirma que se dá também em muitos bárbaros invencível ignorância do Direito Natural, porque muitos têm o furto como uma cousa sumamente gloriosa, e por isso se aplicam a ele desde meninos, nutrem-se da carne dos seus inimigos, e de mais, comem os seus próprios filhos e cometem outras obscenidades, sem que se lhes ensine o contrário, antes pela sua omissão são repreendidos e castigados.

Um e outro assunto prova o Autor com a autoridade dos historiadores os mais fiéis que estiveram entre os Tapuias, e que foram encarregados de os civilizar; os quais têm tão rombo entendimento, que muitos não são capazes de aprender mais que três números. Por esta razão diz o Autor: se os teólogos da Europa (que negam ser possível a ignorância de Deus e do Direito Natural totalmente invencível) praticassem com estes bárbaros, cederiam da sua opinião.

Suposto, portanto, pelo Autor, naqueles bárbaros, o pecado puramente filosófico, porque padecem invencível ignorância de Deus, examina se, porque cometem ou cometeram o pecado mortal puramente filosófico, deverão ser castigados com a pena eterna.

Nega. E, continuando largamente a mesma matéria no 3.º caderno, na 1.a e 2.a página. do 4.º o prova desta maneira: Todo o motivo por que se impõe a pena eterna ao pecado mortal, é porque ele é ofensa de um Deus infinito; dando-se, porém, muitos bárbaros que não ofendem este Deus infinito, porque ignoram invencivelmente a sua existência, segue-se que não são dignos da pena eterna, mas só sim devem ser castigados com uma pena temporal e arbitrária.

Pelo que deve haver algum lugar onde se devem punir aqueles que cometem o pecado puramente filosófico. E porque não admire a novidade da opinião, pergunta em que lugar se há-de punir aquele bárbaro que morreu sem batismo, só com o pecado venial?

Não deve ser no Purgatório, porque este lugar é só para aqueles que morreram em graça e que hão-de gozar da presença de Deus. Não no Inferno, porque este lugar é destinado aos que morreram em atual pecado mortal teológico; não no Limbo, porque este estado é para aqueles que morrem só com o pecado original, sem pecado venial. Portanto, assim como para aqueles que morreram sem batismo com um pecado venial, está determinado o lugar próprio em que devem ser punidos com a pena dos sentidos, assim para aqueles que morrem com o pecado mortal puramente filosófico, deve-se destinar um lugar próprio, que não seja nem o Limbo nem o Purgatório, nem o Inferno, onde devem ser punidos.

Considerando estas cousas, nunca acabo de admirar como alguém se atreva a riscar deste tratado a opinião do pecado puramente filosófico, como condenado por Alexandre VIII. Primeiramente, pergunto eu se são equivalentes estas duas proposições: o pecado filosófico, por mais grave que seja naquele que ignora invencivelmente a existência de Deus, não é ofensa de Deus nem merece uma pena eterna; o pecado filosófico, por mais grave que seja naquele que ignora Deus, não é ofensa de Deus nem digno de pena eterna? Por certo que não. Logo, sem razão alguma foi riscada do tratado do Autor a doutrina do pecado filosófico naquele que ignora invencivelmente a existência de Deus.

Demais, se extinguir a doutrina do pecado filosófico, dever-se-ia também extinguir quase todo este tratado da universal pregação do Evangelho, visto estar fundado no pecado filosófico. Porque é cousa muito singular neste Autor, ver a coerência que têm as cousas que diz com as que há-de dizer, de modo que as derradeiras estão fundadas sobre as primeiras e se ligam umas às outras. Nada portanto se pode tirar deste, que se não perca todo o tratado. Logo, para que nada se destrua do que ele tem feito por muitos cadernos cheios de erudição e engenho, fundado unicamente no pecado filosófico, nada se deve tirar dele.

Da mesma sorte digo que, de negar nos Cristãos e nos Idólatras o pecado filosófico, não se segue que se deva também negar nos Bárbaros americanos. E a razão é porque, nos Cristãos e nos Idólatras, não há invencível ignorância de Deus, porque adoram alguma cousa. E ainda que os Idólatras errem no seu culto, contudo na mesma luz natural da razão que lhes proíbe alguma cousa, sempre resplandece, ao menos implicitamente, um Deus a quem adoram, no Bárbaro americano, porém, que nada absolutamente adora, não existe na sua mesma razão Deus algum pois que: padece uma ignorância invencível da existência de um Deus, qualquer que seja; logo, o pecado dos Cristãos e dos Idólatras contra a razão natural não é puramente filosófico, mas é também teológico; e, pelo contrário, o pecado dos Bárbaros, que não adoram divindade alguma, cometido contra a razão natural, é puramente filosófico; dos quais e nos quais o Autor defende o pecado puramente filosófico.

No IV caderno pergunta o Autor se Deus ministra a todos os bárbaros adultos os meios suficientes para a sua salvação? Afirmo com S. Tomás, a quem de boamente concede que os exemplos referidos por ele — de S. Pedro enviado a Cornélio, S. Paulo aos Macedónios —, provam que Deus manda pregadores àquele que faz o que está na sua parte; contudo, querendo mostrar que estes exemplos não vêm ao caso, diz que de dois casos raríssimos não se pode inferir universalmente que Deus conceda a graça da pregação àqueles que fazem o que está na sua parte.

Depois suscita esta grande dúvida e pergunta que meios tiveram os Americanos em 1.300 anos depois da pregação do Apóstolo S. Tomé (pois que este foi o tempo que mediou entre a pregação do Apóstolo e a entrada dos Europeus na América) que meios, digo, tiveram para conseguirem a sua salvação? Porque eles não tiveram nem um nem outro meio, isto é, sem a agudeza do engenho pela qual pudessem . conhecer a Deus naturalmente, pelas cousas criadas, e nem pregadores que os tirassem da sua estupidez; logo, não tiveram meio algum de salvação eterna.

Dizer, porém, diz o Padre Vieira, que Deus deu o seu conhecimento a todos os adultos antes da morte, para que, pecando mortalmente, pudesse condená-los, é cousa duríssima e contrária à piedade de Deus, que Ele condenasse a uns homens tão estúpidos e que não tiveram pregadores por espaço de 1.300 anos. Eis aqui os apertos em que se viram aqueles que negam o pecado puramente filosófico; porque condenam a todos estes. Pelo contrário, admitindo-se o pecado puramente filosófico e outro lugar além do Céu e do Inferno em que padeçam a pena temporal aqueles bárbaros que têm invencível ignorância de Deus e que pecam gravemente contra a razão natural, nada se diz nem se segue que pareça cruel, nem contra a piedade de Deus.

Para, portanto, desfazer esta dúvida, que ao Autor causa suma admiração, diz que Deus, não providenciando, providenciou àqueles bárbaros. E para provar isto, supõe que em Deus, além da ciência absoluta, se dá também a condicionada, pela qual Ele vê o que fariam aqueles bárbaros, se lhes desse um entendimento agudo ou se lhes mandassem pregadores. Conhecendo, porém, que eles haviam de

abusar tanto de um como de outro meio, cometendo o pecado mortal teológico, e que seriam condenados à pena eterna; e que, negando-lhes um e outro meio, não seriam punidos com a pena eterna, porém com a temporal, tão somente depois da sua morte, Deus, que é tão cheio de piedade, negando-lhes primeiro outro meio de salvação, não os providenciando, providenciou-os.

Medite, portanto, o leitor que, abolindo-se a doutrina do pecado filosófico, se deverá também abolir quase todo o tratado, pois tudo o que se afirma no IV caderno, se funda no pecado filosófico.

Acrescenta o Autor das utilidades que daí se tiram, que vêm a ser: que Deus, não providenciando, providenciou os dois meios de salvação àqueles bárbaros, isto é, não lhes dando nem agudeza de engenho, nem pregadores por onde conhecessem a Deus.

Diz que daí se seguem duas utilidades: Primeira, que, ignorando invencivelmente a Deus, nunca poderão cometer o pecado mortal teológico; segunda, que, cometendo só o pecado mortal filosófico, estão livres da pena eterna.

Confirma primeiramente com S. Paulo e S. Timóteo, os quais, como diz S. Lucas, querendo pregar a Fé de Deus na Ásia, foram proibidos pelo Espírito Santo; porque, como explica Beda, sabia que os Asiáticos haviam de desprezar a palavra de Deus, a qual cousa, não sendo providência, é providência de Deus, enquanto ela livrará da pena eterna dos sentidos a todos aqueles que invencivelmente O ignoram, o que certamente não sucederia, se acaso O conhecessem. E sabendo Ele que os Asiáticos haviam de resistir à sua Lei, se acaso a conhecessem, e a Ele mesmo, não providenciando, os providenciou, proibindo que se lhes fosse pregar.

Prova, em segundo lugar, com o Salmo XVII, que fala do Padre Eterno, onde se lê das salvações de Seu Filho Jesus Cristo. Não diz da salvação, mas sim das salvações; porque são dois os modos de salvação: o primeiro é perfeito, providenciando a Fé e bons costumes com que se adquira a vida eterna; e outro é imperfeito, admitindo que vivam numa infidelidade inculpável, e salve ou livre da pena eterna dos sentidos aqueles que morrem em invencível ignorância de Deus.

Acrescenta mais do Salmo XXXV estas palavras: Salvarás, Senhor, os homens e os jumentos. Chama homens aos fiéis que crêem e obram bem e que se salvam pelas boas obras, e jumentos aos infiéis, que estão entre os homens e os brutos, porque, vivendo na sua invencível ignorância de Deus, se salvam da pena eterna dos sentidos.

Confirma, em terceiro lugar, pelo preceito que impôs Cristo, Senhor nosso, a S. Paulo, logo depois da sua conversão: Apressa-te—disse — e sai já de Jerusalém, porque não receberão o testemunho das minhas palavras. Eis aqui Cristo, Senhor nosso, prevendo que os Judeus não se haviam de converter; por isso mandou a S. Paulo que saísse de entre eles e os deixasse na sua ignorância, para que fossem menos maus, não ouvindo a S. Paulo, e não se fizessem dignos da pena eterna.

No mesmo caderno, junto do fim, pág. 8 até pág. 9, examina os meios pelos quais se pode alcançar a conversão de todo o Mundo à Fé de Cristo: primeiro, pela eficácia da pregação, isto é, dando tão grande eficácia às palavras dos pregadores, que os Infiéis não lhes poderão resistir; segundo, pelos milagres; terceiro, pelas inspirações interiores, sem auxílio dos homens, e isto o prova elegantissimamente por causa da impossibilidade moral de irem os pregadores a todas as regiões dos Infiéis.

Depois, continua a declarar os instrumentos de que Deus há-de usar para a conversão de todo o Mundo. Primeiramente, diz que o melhor instrumento será o mesmo Cristo, do qual se lêem no Salmo II estas palavras: Eu, porém, fui

estabelecido por Ele Rei, a fim de intimar os seus preceitos. Não diz— diz o Autor— Rei pregador, porém sim Rei que prega; porque Cristo, Senhor nosso, nunca se absteve de pregar. Em segundo lugar, diz que serão os homens santos, porque, se Cristo, Senhor nosso, fundou o seu Reinado por meio de homens santos, com muito mais razão se servirá deles para aperfeiçoá-lo. Em terceiro lugar, diz que será o socorro dos príncipes seculares. Porque — diz o Autor— assim como as almas não serão governadas pelos bispos, estando separadas do corpo, mas sim unidas a ele, assim também entre os príncipes seculares e os eclesiásticos deve haver esta união, e por isso Deus, no Velho Testamento, dividiu entre os dois irmãos, isto é, Moisés e Aarão, o poder secular e sacerdotal, para que entendêssemos que se deviam unir entre si no amor fraternal. Traz para este fim muitas histórias, e o que diz Isaías no cap. XLIX, falando sobre a Igreja: Serão os reis os teus curadores, e as rainhas as tuas amas.

No V caderno, pergunta se antes do fim do Mundo todos serão cristãos e, refutando o que diz o Padre Soares,— que, ainda que a Igreja se dilatará por todo o Mundo, nega contudo que todos se converterão — o Autor afirma que totalmente não-de ser cristãos, porque a Sagrada Escritura diz que todas as gentes, pátrias e famílias de nações o adorarão — isto é, a Jesus Cristo, acrescentando a mesma Escritura que até cada um dos indivíduos o há-de adorar. Logo, por consequência, deve vir tempo em que se convertam não só as nações, pátrias e famílias, mas ainda mesmo cada um dos homens.

No VI caderno, trata do tempo em que de uma vez ou dos tempos em que por partes se há-de completar a conversão de todo o Mundo à Fé, e diz que todos os intérpretes querem que esta conversão de todo o Mundo à Fé não se completará senão depois da morte do Anticristo por Elias, que converterá os Judeus, e por Henoc, que converterá aos Gentios, segundo o que disse Cristo, Senhor nosso, ,por S. Marcos, cap. IX: Quando vier Elias restituirá todas as cousas. O Autor, porém, segue outro parecer, ensinando que não há-de haver uma só conversão, porém que são duas as conversões gerais de todo o Mundo: a primeira, pelos sucessores dos Apóstolos, antes da morte e destruição do Anticristo, e o prova: primeiro, porque o fim por que Cristo, Senhor nosso mandou aos Apóstolos, foi a conversão de todo o Mundo, porque diz: Pregai o Evangelho a todas as criaturas; logo, não se tendo ainda alcançado este fim, algum dia se alcançará. Segundo, porque, sendo certíssimo tanto que antes do dia de juízo todo o Mundo se deve converter à Fé, como que, desde a morte do Anticristo até o dia de juízo, não se não-de passar mais que 45 dias, é impossível que em tão breve tempo todos os homens geralmente se possam converter à Fé de Cristo por meio de dois homens, Henoc e Elias logo, deve preceder a vinda do Anticristo outra conversão geral de todo o Mundo. Terceiro, porque, se antes da vinda do Anticristo todo o Mundo não fosse cristão, o Anticristo não seria o Anticristo porque Anticristo é aquele que se opõe aos Cristãos, logo, antes da vinda do Anticristo, todo o Mundo deve ser cristão. Confirma, além disto, o seu dito pelas referidas palavras de Cristo, que não diz: Elias, quando vier, converterá tudo, porém, sim,— restituirá tudo — que quer dizer que aqueles que por causa de tormentos e enganos do Anticristo se tiverem afastado da Fé, serão restituídos a ela; logo, se os restituir à Fé, segue-se que já tinham sido antes cristãos.

Ajunta muitas dificuldades destas conversões. As principais são: que a conversão precedente à vinda do Anticristo será feita pelos sucessores dos Apóstolos sem mudança de hábito, que terá por fim a conversão de todos aqueles que, ou por malícia ou por erro invencível, não tiverem abraçado a Fé de Cristo,

Senhor nosso; que esta conversão, antecedente à vinda do Anticristo, começou no nascimento de Cristo, Senhor nosso, e, pelo contrário, a subsequente à vinda do Anticristo principiará por Henoc na Lei da Natureza e por Elias na Lei Escrita, e começará outra vez por eles e durará tão somente 45 dias; que o fim desta conversão é reduzir à Fé tão somente aqueles que pelos enganos e tormentos do Anticristo tiverem apostatado da Fé de Cristo, Senhor nosso; que Henoc e Elias hão-de pregar, vestidos de saco. Depois disto examina se neste tempo tão somente se completará o oráculo de Cristo, Senhor nosso:— Haverá um só rebanho e um só pastor. Afirma, porém, contra a opinião de quase todos os intérpretes: porque Cristo, Senhor nosso, diz:—Tenho outras ovelhas e é justo que eu as guie, e ouvirão a minha voz e se fará (não diz — e se fez um só rebanho e um só pastor, porém, se há-de fazer) um só rebanho... Segue-se que ainda não está completo este oráculo de Jesus Cristo.

Daí, passando o Autor ao tempo e à ordem por que se há de formar este rebanho ou congregação de ovelhas, diz que os Hebreus se hão-de unir com os Hebreus e os Gentios com os Gentios, e ambos se unirão com os mais. Prova, além disto, a geral conversão de todos os homens a Cristo, Senhor nosso, e à sua Fé, tanto pelo cap. XXXI de Jeremias, que diz: todos me conhecerão, desde o mais pequeno até, ao maior, como pelo cap. XI, de Isaías: Será cheia a Terra do conhecimento do Senhor, assim como as águas do mar cobrirão a mesma Terra, ou como outros: Bem assim como as águas cobrem o mar. E segundo diz o profeta Habacuc: A terra se encherá, assim como as águas cobrem o mar, para que todos conheçam a glória do Senhor. Sobre as quais palavras diz o Autor engenhosamente que, assim como as águas podem cobrir o mar, o conhecimento do Senhor há-de ser tão grande, que inundará o Mundo, do mesmo modo que o dilúvio inundou a Terra.

Depois disto, nota a diferença que há entre o dilúvio de Noé e este, cuja figura foi a de Noé; porque, assim como o dilúvio de Noé inundou a Terra, assim também a inundará o conhecimento do Senhor, com a diferença somente de que aquele a inundou para destruí-la, este porém é para vivificá-la com o dilúvio do batismo.

No IX caderno, supõe ser tradição antiga, derivada de Adão e tida por certa entre os mesmos Antigos, que o Mundo não há-de exceder do espaço de 6.000 anos; porque dizem que, se todo o Mundo se completou em seis dias, os dias porém na presença de Deus são 1.000 anos; por consequência não há-de durar mais de 6.000 anos; de sorte que os dois primeiros 1.000 anos são da Lei da Natureza, os dois intermédios são da Lei Escrita e os dois últimos da Lei da Graça. Todavia o Autor deixou por acabar todo o IX caderno — o do tempo em que se há-de acabar o Mundo.

No I, examina se os homens viverão mais tempo naquele em que se consumir na Terra o Reino de Cristo, Senhor nosso. Afirma que sim, fundado na profecia de Isaías, cap. LXV, onde se lêem as seguintes palavras: “Não se verá mais ali menino que viva poucos dias, nem velho que não cumpra o tempo da sua vida; porquanto aquele que for menino morrerá de 100 anos e o pecador de 100 anos será maldito.” Da mesma sorte diz Isaías: “Edificarão casas e as habitarão; plantarão vinhas e comerão o seu fruto.”

Sendo portanto, certo por todos os intérpretes que estas palavras se devem entender a respeito da Lei da Graça, sendo também certo que, desde que Cristo, Senhor nosso, subiu ao Céu, ninguém viu menino nem velho que cumprisse os seus dias e anos, e acontecendo, de ordinário, que aquele que fabrica não habita a casa que construiu nem come o fruto das árvores que plantou, segue-se necessariamente

que esta profecia se completará um dia, quando o Reino de Cristo, Senhor nosso, se consumir sobre a Terra, e tanto mais pelo que se lê no Apocalipse a respeito de Cristo, Senhor nosso: Eis aqui faço tudo novo, isto é, renovando as idades passadas.

Será, porém, perfeitamente consumado o Reino de Cristo, Senhor nosso? Com a última evidência, diz o Autor, e acrescenta que tem tudo provado, quando todo o Mundo abraçar a Fé de Cristo, Senhor nosso, e quando houver um só rebanho e um só pastor.

Diz também que este Reino durará perfeitamente completo por espaço de 1.000 anos, porque está escrito: Viverão e reinarão com Cristo pelo espaço, de 1.000 anos; e no Reino de Cristo, Senhor nosso perfeitamente consumado, ou quando todos forem cristãos, os homens viverão muitos anos, ainda que todos não vivam os mesmos, porque alguns morrerão de 100 anos, e nesta idade se chamarão ainda meninos, outros de duzentos, outros de muitos séculos, outros finalmente, que tiveram uma vida mais santa, viverão 1.000 anos, para combaterem com o Anticristo e triunfarem dele.

Dificuldades dos sacrifícios e cerimônias legais.

Objeta o Autor que, sendo sentença constante ser a Lei antiga não só morta, mas ainda mortificada, e que jamais deve ser de novo suscitada, segue-se portanto que a visão de Ezequiel a respeito dos sacrifícios legais não pode ser literalmente exposta sem o perigo da Fé.

Para desfazer, porém, a sua objeção, supõe, em primeiro lugar, que o antigo sacerdócio e as cerimônias do antigo sacrifício foram revogadas. Em segundo lugar, que os antigos sacrifícios foram instituídos, não só para o culto de Deus e para que os Hebreus fossem retraídos da idolatria, como também para significar o futuro sacrifício de Cristo, Senhor nosso; o que suposto — diz o Autor — não sendo os sacrifícios legais intrínsecamente maus, porque, sendo-o, nunca seriam lícitos pela dispensação de Deus ou da Igreja, bem poderão segunda vez ser restituídos.

Prova o Autor a primeira parte da sua proposição por meio da dispensação de Deus e servindo-se do Salmo L, em que se distinguem três tempos e três gêneros de sacrifícios: O primeiro tempo é o da antiga Sinagoga; o segundo é o da Igreja presente; e o terceiro é o da Igreja futura, quando a Sinagoga se unir à Igreja e entregar-se totalmente à mesma Fé, pois por meio destas palavras: Livrai-me dos sangues, ó Deus, ó Deus da minha salvação! se indica o tempo da Igreja passada ou da Sinagoga, e os sacrifícios cruentos desta mesma Igreja, dos quais David se desejava livrar como de sacrifícios que não conferiam graças.

E por meio destas outras palavras: Porque, se tu tivesses desejado um sacrifício, eu não teria faltado a to oferecer, mas tu não terás por agradável os holocaustos, se indica o tempo e a Igreja presente, no qual cessarão os antigos sacrifícios da Sinagoga. E ultimamente por meio destas: Então é que tu receberás com agrado os sacrifícios de Justiça, as oblações e os holocaustos, então é que te oferecerão os novilhos sobre o teu altar, se indica o tempo e a Igreja futura, no qual se há-de reedificar o templo de Jerusalém e se hão-de restabelecer as oblações, etc., não como significativas do sacrifício incruento ou da eucaristia como futura, porém sim do sacrifício eucarístico como presente. Portanto, diz o Autor, entendendo literalmente a expressão de David, segue-se que o Templo se há-de restabelecer no tempo da Igreja futura, em que os Judeus e todas as gentes se hão-de reduzir à Fé de Cristo, Senhor nosso.

Prova a segunda parte por meio da dispensação da Igreja, dizendo primeiramente que todo o legislador pode ser também dispensador nas suas

mesmas leis e que, portanto, não sendo o uso das cerimônias legais da antiga Lei proibidas por lei divina, mas meramente pela Igreja, poderá dispensar e permitir que se restabeleçam as mesmas cerimônias no seu 3.º estado.

Depois disto, passa a expor as causas mais graves por que a Igreja há-de dispensar estes ritos no seu 3.º estado. A principal é a inata tenacidade dos Judeus para com os seus votos; porque, diz ele, se os Apóstolos, por causa desta tenacidade dos Judeus, dispensaram às duas tribos, no tempo da primitiva Igreja, o poderem conservar alguns dos seus ritos, como é constante (disse duas tribos, porque se ignora por onde se espalharam as demais), segue-se portanto que poderá a Igreja ainda com maior razão dispensar os Judeus que se houverem de converter no fim do Mundo, o poderem usar os seus ritos, ao menos no templo de Jerusalém, não para alcançarem por meio deles a salvação, como diz Beda, porém para preencherem as profecias daqueles sacramentos.

Logo, satisfazendo aos argumentos do Padre Soares, mostra, primeiramente, que a necessidade, utilidade, piedade e outras cousas que o mesmo Padre Soares julga suficientes para a dispensa da lei, estas mesmas podem concorrer para que a Igreja conceda aos Judeus que se hão-de converter o uso dos seus ritos no templo de Jerusalém.

Em segundo lugar, traz aquele memorável exemplo dos ritos mistos-arábicos, permitidos na Espanha, em alguns templos, pelo Pontífice, por cuja permissão os Árabes abraçaram a Igreja Romana, como se vê nas catedrais toletana e granatense, que têm capelas públicas, nas quais se celebram as missas com o rito chamado moçarábico ou misto-arábico.

Em terceiro lugar, ajunta com esquisita erudição todos os ritos permitidos pela Sé Apostólica aos Gregos, Rutenos e aos outros cismáticos, para que deste modo pudéssemos unir as Igrejas Orientais à Romana. Permite, diz ele, aos seus sacerdotes o sacramento do matrimônio, o poderem consagrar em pão fermentado e comungar em ambas as espécies, o uso da carne aos sábados, ainda na Quaresma, e a observância dos mesmos sábados juntamente com os domingos. E todas estas cousas lhes concede, não para conformá-las com a observância judaica, porém para que se confundissem os hereges simoníacos nascidos no Oriente, que diziam não ter Deus criado o Mundo, porque descansava ao sábado, como adverte o Padre Turriano (Livro VII) nos Cánones dos Apóstolos. Além disto a circuncisão, que é o principal sacramento dos Judeus, aí se permite aos Cristãos, não como culto religioso, porém como caráter ou sinal e brasão da antiga nobreza derivada de Abraão e Salomão, do mesmo modo com que se esculpem nos sepulcros os brasões das famílias iguais da sua nobreza, como notou Guilherme Reginaldo no seu livro contra Calvino, Livro II, cap. 9, dizendo que os Abexins cristãos batizam os infantes e logo os circuncidam, em sinal da sua antiga nobreza, sem respeito algum ao merecimento e confiança judaica. Logo, diz o Autor, se por benignidade da Sé Apostólica se uniram em alguns reinos os domingos com os sábados e o batismo com a circuncisão, por fim honesto e ainda político, por que razão não será então lícito à Igreja Nova o permitir que se una o sacrifício da Eucaristia com as cerimônias naturalmente legais?

Outras muitas provas refere o autor, as quais passo em silêncio.

Termina aqui a tradução manuscrita do Códice da Biblioteca Nacional adiante inserto. Damos a seguir a tradução por nós próprios tentada, da parte que o tradutor baiano omitiu:

Prossegue, ponderando a utilidade máxima de tal permissão e em sua confirmação aduz o recente testemunho do que em 1594 se passou com a Lituânia.

Com efeito, quando, por ordem de Clemente VIII, reuniu o sínodo para trazer os Rutenos à Fé Católica, foram nele apresentados os pedidos dos seus bispos respeitantes tanto à Fé como aos ritos, em cuja observância são tenazes. Respondeu-lhes o Núncio antes que os pedidos fossem levados a Roma, que, assim como a Igreja Romana é inexorável em tudo o que respeita à integridade da Fé, assim tem tolerado dispensas naquilo que é determinado pelo direito humano e eclesiástico. Portanto, poderá a Igreja permitir alguns ritos aos Judeus, que tão dificilmente consentem em abandonar os ritos dos seus maiores.

Em segundo lugar, afirma poder dizer-se que Ezequiel pretende que os sacrifícios legais se hão-de restabelecer, como significativos não de Cristo futuro senão de Cristo presente, do mesmo modo que a Igreja diz de S. João Batista que não profetizou Cristo, Senhor nosso, como havendo de nascer, senão que o mostrou já existente. Consequentemente, os sacrifícios que então puderam ser permitidos, não serão prefigurativos de futuro sacrifício eucarístico, mas indicativos da presença do mesmo sacrifício que primeiro eles tinham prefigurado.

Estabelece a este propósito uma comparação com uma representação teatral a que na nossa Casa professa assistiu em Roma, no entrudo de 1650: Em baixo, o templo de Salomão, com os seus sacerdotes sacrificando no rito nacional; em cima, o pão eucarístico, a que era dirigida a adoração dos Fiéis.

Eis que nada melhor ilustra — diz o Autor — a concepção do templo de Ezequiel e seus sacrifícios legais; tal como no teatro romano estavam presentes a figura e o figurado, a Eucaristia e os muitos sacrifícios que figuravam, assim no templo de Ezequiel serão simultâneos os sacrifícios legais que prefiguram a Eucaristia, a par do que a mostra. Também das Sagradas Páginas aduz, ao propósito, texto engenhosamente apropriado.

Diz, em terceiro lugar, que os sacrifícios legais indicados por Ezequiel, rejeitado todo o significado figurativo, poderão ser admitidos como demonstrativos. Tiveram eles, na verdade, segundo Santo Agostinho, além da significação figurativa, um sentido moral, porquanto pela imolação das vítimas aprendiam os Hebreus a imolar a Deus o corpo e a alma (como ensina o Apóstolo); e com agudeza diz Orígenes: “Temos dentro de nós várias vítimas que imolamos: se vences a soberba do corpo, imolas a Deus um vitelo; se a ira, um carneiro, se a libididez, um bode; se lúbricos arrebatamentos dos pensamentos, uma pomba ou uma rola.”

Que, em verdade, não foi o sacrifício material a principal finalidade dos sacrifícios, admiravelmente o prova com o Salmo L.: “Porque, se tivesses querido um sacrifício, de qualquer modo eu o teria oferecido; não te deleitarás com holocaustos; O sacrifício a Deus é o espírito atribulado; não desprezarás, meu Deus, o coração contrito e humilhado”

Eis em Deus — diz o Autor — duas vontades que parecem opostas: não quer a carne do animal que se sacrifica, quer o coração do homem, que é o que no sacrifício do animal é sacrificado. O mesmo se exprime no Salmo XLIX: “Porventura hei-de comer carne de touros e beber sangue de bodes? Imola a Deus o sacrifício do louvor”

O mesmo se lê em Isaías: “Não ofereças mais sacrifícios vãos; abomino o incenso Lavai-vos, sede limpos ... deixai de cometer perversidades; aprendei a bem-fazer” Eis pois que Deus não quer o sacrifício puramente material, senão o moral por ele significado. Consequentemente, com toda a probabilidade se pode afirmar que, no templo de Ezequiel, haverá os sacrifícios materiais significativos do sacrifício moral que Deus ordena.

Desenvolve isto eloquentemente, advertindo que Deus ensina os homens por meio de símbolos exteriores; assim mandou a Oseas que tomasse como mulher uma meretriz infame que lhe desse filhos, para deste símbolo compreenderem os Hebreus a injúria feita a Deus; e mandou a Isaías que caminhasse nu pelas praças, para que por sua nudez fosse entendida a nudez espiritual do Egito e da Etiópia; e isto desenvolve em outros exemplos, como o das parábolas evangélicas de que Cristo se serviu para ensinar o povo. É pois muito provável que os antigos sacrifícios e cerimônias, que foram como parábolas por que se exprimia a vontade divina, muitos dos quais os Judeus não entenderam, de novo se hão-de estabelecer, não só para que os Judeus, que se hão-de converter, atinjam a sua significação, como também para que se convertam.

É, na verdade, vulgar, diz o insigne Autor, instruir o militar ou o nauta por instrumentos apropriados a um e a outro; assim também, para que, na derradeira conversão do Mundo, os Hebreus se instruam na Fé Cristã, nada mais adequado do que o uso dos sacrifícios legais, a par do uso do sacrifício evangélico que moralmente indicaram.

Confirma São Gregório com um bem claro dito e feito, como se lê no Livro IX, *Registri Epistolarum*: perguntado por Augustino, primeiro bispo dos Ingleses, como lhe cumpriria proceder com eles para dos ritos profanos os chamar a Deus, escreve o santo: Esforça-te por que não destruam os templos, mas somente os ídolos, a fim de que mais facilmente concorram aos lugares costumados, aí adorando a Deus, para que não mais imolem animais ao Diabo; mantém-nos segundo o seu uso em louvor de Deus, e ao Dador de tudo refiram as graças em sociedade, de modo que, enquanto se manifestem os prazeres próprios da vida exterior, na vida íntima outros possam ser permitidos. Assim Deus se deu a conhecer ao povo israelita no Egito, mas aqueles sacrifícios que costumava prestar ao Diabo reservou-os para Si próprio, mandando-lhes imolar animais em seu sacrifício; até certo ponto o alterando, dele abandonavam e retinham alguma coisa, e posto que fossem os mesmos animais que costumavam oferecer, contudo, imolando-os a Deus e não a ídolos, já não eram os mesmos sacrifícios.”

Isto escreveu São Gregório, o qual, aproveitando o próprio exemplo de Deus, inventou um modo pelo qual os povos, tenazmente aferrados aos seus ritos, em parte os conservassem, em parte os perdessem e, mudando o uso e o culto dos sacrifícios, não fosse defraudada a alegria que deles recebiam.

Assim também, diz o Autor, mudando o culto dos sacrifícios antigos e a fé judaica, o povo que deve ser afastado do uso das suas cerimônias legais, não será privado da alegria que delas recebia, ingêntas e inveteradas como eram.

Tratado sobre se é lícito perscrutar os tempos das coisas futuras e delas assentar alguma coisa.

Este caderno parece ser único e nada tem que pertença ao Livro III, porque apresenta o título do I Capítulo. Como, portanto, o livro primeiro e segundo têm seu primeiro capítulo, deve este pertencer ao III Livro. Isto ainda porque, além disso, o Autor diz no I Capítulo: “Parece-me ver no limiar deste livro...” Portanto, como o Livro I e II tenham seus princípios, segue-se que é neste capítulo que começa o

LIVRO III

Toda a dificuldade consiste em saber se os tratados Da Conversão do Mundo, Da paz do Messias Do templo de Ezequiel, pertencem ao Livro III, porque, no final

deste caderno, diz o Autor: tudo isto cumprirá demonstrar no seu lugar... Não — diz está demonstrado. Consequentemente, se tudo depois deste caderno deve ser demonstrado, devem aqueles tratados ser colocados depois dele.

Quis notar isto e daqui se deve concluir que, por mais que quem quer que seja aplique seu engenho, é muito difícil saber se os ditos tratados pertencem ao II ou ao III Livro.

SINOPSE

Examina o Autor no Capítulo I, além do qual outro não há, se é lícito procurar saber em que tempo se realizarão as coisas profetizadas e assentar qualquer coisa sobre tais questões, e nega-o com razões persuasivas: 1) Porque Cristo, Senhor nosso, diz: “Não vos pertence conhecer o tempo nem o momento que o Pai estabeleceu em seu poder” texto que ilustra com a autoridade dos Santos Padres. 2) Porque, se a cronologia dos tempos pretéritos é tão incerta entre os Autores, que dificilmente um concorda com o outro, pois que da criação do Mundo à Encarnação do Verbo afirmam uns terem decorrido cinco mil anos, outros seis, outros sete mil, muito mais incerta é a cronologia do tempo futuro. 3) Porque, se os Autores discordam acerca do tempo do Dilúvio, do fim das Monarquias e da duração do Templo, que acordo se pode esperar na determinação do tempo futuro? 4) Porque se na História Sagrada os meses e os anos são referidos pelas suas próprias designações, não sucede assim nas profecias, nas quais apenas encontramos figuras e enigmas, como se lê no Génesis, em que sete bois gordos e sete espigas cheias, depois de sete bois magros e sete espigas secas, significam sete anos de fertilidade e sete anos de esterilidade. E quem, na verdade, se Deus o não houvesse revelado, teria entendido que os sete bois e as sete espigas queriam dizer anos? Portanto, só muito tênue das profecias se pode precisar o tempo futuro. 5) Porque nada mais óbvio na Sagrada Escritura do que o tempo representado por horas, dias, semanas, anos e séculos, e com tudo isto nada mais obscuro, pois frequentemente a hora não significa hora, nem o dia, nem os anos, como o Autor o mostra com textos dela extraídos. Portanto, é grande temeridade procurar nos textos Sagrados e precisar mais ou menos quando será consumado na terra, com a máxima perfeição, o Reino de Cristo, Senhor nosso.

Para o Autor poder tudo isto resolver sem qualquer dúvida, expõe pouco a pouco o seu pensamento, dizendo. 1) Que, quando Deus faz qualquer revelação e revela ao mesmo tempo quando ela se há-de cumprir, então com certeza pode ser prognosticado tanto o acontecimento futuro como o tempo em que se realizará, como se deixa ver na própria ressurreição de Cristo, Senhor nosso, revelada como devendo dar-se ao terceiro dia. 2) Que, se Deus alguma coisa revela e simultaneamente o tempo, não por dias e anos, mas por circunstancias e sinais, então sobre sinais e circunstâncias se pode prognosticar o tempo futuro da coisa revelada, como acontece no advento do Messias, que só devia surgir depois que o ceptro da Judeia houvesse sido transferido a outra nação, ou seja a Herodes, que não era hebreu. 3) Que, se Deus revela alguma coisa futura em tempo não determinado, é louvável investigar em que tempo ela se realizará. Prova-o com o louvor que S. Pedro dá aos Profetas: “que fizeram profecias sobre a graça em vós, perscrutando em que tempo e qual tempo ela se manifestaria”, (I, IO-II); de maneira que, assim como entre os homens é digno de louvor resolver os seus enigmas, assim também o é, tratando-se dos enigmas de Deus. 4) Que também é louvável

investigação o tempo do acontecimento futuro" mesmo quando Deus declara que se não pode saber; na verdade, posto que isso determinadamente se não pode saber, quanto ao dia e ano, pode contudo moralmente prognosticar-se, com maior ou menor aproximação. Aduz geralmente o Autor o dito de Cristo, Senhor nosso: "Quanto ao dia e à hora ninguém os sabe, nem os Anjos do Céu."

Ora Cristo, Senhor nosso,— diz o Autor — unicamente nega poder saber-se o determinado dia do Juízo Final; não nega, porém, que, sem precisar dia nem hora, se possa moralmente indicar com probabilidade, dentro de maior ou menor espaço de tempo. E prova este seu asserto, em primeiro lugar, com a resposta dada por Cristo, Senhor nosso, aos Apóstolos que o interrogavam sobre o Dia de Juízo: "Dizei-nos quando acontecerão essas coisas e qual o sinal da vossa vinda e da consumação do século"; neste caso Cristo, Senhor nosso, calou o tempo determinado, mas deu contudo os sinais que mostravam que tal tempo não era distante, portanto, se bem ninguém possa saber em que tempo preciso se deva consumir na terra o Reino de Cristo, Senhor nosso, ou aquele em que o Mundo se acabará é contudo possível concluir-se de sinais o tempo aproximado, tal como o médico, sem prognosticar o dia certo da morte, pode com frequência predizê-lo com probabilidade, com maior ou menor aproximação. Prova o mesmo asserto, em segundo lugar, com copiosos textos dos Santos Padres, que conjecturando próximos o Dia de Juízo e o fim do Mundo, uns os concebem anunciados por pestes, outros por guerras, outros por sedições, outros por outros sinais. Todos eles, se bem tenham errado nos prognósticos, contudo mostraram com seu exemplo digno de louvor a conjectura. Portanto, se a eles isso foi lícito, posto que tanto distassem do fim do Mundo, muito mais a si próprio, diz o Autor, o pode ser, visto que não é a tão grande distância de tal fim.

Resolve os argumentos opostos, dizendo que aquilo que algum tempo é inútil, pode não o ser noutra ocasião. Quando Cristo disse aos Apóstolos: Não nos pertence saber o tempo, então era-lhes inútil, até mesmo pernicioso saber o que havia decretado acerca do reino israelítico; se dissesse que nunca mais seria restabelecido, ou que o não seria senão depois da última conversão dos Hebreus à Fé Cristã teriam ficado imensamente tristes; e por isso assim como Cristo, Senhor nosso, aos dois filhos de Zebedeu, que lhe pediam participação no reinado, respondeu: "Não me pertence o dar-vos", assim aos discípulos: "Não vos pertence conhecer o tempo"

Admiravelmente responde ao argumento da paridade da cronologia dos tempos pretéritos com a que ele deduz. Afirma, na verdade: Os Autores são nela discordes, porque são em discordância quanto à computação dos anos desde o começo do Mundo até o Dilúvio, do Dilúvio a Moisés, de Moisés à edificação do Templo; portanto, não é de admirar — conclui — que seja muito incerta a cronologia do tempo passado.

Pelo contrário, não o é a do tempo futuro, porque ele não começa desde a criação do Mundo, para deste saber o fim, antes procede retrogradando, ou seja, desde o fim do Mundo até o advento do Anticristo, e à propagação do Evangelho a todos os povos e conversão dos Hebreus à fé Cristã, e deste modo algum tanto se pode prognosticar com muita probabilidade e maior segurança a respeito do fim do Mundo. Eis, por suas mesmas palavras, a admirável cogitação do autor: "Nós, pelo contrário, encontrando caminho novo procedendo do fim do Mundo até o Anticristo, do Anticristo até a Universal pregação e aceitação do Evangelho, regressando até a nossa idade e em tríplice meta estabelecida ao longo dos tempos futuros, sem fazer tropeçar o leitor, vamos para Cristo, ao mesmo tempo que tudo iremos

demonstrando em seu lugar. Baste por agora tudo apontar com o dedo para que a força da argumentação não detenha suspenso o leitor.” Note-se; tudo iremos demonstrando, não tudo é demonstrado. Assim, pois, os tratados da pas do Messias, da Conversão Universal do Mundo, do templo de Ezequiel, ou não pertencem ao II Livro, pois escreveria — tudo é demonstrado — ou cumprirá dizer que o autor, para conjecturar sobre o fim do Mundo, regressa a tratados já expostos no mesmo Livro II.

FIM